

Estudos

Revista da Faculdade de
Ciências Humanas e Sociais
Aplicadas da Unimar

Estudos

REVISTA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS DA UNIMAR
Número 11 – 2007

PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE DE MARÍLIA - UNIMAR

REITOR

Dr. Márcio Mesquita Serva

VICE-REITORA

Prof^ª Regina Lúcia Ottaiano Losasso Serva

PRÓ-REITORA DE AÇÃO COMUNITÁRIA

Prof^ª Maria Beatriz de Barros Moraes Trazzi

PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO

Prof. José Roberto Marques de Castro

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Prof^ª Dr^a Suely Fadul Villibor Flory

CONSELHO EDITORIAL

PRESIDENTE

Prof^ª Dr^a Maria Ester Braga Faria

MEMBROS

Prof^ª Dr^a Adriana Migliorini Kieckhofer; Prof. Dr. Benedito Felipe de Souza;

Prof^ª Dr^a Cláudia Pereira de Pádua Sabia; Prof. Ms. Daniel Paulo Ferreira;

Prof. Dr. Lourival José de Oliveira; Prof. Dr. Miguel Ângelo Hemzo;

Prof^ª Dr^a Terezinha Corrêa Lindino; Prof^ª Dr^a Walkiria Martínez Heinrich Ferrer

COORDENAÇÃO E PREPARAÇÃO DE TEXTO

Prof^ª Dr^a Walkiria Martínez Heinrich Ferrer

SECRETÁRIO

Luís Alberto Camargo Vassalo

Endereço para correspondência

UNIMAR – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Av Higyno Muzzi Filho, 1001 – Marília/SP – CEP 17525-902 Brasil
Tel: (014) 2105-4005 – <http://www.unimar.br>

Publicação anual

Órgão financiador da Publicação: UNIVERSIDADE DE MARÍLIA

AC
&
ARTE & CIÊNCIA
EDITORA

**Catálogo na fonte: Universidade de Marília
Biblioteca Central "Zilma Parente de Barros"**

Estudos: Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da UNIMAR / publicação científica da Universidade de Marília – Marília, SP: Editora UNIMAR; São Paulo: Arte & Ciência, 2007.

168p; v.11, n.11, 2007

ISSN 1415-8108

1. Ciências Humanas. 2. Ciências Sociais. 3. Educação I. Universidade de Marília II. Estudos: Revista da Faculdade de Ciências Humanas da UNIMAR.

CDD - 300

Índice para catálogo sistemático:

| | |
|---------------------|-----|
| 1. Ciências Humanas | 300 |
| 2. Ciências Sociais | 300 |
| 3. Educação | 370 |

Editora Arte & Ciência
Rua dos Franceses, 91 – Morro dos Ingleses
São Paulo –SP - CEP 01329-010
Tel.: (011) 3258-3153
www.arteciencia.com.br

Editora UNIMAR
Av. Higyno Muzzi Filho, 1001
Campus Universitário - Marília - SP
Cep 17.525-902 - Fone (14) 2105-4000
www.unimar.com.br



Papel reciclado: a Universidade de Marília preservando o meio ambiente.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 07

ENTREVISTA

ENTREVISTA - FILOMENA CABRAL

Ana Maria GOTTARDI 11

ARTIGOS

MARKETING ETNOGRÁFICO: UMA ABORDAGEM DOS ASPÉCTOS HISTÓRICOS, SOCIAIS E CULTURAIS GERADOS PELA ESTAÇÃO DA LUZ

Gabriela Ribeiro BARBOSA

Ligia Carla GABRIEL

Marília Gabriela GATO 33

IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO, DA AVALIAÇÃO E DO ERRO NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA

Sandra Regina Gregório OLIVEIRA 49

O TRABALHO FEMININO E SUAS IMPLICAÇÕES NA QUALIDADE DE VIDA DAS MULHERES PROFESSORAS

Rosana Maria C. DOURADO 61

| | |
|---|-----|
| PODER E AUTORIDADE: ASPECTOS DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES Francieli Jaqueline GREGORIO..... | 83 |
| A CULPA É DE QUEM?: REIVENTANDO O DISCURSO PEDAGÓGICO SOBRE A APRENDIZAGEM Daniela Emilena SANTIAGO Magda Marques TREVISAN | 97 |
| O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA VARA DE FAMÍLIA Eliana Ap. Gonzalez Albonette FROIS..... | 113 |
| UMA ABORDAGEM SOBRE O CAPITALISMO E SUA INFLUÊNCIA NAS RELAÇÕES SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS Márcia Oliveira ALVES Marília Vilardi MAZETO | 123 |
| INCLUSÃO: ENTRE AVANÇOS E IMPASSES Roberta Silva BOAVENTURA..... | 137 |
| O DIREITO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL Francis Marília Pádua FERNANDES | 151 |
| PROJETO RONDON - COOPERAÇÃO ENTRE A UNIVERSIDADE E COMUNIDADES DOS MUNICÍPIOS DE ITAOCA – VALE DO RIBEIRA-SP E NOVA MARILÂNDIA-MT Myrian Lucia Ruiz CASTILHO André Luiz de CASTILHO..... | 167 |

**A HISTÓRIA DA ADVOCACIA E A FUNÇÃO
SOCIAL DO ADVOGADO**

Marcelo Brandão FONTANA..... 179

**A OTIMIZAÇÃO DAS AÇÕES OPERACIONAIS DO
SISTEMA TURÍSTICO POR MEIO DE ALIANÇAS
ESTRATÉGICAS**

Olympio GUEDES JÚNIOR..... 197

**ADOÇÃO DE ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS A PARTIR
DA HISTÓRIA DAS ORGANIZAÇÕES: SUA
UTILIZAÇÃO COMO FERRAMENTA NA GESTÃO
DOS NEGÓCIOS**

Daniel Paulo FERREIRA

Fabiane Rocha Rodrigues FERREIRA 213

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO.....227

ÍNDICE DE AUTORES 229

APRESENTAÇÃO

A Revista *Estudos* da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Universidade de Marília-UNIMAR, já com onze anos ininterruptos de publicação, inicia neste número uma seção de entrevistas, propondo-se a inserir daqui para frente, uma entrevista com um profissional de destaque do Brasil ou do exterior.

Iniciamos com Filomena Cabral, com uma entrevista exclusiva realizada pela Profa. Dra. Ana Maria Gottardi, docente do Mestrado em Comunicação da UNIMAR. A entrevistada é jornalista na cidade do Porto (Portugal), além de ser escritora consagrada em seu país e no exterior, com mais de 20 livros publicados, dentre os quais destacamos: *Tarde demais Mariana; Maldamor; Madrigal; Em demanda da Europa*; além dos romances do ciclo americano como: *Viagem, memória e sertão; Mar salgado; A noite transfigurada*, entre outros.

Os artigos científicos, que compõem este número da revista, reúnem estudos sobre cultura e patrimônio histórico, sobre educação – currículo, ensino-aprendizagem de matemática, o discurso pedagógico sobre o projeto Rondon –, medicina e serviço social, além de um estudo sobre propriedade intelectual.

Os autores são tanto docentes da Unimar quanto pesquisadores e professores de outras Instituições de Ensino Superior.

Contribuímos, assim, para a divulgação do saber e das pesquisas científicas que estão sendo realizadas nas áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas na Unimar e em outras Universidades, certos de estarmos cumprindo nossa missão acadêmica, de ensino, pesquisa e de extensão. Possibilitamos, deste modo, à comunidade universitária o acesso a pesquisas que contribuem para os estudos científicos sobre ensino e formação superior dos jovens brasileiros, reflexão indispensável a todos que se debruçam sobre assuntos da educação.

Profa. Dra. Suely Fadul Villibor Fory
Pró-Reitora de Pesquisa e
Pós-graduação da Unimar

ENTREVISTA – FILOMENA CABRAL

Ana Maria GOTTARDI¹

Apresentação

A escritora Filomena Cabral, poeta, ficcionista, jornalista, dramaturga e ensaísta portuguesa, nasceu em 1944, na cidade do Porto, em Portugal, onde reside atualmente. Viveu durante alguns anos em Angola, na década de 1960, o que certamente veio a se refletir no acentuado interesse da autora pelas antigas colônias portuguesas, tanto na África quanto na América. Sua extensa obra vem sendo publicada ao longo dos anos, desde seu primeiro livro de poesias *Sol Intermitente*, de 1976.

Iniciada na atividade jornalística nos maiores jornais diários portugueses, colaborou também no jornal *O Estado de S. Paulo* (JT). Foi convidada a participar, no Brasil, em diversas Bienais Internacionais do Livro e em Congressos de Língua e Literatura Portuguesa, por iniciativa de universidades federais e estaduais (São Paulo, Belo Horizonte, Campinas, Brasília e Recife), das Pontifícias Universidades Católicas de São Paulo e Rio de Janeiro, instituições onde proferiu palestras sobre criação e estética literária.

Pela relevância de seus romances do ciclo americano publicados até a época, enfocando vários momentos da História Brasileira, a Secretaria de Estado da Educação do Estado de São Paulo solicitou sua presença nas Comemorações dos 500 Anos da Descoberta do Brasil.

¹ Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de Marília – Unimar – Marília/SP – Brasil.

A escritora integra ainda a Academia Lusíada de Ciências, Letras e Artes, em São Paulo, cidade onde recebeu o Prêmio Especial de Literatura Portuguesa, da Associação Paulista de Críticos de Artes (APCA), no Memorial da América Latina. Em Brasília, foi-lhe conferido o Diploma de Mérito Cultural, pela Câmara Brasileira do Livro.

Nos Estados Unidos, Filomena Cabral foi considerada Woman of the Year, em 2001, e World Citizen, em 2002, pelo American Biographical and Research Institute, em cuja biblioteca e arquivo encontram-se catalogados seus romances que formam “Brasil Díp-tico”. Ainda nos EUA, foi-lhe atribuído, em 2003, o International Peace Prize, por The United Cultural Convention of the USA (Organização Internacional e Multicultural), e, em 2006, o Master Diploma da World Academy of Letters *honoris causa*.

Esse reconhecimento internacional da obra da autora, particularmente por parte do Brasil e Estados Unidos é um tributo ao seu interesse pela História do continente americano, que demandou acuradas e significativas pesquisas, cujo resultado são romances que, a par de seu valor literário, relevam-se como textos de verdadeiro interesse histórico.^a

Qual a sua primeira atuação no campo jornalístico?

CABRAL – Data de Agosto de 1982, na área do jornalismo cultural – Artes e Espectáculos –, entrevistara, por iniciativa própria, um artista plástico e organizador de uma Bienal de Arte. Enviei o texto para “O Primeiro de Janeiro”, seria publicado na última página, dois ou três dias depois. De minha autoria, tinha três livros de poesia e uma novela; desnecessário dizê-lo: ninguém me conhecia na comunicação social. Em 1984, iniciei colaboração no *Jornal de Letras (JL)*; ali assinei reportagens, entrevistas e recensões; era, em simultâneo, coordenadora de uma página cultural em *O Comércio de Porto*. Editado o meu primeiro romance, *Tarde de mais Mariana*, premiado, seria apresentado por Óscar Lopes (também os cinco romances seguintes) e prefaciado por Agustina Bessa Luís. No

Diário de Lisboa, publiquei inúmeros contos de pendor fantástico, até ao fecho do jornal (1990); resta mencionar o *Jornal de Notícias*, ali divulguei obras de mais de uma centena de escritores de Língua Portuguesa, quer nas páginas de Cultura quer no *Noticias Magazine*, entre 1992 e 1995, o *Letras & Letras* e o vosso *O Estado de S. Paulo* (JT), no Suplemento de sábado.

Como jornalista, qual a sua visão da situação africana que você vivenciou por alguns anos?

CABRAL – Se as “Artes” me motivaram, de início, para o jornalismo, a História (o meu curso de eleição, com a Filosofia), a guerra colonial, o 25 de Abril, nunca dissociados, constituiriam um marco, a partir do qual tentaria avaliar o mundo: seremos, no decorrer do tempo, repositório de emoções e sentimentos-fósseis, cujas marcas permanecem na memória, como se riscada – pela aresta viva do sílex – a matéria friável dos sonhos. Todos tentamos imprimir a nossa marca, o nosso fóssil no coração do mundo. A minha memória afectiva desde logo foi poiso para o sofrimento em diferido, subentendido, transferido, denegado, em estratégias de sobrevivência, na vida e no texto (mais recentemente em “A Noite Transfigurada”).

Em Angola vivi os anos mais intensos da minha vida, permanência com um final trágico, tal poderia ter contribuído para que, decalcando a atitude de tantos, me tivesse fechado em mim mesma com o ressentimento ou o desgosto, às voltas com o sentimento de perda, demolidor. Não fora afinal gratuita a minha colaboração com a F.A.O., os problemas do “terceiro mundo” – que agora já não sabemos muito bem delimitar – rodeavam-me, contribuiriam para futura memória, embora considerasse que Angola era Portugal em África, como o Brasil fora Portugal na América. Resta a Lusofonia.

Precisamente no que respeita à Língua Portuguesa – uma vez que as riquezas de Angola são as mesmas de sempre, idênticas a gula secular de potências estrangeiras e uma relativa ingenuidade das gentes, talvez atordoados alguns com o propalado crescimento económico -, apesar da preponderância de diferentes idiomas no

mundo, pelas eternas razões, políticas e/ou exploratórias, seja das minas ou outros, continuam os angolanos falantes de uma “língua universal”. Creio chegada a hora de pertinente análise sócio-cultural, económico-política e geo-estratégica do Mundo Contemporâneo e descobrir, activa e organizadamente, o lugar insubstituível dos “espaços de lusofonia”, para bem do espaço humano. Mais que um projecto ou “questão cultural”, não será a Lusofonia, além de um muito importante projecto, uma questão de “estratégia política”? Para quando houver uma Comunidade Lusófona liberta de condicionantes políticas, económicas e culturais de antanho, ou de agora ou do futuro, superadas as ideologias clássicas do “luso – tropicalismo”, do “ não-racionalismo brasileiro”, se bem que o “glorioso passado de Portugal” e o “glorioso futuro do Brasil”, enquanto mitos, devam, em meu entendimento, ser mantidos. Já nas palavras de Almeida Garrett, a “Lusofonia” era o grande e específico peso de Portugal na “balança da Europa” e do Mundo, quanto mais agora que o Brasil integra as potências do século XXI.

Enquanto tal, nos Países Africanos, a re-emergência de certos complexos e de um provincianismo típico de elites pseudo-globalizadas, pretensamente des-africanizadas, por certo des-humanizadas levam a associar lusofonia a utopia. Não será preferível a “pantopia” dos direitos humanos, da democracia e do desenvolvimento económico-social de todos os países africanos de Língua Portuguesa?

Qual a sua atuação, no momento, na mídia portuguesa?

CABRAL – Com o decorrer do tempo, demonstrei empenho e capacidade, considerada a vasta bibliografia. A pesquisa incansável – durante doze anos – contribuiu para que me afastasse dos jornais, ficaram pelo caminho propostas à RTP para rubricas na área cultural (literaturas), jamais concretizadas. Penso recomeçar, agora por convite, a colaboração em “O Primeiro de Janeiro”.

No entanto, no intuito de neutralizar um certo silêncio ruidoso, de há um ano a esta data tenho publicado, no “site” da UNICEPE, temas literários e outros, em coerência: não existem tabus (textuais,

políticos, ou de qualquer ordem), desde que, bem informados, tenhamos bom senso na abordagem dos temas, das sensibilidades.

Pensando no romance Oklahoma Blue, cujo título é em Inglês, gostaríamos que comentasse a repercussão internacional de suas obras, mesmo em países de outras línguas.

CABRAL – Creio que o possível interesse irradia das Universidades, dos departamentos de Língua e Literatura Portuguesas, de História, talvez de Filosofia. Tenho vindo a acumular, ao longo dos anos, opiniões elogiosas de grandes críticos literários (mais recentemente, Álvaro Manuel Machado, sobre *A Noite Transfigurada*) e de historiadores, dos quais destaco António Pedro Vicente (*Mar Salgado*) e Fernando Rosas, cujas opiniões convergem na atribuição de algum merecimento aos meus romances historiográficos, assim se me desculpando a imodéstia.

Oklahoma Blue, apresentado pelo segundo em Lisboa, foi por ele considerado “metáfora de Portugal, na primeira metade do séc. XX”, salientando o rigor factual; abrange o livro os anos da Segunda Guerra Mundial e os que a antecedem, incluindo o último quartel do século XIX, e estabelece, para além de outros, nexos necessários em função do “ciclo americano”.

A alusão ao “blue” afro-americano é explícita, ao “jazz”, que pretextara episódio fulcral em “Brasil. Díptico”, séc. XIX-XX, durante a viagem da francesa progressista frequentadora da “Colombo”, no Rio dos anos vinte, aos Estados Unidos, acompanhada de Vladimir, suposto aristocrata russo refugiado, talvez espião, ambos no séquito de certa brasileira abastada. Em *Oklahoma Blue*, surgem linhas melódicas sinuosas, sombrias, melancólicas, aterradoras, por efeitos de rajadas mortíferas no mundo ígneo dos grandes conflitos mundiais, dos lamentos em campos de extermínio, na cadência da marcha nazi e fascista, das tentações totalitárias, e ainda pela evocação do avô americano da família Álamo, que chegara aos Estados Unidos quando a corrida ao ouro terminara; a personagem oriunda do Norte de Portugal, necessariamente, fora dar a Penhandale, a nar-

radadora alvitra que se enganou na rota; na época sonhava-se com o portentoso Brasil, não com os Estados Unidos.

O universalismo do texto (e do ciclo) terá contribuído para alguma atenção; *Oklahoma Blue* pretende ser um painel do mundo, nos anos da Guerra. Entre outros aspectos corresponde a uma tentativa de romper com a dicotomia literatura/ filosofia, praticando-se uma escrita polimorfa e polifônica, em continuidade com os livros anteriores, escrita como meio de fundir, unir a vida e a obra no “corpus”, na tentativa de ludibriar o destino através do sujeito: vive-se sempre um tempo que morre, só a “velocidade poética”, ilusoriamente, permite a sua recuperação.

O mimetismo consciente com um olhar de Nietzsche, que vê na decadência do seu tempo o fermento de um futuro novo, encadeia com o declínio do tempo da acção – em *Oklahoma Blue* – o da Segunda Guerra Mundial, leva ao desejo de mudança. Em Nietzsche – em cuja teia me enleei muito depois de ter conseguido ver claro na natureza humana, revelados sofrimentos, alegrias e cóleras, a vivência do amor passional nas obras de entre muitos outros Dostoievski ou Stendhal –, as alegorias como única formulação para ideias novas. Procurou o filósofo fundar uma cultura inédita, motivadora da adesão dos leitores: talvez tenha sido este desejo de adesão a conduzir à diabolização da obra, uma vez adoptadas as suas teses pelo nazismo, empatia macabra de que estou livre, embora em cada sujeito da escrita se observe a luta com o “si mesmo”, a ambivalência, nada é definitivo no texto, enquanto vai tomando corpo, quando ainda em formação. Ao elaborar Nietzsche o seu pensamento, torna problemática a diferença entre literatura e filosofia, unindo os lados apolíneo e dionísio (*La Naissance de la Tragédie*): na decadência do seu tempo, adivinha Nietzsche o fermento de um futuro novo. É este o sonho das personagens e das nações, em *Oklahoma Blue*. Enquanto autora subestimo os textos que simplesmente distraem.

O trânsito de personagens da História e da ficção pela narrativa desenvolve-se entre a perdição e a eventual redenção, muitas delas no caminho do meio, pela indefinição; a ironia é notória e o cinismo indubitável, usados contra a perfídia pela “linha do riso” que percor-

re o texto (uma constante no ciclo), incompatível com a mundivivência dogmática ou se preferirmos com a hipocrisia, coincidente tal plano do risível com a visão bakhtiniana, onde a subversão é servida pela ruptura das regras (desde cedo o assumi); em *Oklahoma Blue*, Plínio Álamo, o emigrante, permite-me, pela sua inocência, a mistura de culturas, enquanto explorador luso-americano, o gozo de trazer para o enredo Albino (cujo avô fora aluno de Nietzsche em Paris), o seu oposto, erudito e uma espécie de narrador de segunda instância, meio século após: crê-se um homem indubitavelmente culto, mais, um sacerdote de Diónisos, contribuindo com os seus processos para uma narrativa polimorfa reveladora de um olhar cruel sobre as criaturas; presentes efeitos paródicos, pela mistura de idiomas, a exploração de sobreposição de planos, o do Plínio na pradaria, tornado cozinheiro de Goodnight, um barão do gado, e o da narradora, na mistura de ingredientes, empenhados em processos alquímicos.

Pode detectar-se em *Oklahoma Blue* a luta dos sentimentos activos contra os reactivos, para levá-los à capitulação, pondo termo a insensatos furores do ressentimento, configurando o autoritarismo. Afinal, decorre à vista do leitor a mutação para sociedades de novo tipo: imaginando alguns resolver o problema individual conseguiriam a energia do colectivo. Enfim, na vida e nos textos, a par do fazer, meditando, encontraremos o tom de uma representação da História, de uma partitura memorialialista, melancólica, “blue”.

Analisando sua produção literária, vemos que você vai deixando a poesia pela prosa: como se dá esta passagem e como se relaciona ela com a sua visão do mundo?

CABRAL – Acredito que a fui misturando ao discurso ficcional, podemos nele encontra brechas, cedências, alusões à poesia. O processo foi consciente: transpondo para os textos realidades sociais de sucessivas épocas, impregno-os de sentimentos e sensações relacionadas com estados psíquicos subjectivos, marcas estas comuns aos textos líricos; e porque narram situações sociais presentes-ausentes, tais como estão a ser observadas e/ou experimentadas por

grupos concretos de indivíduos em devido tempo, tal lirismo pode exercer um efeito de adesão por parte do leitor, aliciando as suas simpatias para com o tipo de pessoas cujas provações surgem ali expostas de modo emocional. Enquanto documentos cumprem a sua função, a de provocarem no leitor a sensação de que tais acontecimentos (como em *Oklahoma Blue*) poderiam ser (e foram-no) resolvidos no mundo extra-ficcional; e assim acredito que concretizo o meu objectivo: levar o leitor a transitar pela História (e tudo talvez porque, em determinada altura da minha vida, a História me trespassou, qual gume acerado) com a indispensável “mise en intrigue”, o descontínuo no contínuo, articulando o tempo, só a eternidade é estática (pelo menos segundo *As Confissões*, de Santo Agostinho).

A modalização temporal constitui embraiador formidável, permite-me representar as acções como se estivessem a acontecer diante de mim (solicitando a cumplicidade do leitor, o exercício da escrita leva a uma solidão monstruosa). De certa forma, quando privilegio questões sociais e políticas de determinada época aproximamo-me do “grande realismo”, embora a narradora, sensata, saiba distanciar-se politicamente. Denuncia, provoca, exaspera, em estratégias de aliciamento. O escritor representa o seu papel, o de decifrador de traços. E quando deciframos traços vamos seguindo a memória da História, esta deixa pegadas muito suas e muito nossas.

Respondendo ainda à pergunta, tenho um livro de poemas cuja edição tem sido preterida pela publicação dos livros do “ciclo americano”, a grande prioridade.

Ao considerarmos sua produção em prosa, poderíamos falar em uma linha intimista e em uma linha épica para o conjunto dos seus romances?

CABRAL – Sem dúvida. A “tetralogia da ausência”, correspondente aos quatro primeiros romances – *Tarde de Mais Mariana, Maldamor, Obsidiana, Prantos* –, reflecte um sujeito da escrita voltado para si, para a sua memória afectiva. Entretanto, em 1990, desloco-me pela primeira vez ao Brasil, sou enleada na vertigem

da memória: num outro plano, a projecção de Angola na paisagem humana, na vegetação luxuriante, sobretudo na energia circulante, na exuberância, se bem que em diferente ordem de grandeza. Eis-me na armadilha de emoções, em transferências insensatas: o Brasil mítico inquietou-me, conhecia-o da Literatura, lera os grandes autores brasileiros, durante a minha estada em África, a ânsia intensifica-se, inevitável o sobressalto.

Volto-me então, enquanto sujeito da escrita em fuga da memória afectiva, para a memória do mundo, há muito deambulava pelas idéias. Mas não me entrego de imediato ao romance histórico. A Língua portuguesa, a memória das Literaturas, das linguagens, o incentivo, por isso situo a personagem-narradora na metáfora da criação, habitando a própria metáfora estaria perto de todas as imagens, virtualidades. Haveria de deslocar-se a narradora – em *Madrigal*, pelo lúdico e pela ilusão, conceder-lhe-ia a possibilidade de encontrar-se com a utopia, com as fantasmagorias do moderno. Deparavam-se-lhe o mensageiro, projecção do Anjo da História, o do Benjamin e de Klee, os anjos de Rilke, Poe, as figuras seráficas/demoníacas. Enveredara pela “aventura da narrativa”, também a aventura da criação literária em língua portuguesa, pela experimentação das formas, necessariamente, até à raiz da “phala”. O Brasil foi o responsável por tal aventura, aí encontrei a sinfonia empolgante dos timbres da língua portuguesa. Escrevo *Um Amor Cortês* que satiriza e subverte, num género misto encontrado nos “rimances” em que se reconstruíam histórias recombinao os elementos, de que o exemplo mais conhecido será ‘Donzela que vai à guerra’, presente no refrão que inspirou Guimarães Rosa, em “Grande Sertão, Veredas” (lido por mim, quando também eu vivia no sertão e deambulava por lá). Acabaria por dedicar ao Brasil um livro cuja a acção se desenrola em Entre Douro e Minho, com todas as características do romance de cavalaria, do amor cortês, e que vai além da paródia: recorro à glosa, componho pseudo-trovas da época, canções de gesta. “Haveremos então de ser mito?”, indaga a determinado passo uma personagem.

Claro que sim. Quando se iniciassem as Descobertas, quando achássemos o Brasil, percorrida já a costa de África – ainda moti-

vo do segundo livro desta “trilogia da ilusão”, experimentalista por utilizar o registro do português falado pelas populações em Angola, decorre a acção durante a guerra civil (1992), embora recue até à fase do fim da guerra colonial. Estávamos em 1995, dois anos antes começara a estudar a História do Brasil.

Quais as razões que levam a autora a eleger as diferentes épocas e lugares focalizados em seus romances?

CABRAL – Procuo motivação, pesquisa, escolho os séculos XIX/XX. O primeiro livro do ciclo americano tem início no Porto (tal como os seguintes, ou aqui, especificamente, ou no Norte de Portugal, as personagens em trânsito), num jantar no Consulado do Brasil, durante a Grande Guerra; termina na mesma cidade, depois de múltiplas personagens e situações ficcionais e/ou históricas; findara a I República aqui e no Brasil, onde Vargas já prendera o cavalo ao obelisco da Avenida Rio Branco, espantando os cariocas. No período do mesmo barão de Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores – ali permaneceu entre 1902 e 1912, durante os mandatos presidenciais de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto – verificara-se forte aproximação aos Estados Unidos, com o objectivo de garantir ao Brasil a posição de primeira potência sul-americana. Aliás, a primeira Constituição republicana, promulgada em Fevereiro de 1891, inspira-se no modelo norte-americano, garantia a República federativa liberal. Há espaço narrativo para lugares muito afastados do Rio de Janeiro, tal como o movimento surgido durante o governo de Prudente de Moraes, refiro-me ao liderado por Mendes Maciel, mais conhecido como António Conselheiro. Viria a instalar-se no arraial de Canudos. Dali a meia dúzia de anos, os positivistas arrasá-lo-iam. A política dos grandes estados, com São Paulo na dianteira, triunfara. Fala-se das oligarquias, a I República ilustra a fase da aliança de interesses de São Paulo e Minas Gerais. Enfim, a acção vai-se misturando aos acontecimentos.

Dizia eu atrás que findara a I República aqui e no Brasil. Em Portugal, Salazar chegava ao poder, com a II República, e todo o

“ciclo americano” – escrito em nove anos e correspondente a cinco títulos, a mais de duas mil páginas, a doze anos de investigação – é sustentado por uma série de acontecimentos da História fulcrais para a estruturação de uma cosmogonia. Se a primeira revolução republicana no Porto, em 31 de Janeiro de 1891, fora incentivada pela revolução industrial, já em resultado das greves, da agremiação do Partido Socialista em associações anarquistas, por outro lado, a organização social em Inglaterra, levando ao capitalismo, tivera o seu papel no progresso do liberalismo constitucional português, sendo ali aceites representações diplomáticas das duas tendências, a miguelista e a constitucional, assim como muitos refugiados portugueses; preparava-se o exército que desembarcaria no Porto, movimento a que a Revolução Francesa de 1848 poria fim. D. João VI morrera em 1826; no segundo livro do “Díptico”, incidente nos séculos XVII/XVIII, a invasão napoleónica e a ida do monarca marcam o seu termo; o herdeiro do trono, Pedro IV, após ter-se proclamado imperador do Brasil, enviara à Metrópole, no mesmo ano, a Carta Constitucional. O Brasil iniciara a própria caminhada.

As personagens da ficção e da história estabelecem, ao longo dos textos, uma rede de acontecimentos, sugestões, conduzidas à inquietação pelas idéias. No séc. XIX, o Manifesto Comunista (1848), considerada a radicalidade pelo papel que lhe coube na história, contribuiu para a “ansiedade de contaminação” que atingiria a Europa e a América, o mundo, no século seguinte: a distância do núcleo conferia um significado ao chamamento da realidade, a razão cedia à paixão, a verdades testemunhais transplantadas, chamamento esse sempre sujeito a manipulação, uma forma de domínio. Eu vou criando personagens pelo século XX adiante: Paloma Rubra, Mathilde, os anarquistas depois revolucionários Afonso, Justa, Laura, Carolina, Décio; num outro plano, Libório; e tantas da história brasileira. Misturados a realidade e a ficção, a História e a narrativa, episódios, as personagens lançadas no mar epopeico do pensamento haveriam de encontrar um porto de abrigo, talvez um lugar de perdição. Após a Primeira Guerra Mundial, a utopia tomava homens e mulheres, exigiam esquecer a fragilidade; a nossa fronteira continuava a ser

o fortim da língua, em formas de estar, “maneiras de falar” comuns aos latinos, segundo o enunciado de Duarte Nunes de Leão; alude-se ao Partido Progressista da América – continuo voltada para o “Díptico” (Viagem) –, e o português internacional Petrov (nome de guerra), azorava os brasileiros com perorações sobre bolcheviques e mencheviques; imaginem percorrendo a personagem a Rua Gonçalves Dias, artéria onde fora aprisionado o mítico Tiradentes, Petrov, ligado à ala internacionalista, disposta a coligações com as classes possuidoras, logo contrária à ditadura da classe operária. Tais perorações surtiam efeito demolidor, o Rio sempre propende ao acolhimento de floreado de importação, lá estaria também a progressista Mathilde, o pedante Pimenta, divagando sobre Diderot, “o Homero do jornalismo, endeusado por Sainte-Beuve”, resumia.

Porém, a segunda revolução industrial, as consequentes transformações sociais reflectem-se até nos títulos das obras literárias, *Miragem*, *Turbilhão* (Coelho Neto), *Maria Bonita* (Afrânio Coutinho), Machado de Assis a grande figura do Brasil, no início do século que conteria *Dez Dias que abalaram o Mundo*, de John Reed, americano, resultado da sua observação no terreno, em plena revolução Russa de 1917. A consciência crítica da época era formada por cientistas e pensadores, Darwin, Comte, Taine, Marx.

Tais aspectos iriam caracterizar também a literatura de costumes na América Hispânica, com o venezuelano Romero Garcia, o mexicano Federico Zamboa – o russo Tolstoi como respeitável ancestral, a par de Henry James, nos Estados Unidos, ridicularizando milionários americanos incultos e aristocratas europeus entrados em decadência. Ei-los, que transmigram de *Viagem* do Brasil e de Portugal, projectados em *Oklahoma Blue*: nos Estados Unidos, após a Guerra Civil de 1861/1865, assistira-se a um novo perfil das sociedades a reflectir-se nas obras de Frank Norris (a função da Literatura foi sempre a de espelhá-las articulando o tempo), Theodore Dreiser, Jack London. Em Portugal, nos primórdios do séc. XX, dominava ainda uma literatura sentimental de *A Severa*, de Júlio Dantas, Aquilino Ribeiro escrevia *As Filhas da Babilónia*, longe ainda o dia em

que, desistindo da vida religiosa, abandona Viseu, vai para Lisboa, onde se torna conspirador republicano, forçado a fugir para Paris.

Seria correto dizer que seus textos de linhagem épica preocupam-se com a questão ideológica das épocas focalizadas?

CABRAL – A partir de determinada altura, na criação em geral e no meu processo criativo, as características do épico vão-se acentuando, o espaço narrativo, tal como o palco, deixa de ser um espaço mágico para tornar-se local privilegiado de exposição, ainda que compartilhado. Alterava-se a tensão dramática, embora existissem na Idade Média momentos épicos: quase desnecessário mencionar a tragédia grega, o coro recitava e dizia da acção, em vez de figurá-la, desde que passou a ter dois protagonistas em diálogo. Ainda hoje os prólogos, interrupções, epílogos correspondem aos restos do épico na forma dramática, meios que na dramaturgia permitem supor quem enuncia e qual o destinatário.

Antes de Brecht, exemplo incontornável, a vida das personagens era narrada em quadros sucessivos, a caminhada dos heróis era sempre patética, através dos lugares e do tempo (Ibsen é paradigmático). O épico contraria a catarse, evitando um encadeado linear e temporal, por privilegiar a intervenção de um narrador, isto é, “um ponto de vista” sobre o narrado em cena (em texto), acabando assim por apelar à capacidade efabulatória, no desenvolvimento de textos críticos, porventura antidramáticos, logo estéticos e políticos em simultâneo, pondo em questão o real em vez de o imitar. De acordo com o épico, “as épocas devem evidenciar o contexto ideológico correspondente”. Tentei ir por aqui, não me cabe avaliar os resultados.

Até que ponto a imaginação criadora fundamenta-se na realidade histórica em seus romances do ciclo americano?

CABRAL – Acredito que em todos os textos do “ciclo americano, com ligeiras nuances, se apela ao real, a imagética proveniente de situações autênticas (as da História) modeliza os acontecimentos

históricos – no enalço de Brecht – os mais adequados, por serem já conhecidos. O efabulador distanciar-se-ia assim dos lugares-comuns históricos e psicológicos.

Creio vir a propósito a remissão para *Mar Salgado*, que encerra a ‘trilogia do mar’, a acção a desenrolar-se em Angola, antes, durante e após a guerra colonial. A narradora, a dado passo, introduz Brecht na efabulação, chama-o à “boca de cena”, mais, faz “ouvir” fragmentos de “Mahagonny”, de Weill, este instituído marcador rítmico na narração, com variações sobre o enunciado irónico.: “*Oh moon of Alabama, now we must say good-bye...*”, prolongando-se, mais adiante: “*...now we must have dollars, oh, you know why...*”, até que o estribilho – o dramaturgo já nos Estados Unidos – vinca: “*Now, I tell you, I tell you, I tell you, you must die*”.

“...Quem seriam os que tinham de morrer?” Para além dos naturais da terra, os portugueses e os brasileiros descendentes dos Pernambucanos expulsos do Brasil em 1849, após a “revolução praieira”, no Recife. Deportados para Angola, por serem prósperos - ameaçariam os interesses de Lisboa –, vão para um lugarejo, Moçâmedes: dali a cinco anos, seria uma vila; decorridos vinte, Moçâmedes possuía um porto de mar. Teriam de morrer em consequência da guerra colonial; e na Grande Guerra, quando se inicia *Viagem*.

No entanto, voltando ao tempo conveniente, quando Salazar dera sinal de simpatia pelo Estado Novo brasileiro, homenageando Vargas no Real Gabinete de Leitura – isto também pertence ao “corpus” de *Mar Salgado* –, seria concedida especial atenção aos portugueses estabelecidos em terras de Vera Cruz, inquietos com a guerra civil de Espanha: parodiando os pernambucanos expulsos do Recife, muitos deles que tinham ido para o Brasil odiando “a situação”, tornar-se-iam, pela prosperidade, ferrenhos defensores do Estado Novo de Salazar.

Com o final da Segunda Guerra Mundial, a bifurcação política entre os dois países irmãos acentua-se. O Brasil de pós-guerra, combatente do fascismo na Europa, não aceita a ditadura dentro de fronteiras, pode dizer-se que a chegada dos “pracinhas” faz oscilar neutralidade brasileira face ao conflito; afastadas tendências germa-

nófilas, decide aceitar a corte dos Estados Unidos da América. Entendo interessante, em termos narrativos e no espelho da História que, tanto no Brasil como em Angola, pudessem ser ainda trauteadas as estrofes de Kurt Weill, o eco de uns afinal eco dos outros: “...*Now, we must have dollars, oh, you know why...*” O pan-lusitanismo dava lugar ao pan-americanismo. O fulgor de súbito gélido da lua de Alabama atingia Angola; de facto, dali a duas décadas, os Estados Unidos apoiariam o levantamento bacongo no Norte, contra os portugueses, não sem que, nos anos 50, Adlai Stevenson tivesse apresentado na ONU as pretensões dos grupos independentistas. Começaria a guerra colonial; o estribilho obsessivo, incidiria no mesmo: “*Now, I tell you, I tell you, I tell you, you must die...*”, portugueses e brasileiros, em mimetismo inesperado, aparentemente estranho, tanto na adaptação a novos espaços como na adopção dos valores do outro, o que, ainda que dito com ironia, é sem dúvida algo a atar-nos para além da racionalidade quiçá da vontade. Também o Brasil justifica amplamente *Oklahoma Blue...*

Em muitos dos seus romances há um forte entrosamento entre história e ficção, percebendo-se uma pesquisa aprofundada e exaustiva sobre os períodos e as situações focalizadas. Nota-se aí o espírito investigativo da jornalista?

CABRAL – Não creio. Desde o início, o “cultural”, em toda a sua abrangência, haveria de conduzir-me ao factual, aos acontecimentos, mas como consequência. Na investigação factual, de facto exaustiva, dialogo com o mundo, vou à procura do motivo dos acontecimentos, encontro este aspecto, outro, e rejubilo, a narrativa vai avançando contaminada pelo entusiasmo de vidas de papel decalcadas no real, sonhos, medos, terrores, ânsias, que passam a ser meus, não só enquanto narradora. E assim se criam mundos, as personagens pensam e agem de acordo com o tempo em que as situo ou que lhes pertence, isto é o mais trabalhoso e o mais estimulante, o retrato psicológico, o palco interior, o feixe de indecisões que a narradora tem de vencer, também ela forçada a actuar, não constitui

a mera voz em *off*, ao contrário da maior parte dos cultores do romance histórico que por ele avançam porque está na moda, logo por oportunismo; vendo no gênero a “liberdade” de estratégias gratuitas, supõem a distância no tempo passível de gratuidade (na preferência do grande público, alheado de quase tudo que respeita à memória do colectivo).

Embora não me suponha num plano superior, procuro ângulos de visão orientando-me pelos que souberam pensar a História, deixo-me tentar pela vertigem utópica de uma transformação social em contínuo, embora saibamos todos, até as personagens, que o homem será sempre igual a si próprio e tenderá a precipitar-se nos mesmos alçapões.

A respeito dessas suas obras, que poderíamos chamar de romances históricos, você poderia comentar a trilogia que focaliza um largo período da História do Brasil.

CABRAL – Já o fui fazendo; e abrindo mais o leque... Quem bem ler os textos encontrará rede historiográfica consistente, em sucessivas épocas, nelas convergindo tentações, fascínios, provocações ao leitor, explícitas ou encapotadas. Em *Brasil Dúptico* – onde, na realidade, me debruço para a formação da América Ibérica –, em “Ouro, Honor, Corsários, Ilusiones”, sécs. XVII/XVIII, já pelas páginas noventa do único romance historiográfico português com a cidade de Parati por cenário de eleição, a par da rota do ouro brasileiro, a narradora alude a Robert Burton, escritor inglês e pastor humanista nascido no séc. XVI; troçava este dos intelectuais do seu tempo, reabilitando o humor a traduzir disponibilidade interior ligada à generosidade, ao sublime e ao ridículo. Tal atitude teria continuidade na época dos entusiasmos metodistas e revolucionários, no séc. XVIII, em que tanto Fielding como Sterne adoptaram temas divertidos, apesar da acuidade política; Burton edificara, em digressões eruditas, a psicopatologia amorosa e religiosa do luto, do abandono, do ressentimento e do humor... E a narradora, pulando no tempo, refere Escarpit, utiliza o enunciado deste, segundo o qual “é provavelmente impossível (d)escrever a existência”. Se atentarmos

no pormenor de ser Escarpit cronista no *Monde*, no séc. XX, voltado para uma “sociologia da literatura” a prolongar-se numa “teoria da comunicação literária...” O que, evidentemente, não pretendi, a minha ousadia tem limites. Creio encontrar-se nos meus textos, após leitura atenta e abrangente, na totalidade do “ciclo americano”, a ilusão de um “tempo curvo”: se, durante cinco séculos, irradiara de Portugal como que um feixe de energia atravessando o tempo, privilegiando o Brasil, pelo incentivo dos bons resultados do passado assiste-se na actualidade ao retorno dessa energia, a “saga dos Pernambucanos” é resgatada; Lisboa, Portugal inteiro, a Europa acolhe os brasileiros, o Brasil, no séc. XXI. O achamento ganhou assim novo sentido.

Ressalta da leitura de sua obra que sua criação fundamenta-se numa visão universalista e cosmopolita, seu interesse desconhece fronteiras, lança-se para África, Europa, Brasil, Estados Unidos. Como você analisa este dado do seu fazer literário?

CABRAL – Reflecte a vertente experimentalista do projecto, escolher os lugares do mundo que contribuiram para uma poética do olhar inaugurada por nós, portugueses, quando da descoberta de novos lugares por onde haveríamos de dispersar a nossa energia, edificando novas nações no futuro, destacadas capacidades humanas (ou desumanas), na espiral do progresso. Ainda a ascensão e a queda, arrastando consigo os avatares do descontentamento: tendemos a ignorar que a vontade individual só adquire força e sentido quando projectada no universal.

A matéria do humano é a mesma em qualquer dos continentes, se bem que os sonhos, não já de grandeza, mas de estabilidade a longo prazo, continuem a inquietar-nos, enquanto país.

A África fez de mim o que sou, para o melhor e para o pior, enquanto indivíduo tive oportunidade de avaliar as convulsões de sociedades em transformação: se sonhos de séculos eram soterrados outros brotavam, em crueldade salvífica, despontavam quais gumes.

Os projectos eram sempre condicionados ou pelo poder central, na Europa, nas Metr6poles, ou por compromissos de ordem v6rias estabelecidas ao longo do tempo, e isto remonta a meados do segundo mil6nio, entre as respectivas pot6ncias coloniais, em futuros interesses, alianças, traiç6es. Todos os que viv6amos nas col6nias – n6o s6o portuguesas – 6ramos pe6es de uma mudança que ainda n6o terminou, o que, vendo bem, nos d6 hip6tese de evitar o p6ntano.

Entendo que o escritor n6o tem de circunscrever-se 6s pr6prias fronteiras, as do seu pa6s, o mundo 6 uma imensa trama narrativa dita e pensada por in6meras vozes. A Am6rica surgiu no meu projecto, e quem bem conhecer o seu papel no mundo ao longo dos tempos, encontra justificativa para que me tenha voltado para a sua Hist6ria enleada 6 de outros povos, directa ou indirectamente. O Brasil afinal foi sempre motivo da sua atenç6o desde o s6c. XVIII, se bem que, honra nos seja feita, entre 1816 e 1820, o abade Jos6 Correia da Serra, ministro plenipotenci6rio do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves junto do executivo norte-americano, tentasse influenciar Jefferson para que o Brasil fosse aceite com responsabilidade igual 6 dos Estados Unidos, no chamado “sistema americano”. Ali6s, imitando os rebeldes brasileiros de 1817, os insurgentes sul-americanos solicitavam aux6lio 6 grande pot6ncia americana...

Por outro lado, durante o s6c. XX, e logo ap6s a Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria levava a que os Estados Unidos e a R6ssia (ent6o URSS) tentassem captar as simpatias do Terceiro Mundo. Os primeiros acenavam-lhe com a prosperidade, os bens do corpo, os segundos com a mobilizaç6o da vontade, queriam-lhe a alma. E continuava a projectar-se a tese de Rousseau: ”Todos nascem homens e livres”, no estribilho das revoluç6es americana e francesa. Isto, ainda que ir6nico, 6, como todos sabemos, verdadeiro.

Se tivesse vivido sempre no Porto, onde nasci – sou europ6ia galaico-duriense – ter6 sido imposs6vel tal abrang6ncia criadora, se bem que as fronteiras hoje sejam traçados subliminares pautados por interesses. N6s continuamos a ser, personagens da vida ou da ficç6o, peç6as indispens6veis e, em simult6neo, descart6veis. Assim as bibliografias.

Você é uma escritora com uma extensa produção, que constrói obstinadamente um projecto literário, o que aguça nossa curiosidade: quais serão os seus próximos trabalhos?

CABRAL – Chegou a altura de mencionar *Ornato Cantabile*; sairá este ano o meu texto mais vasto, com mais de 400 páginas, romance épico incidente nos séculos XV/XVI: aqui se dá conta do séc. XVI brasileiro por mim ainda não tratado, mais concretamente até à ida dos Jesuítas. A exemplo dos anteriores - este, cronologicamente, antecipa *Brasil. Díptico* –, mistura os fios da História e da ficção, em múltiplas situações sustentadas por personagens activas, algumas delas demoníacas, mas por bem, para que a narrativa se expanda, se articule.

Também um outro romance – este não historiográfico –, *Volúpia*, aguarda edição. Em processo de escrita, um novo texto historiográfico, a decorrer na China (teria de chegar a vez da Ásia). Wei-yang-cheng traça o mapa das cavernas onde nidificam as andorinhas, no tempo em que as montanhas lendárias Thai-Hsing e Wanh-Wu formavam uma única...

No momento actual em que a mídia tornou-se um poder na sociedade, como você vê a relação entre mídia e literatura: como os meios de comunicação influenciam e orientam os leitores?

CABRAL – A mídia cada vez se distancia mais da Literatura, aproxima-se de textos que não obriguem ao trabalho de ler, preferencialmente opina-se sobre obras estrangeiras, chegam com ampla informação pronta a utilizar. O jornalista é forçado a afirmar-se rapidamente (existem demasiados para ocupar-lhe o lugar). Tudo - ou quase - é *marketing*; se os textos não forem lineares, simplistas, se, pela ambiguidade, obrigaram à cumplicidade de quem lê, em jogos de inteligência, correm o sério risco do silêncio. O público leitor, ingenuamente, compra o que está em destaque nos escaparates nas grandes superfícies, onde rareia o critério.

As exceções na mídia correspondem a vozes credíveis e com autoridade, geralmente acadêmicos na responsabilidade de tentar orientar o leitor. No entanto, quanto mais “ruído”, ainda que por via do escândalo, maior a venda. Os autores devem ser “personalidades”, não se lhes exige que sejam escritores.

Seguindo esta linha de idéias, até que ponto você julga que influencia, no sucesso das obras atuais, o seu conteúdo político-social?

CABRAL – A época é frívola, o público leitor compra “capas”, não livros. Acredito que só quando chegar a altura de joeirar para futura memória crítica, o conteúdo político-social seja valorizado.

A publicação atingiu índices de tal forma insensatos que não há tempo para a triagem natural; banalizado o acto de escrever, publicar, confunde-se escrita, qualquer que seja, com Literatura.

Enfim, falando para uma revista de Comunicação, você se considera uma escritora que atua como jornalista, ou uma jornalista que atua como escritora?

CABRAL – As águas misturam-se, decorreram 30 anos de atividade; após 26 livros publicados (e 3 ainda não editados), abrangendo poesia, romance, teatro, ensaio, considero-me uma escritora que atua como jornalista, por acreditar na utilidade do que produz enquanto tal.

POESIA

Sol Intermitente. Porto: Inova, 1976.

Poemas do Amor e da Morte. Porto: Brasília Editora, 1977.

Muxima. Porto, Brasília Editora, 1979.

Iluminuras. Lisboa, Átrio, 1987.

FICÇÃO

Staccato (novela). Porto: Brasília Editora, 1981.

Os Anjos Andam Nus. Lisboa: Ulmeiro, 1985.

Um Homem de Sonho (novela). Lisboa: Rolim, 1986.

Tetralogia da Ausência

Tarde de mais Mariana. Porto: Afrontamento, 1985.

Maldamor. Lisboa: Europa-América, 1986.

Obsidiana. Lisboa: Europa-América, 1988.

Prantos. Lisboa: Difel, 1992.

Trilogia do Desvario

Elegia para um Corpo Adormecido. Porto: Afrontamento, 1988.

Amatus. Porto: Afrontamento, 1990.

Finale. Porto: Afrontamento, 1992.

Trilogia da Ilusão

Madrigal. São Paulo, Lisboa: Difel, 1993.

Angola, no entretanto de Tempo, Urila-o-Kimbi. Lisboa, Difel, 1994.

Um Amor Cortês. Porto: Campo das Letras, 1996. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

Em Demanda da Europa. Porto: Campo das Letras, 1997.

O Grito da Garça (teatro). Porto: Campo das Letras, 2001.

CICLO AMERICANO

Trilogia do Mar

Ouro, Honor, Corsários, Ilusiones. Lisboa: Difel, 2000.

Viagem, Memória e Sertão. Lisboa: Difel, 2000.

Mar Salgado. Lisboa: Difel, 2002.

Oklahoma Blue. Porto: Campo das Letras, 2005.

A noite Transfigurada. Porto: Afrontamento, 2006.

A publicar:

Ornato cantabile (romance).

Volúpia (romance).

Poemas do Declínio (poesia).

MARKETING ETNOGRÁFICO: UMA ABORDAGEM DOS ASPECTOS HISTÓRICOS, SOCIAIS E CULTURAIS GERADOS PELA ESTAÇÃO DA LUZ

ETHNOGRAPHICAL MARKETING: AN APPROACH ON THE HISTORICAL, SOCIAL AND CULTURAL ASPECTS GENERATED BY ESTAÇÃO DA LUZ

Gabriela Ribeiro BARBOSA¹

Ligia Carla GABRIEL²

Marília Gabriela GATO³

RESUMO: O presente estudo teve por objetivo conhecer os aspectos históricos, culturais, sociais e econômicos que influenciaram no desenvolvimento e características do entorno da Estação da Luz, localizada no centro da cidade de São Paulo. Utilizou-se do método etnográfico e da observação participante para a coleta de dados, procurando conhecer como a instalação da Estação contribuiu para a formação cultural, econômica e social de seu entorno. Os resultados mostram que a instalação teve grande influência no desenvolvimento da cidade de São Paulo e contribuiu para a formação dos bairros ao seu redor, com foco no Bairro Bom Retiro, onde se fixaram os primeiros imigrantes que chegaram a São Paulo e iniciaram pequenos negócios e estabelecimentos comerciais que prosperaram e fizeram crescer uma importante e interessante comunidade de diferentes etnias.

UNITERMOS: antropologia; marketing etnográfico; Estação da Luz; observação participante

1 Especialista em Administração de Marketing e Propaganda pela Universidade Estadual de Londrina – UEL - de Londrina/PR.

2 Especialista em Administração de Marketing e Propaganda pela Universidade Estadual de Londrina – UEL – de Londrina/PR.; Professora de Sistemas, Organização e Método para o curso de Administração da Instituição Toledo de Ensino – ITE - de Bauru/SP.

3 Especialista em Administração de Marketing e Propaganda pela Universidade Estadual de Londrina – UEL - de Londrina/PR.

ABSTRACT: This essay intends to present the historical, cultural, social and economical aspects that have influenced the development and characteristics of Estação da Luz neighborhood in São Paulo city. Ethnographical method and participant observation were used to collect data, intending to understand how the installation of Estação da Luz has contributed for cultural, economical and social formation of the neighborhood. The outcomes have shown that the installation of Estação da Luz had great influence for the development of São Paulo city and had contributed for the creation of Bom Retiro district, fixing in it immigrants who have started small business and commercial establishments that had prospered and had been important for the expansion of different ethnic groups. **UNITERMS:** anthropology; ethnographical marketing; Estação da Luz; participant observation

Apresentação

Grande parte das teorias de evolução do pensamento de marketing se direciona aos estudos do comportamento do consumidor. A busca desse entendimento leva ao experimento de novas técnicas e modelos de pesquisa, pois se entende que não há uma maneira única de conhecer o que se passa na mente do consumidor em relação ao processo de compra.

A etnografia, originada do campo da antropologia, transformou-se em uma poderosa ferramenta de pesquisa para os profissionais de marketing, oferecendo uma nova perspectiva em estudos e pesquisa em marketing, enfatizando os aspectos qualitativos do comportamento de consumo, principalmente porque a observação participante possibilita melhor compreensão e interpretação dos elementos do comportamento humano nas relações de consumo.

As pesquisas e estudos com o uso da etnografia facilitaram a adoção de estratégias e identificação de aspectos da cultura existente dentro de um determinado contexto ou de um grupo. A premissa é de que a cultura é um fator relevante e mostra com maior clareza as relações que se estabelecem dentro desse contexto ou grupo. A partir dessas concepções, utilizou-se da etnografia e da observação participante para compreender e aprofundar os conhecimentos sobre as características e influências da Estação da Luz na cidade de

São Paulo, no desenvolvimento sócio, cultural e econômico de seu entorno e o modo como influenciaram no desenvolvimento dos tipos e características do Bairro Bom Retiro.

Embora ainda pouco utilizado em estudos de administração, nos últimos anos tem surgido estudos na área de marketing, que adotam a etnografia como forma de estudar o comportamento do consumidor. As pesquisas têm sido realizadas com o intuito de observar e apreender o ponto de vista do outro, compartilhando a sua realidade, a sua descrição do mundo e as suas marcas simbólicas.

Para Wallendorf (1994), a etnografia se caracteriza fundamentalmente pela procura de fontes múltiplas de dados, para, com isso, obter diferentes perspectivas sobre o grupo ou contexto pesquisado.

McGrath (1989), foi um dos pioneiros na utilização da etnografia, tendo as práticas de consumo como foco de estudo, ao analisar o processo de escolha de presentes, a partir da perspectiva de uma loja de varejo no período das festas natalinas.

Outro estudo também caracterizado como etnográfico é o de Schouten e McAlexander (1995), que estudaram os proprietários de motocicletas Harley-Davidson, procurando mostrar como esse grupo construía sua singularidade, frente a outros grupos urbanos, ao compartilhar uma “devoção” por um produto de marca específica.

Nos estudos etnográficos, cabe ao pesquisador fazer uma interpretação sobre os valores e culturas que envolvem o contexto pesquisado. Por isso, o aprender sobre o contexto da pesquisa exige, além de tempo prolongado junto à população estudada, o partilhar a realidade pesquisada.

Para Barros (2001, p.3), o método etnográfico se constitui no conhecimento antropológico, pois busca a lógica cultural que orienta a vida das sociedades em seu próprio habitat. (BARROS, 2001, p.3). Para a autora, o grande sistematizador desse método como trabalho de pesquisa foi Malinowski (1922), com a publicação da obra *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*, que marcou a história da antropologia moderna ao propor uma nova forma de etnografia, envolvendo detalhada e atenta observação participante em seu clássico estudo.

As principais características da pesquisa etnográfica e as possibilidades de aplicação no campo do marketing se fundamentam essencialmente na busca de fontes múltiplas de dados, de forma a obter diferentes perspectivas sobre o contexto pesquisado. Por isso, conforme afirma Wallendorf (1994), o estudo etnográfico deve ter como prática de campo a observação participante e a entrevista em profundidade, uma vez que tais meios possibilitam observar, participar do contexto analisado e anotar o que ocorre em um diário de campo. Nesse aspecto, a observação participante é um diferencial que foge às características tradicionais e comuns nas pesquisas de marketing, colocando o pesquisador no meio da vida do pesquisado, onde irá compreender as práticas, códigos, símbolos e linguagem cultural que dão sentido à sua vida social.

A Unilever, empresa do ramo de *fast food* foi pioneira neste tipo de estudo, já que desde a primeira metade dos anos 90, a empresa já se utilizava de equipes de pesquisa, visitando as regiões mais pobres do País e chegando a morar com as pessoas para conhecer o seu dia-a-dia (PESQUISA, 2004, p.1).

Com o conhecimento dessas premissas, os profissionais de marketing têm procurado aprimorar suas técnicas de investigação sobre os desejos dos clientes. Para isso, baseiam-se no pressuposto de que, para conhecer um consumidor, é preciso conviver e conhecer em profundidade a sua rotina, sua moradia, sua alimentação, suas roupas, seu comportamento no trabalho.

Essa é uma estratégia que busca detectar e compreender tendências de mercado antes da concorrência e lançar produtos com maior rapidez.

De acordo com Barbosa, a informação sócio-cultural adquirida por meio de estudos etnográficos pode ser relacionada com o consumo e transformada para gerar novas oportunidades de mercado, novos produtos e novas formas de entrar em contato com o consumidor (BARBOSA, 2003, p.102).

Por essa razão, as pesquisas tradicionais de marketing começam a perder espaço nas organizações de grande porte e estão sendo consideradas insuficientes para detectar aspectos muito especí-

ficos sobre as expectativas do consumidor. Empresas como Kraft Foods Brasil, Procter & Gamble e Unilever estão adotando a prática de enviar os principais executivos para as casas dos consumidores e lugares freqüentados por eles para obter informações de suas reais necessidades e expectativas.

Segundo a antropóloga Barbosa, estudos dessa natureza exigem para dar bons resultados, meses de imersão em um mesmo ambiente para dar bons resultados. Para ela, contatos rápidos com os clientes servem apenas para tirar as empresas da letargia e tornar os executivos mais sensíveis a realidades que normalmente desconhecem. Quando a empresa deseja obter informações mais aprofundadas sobre categorias culturais como estilo de vida, liberdade de escolha, de identidade e referências sociológicas, os estudos etnográficos têm resultado mais eficiente (BARBOSA, 2003, p.101).

Autores como Mac Cracken (2003), Baudrillard (1995, 1999), Featherstone (1995), Slater (2002) acreditam que tais essas mudanças que ocorrem hoje nas sociedades são geralmente ligadas ao estudo do pós-modernismo. Trata-se de entender a lógica e os valores anexos ao produto e começa a ser usado e aplicado na rotina diária do consumidor. Esse tipo de informação pode ser encaixado na vida das pessoas, o centro da relação entre o marketing e a antropologia.

Este é um estudo exploratório e descritivo, visando a obter conhecimento sobre um assunto ainda pouco explorado. Como identifica fatos históricos, sociológicos, culturais e étnicos de um espaço específico, a forma apropriada de disposição do conhecimento é a descrição e o relato dos fatos. Por isso, a observação participante é recomendada nesse tipo de estudo.

Segundo Lüdke e André, a pesquisa qualitativa tem ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. A pesquisa qualitativa supõe um contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação investigada, normalmente com o trabalho de campo intensivo (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p.1).

A pesquisa qualitativa ou naturalística, de acordo com Bogdan e Biklen, envolve a obtenção de dados descritivos, e o contato direto

do pesquisador com a situação estudada, enfatizando mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes (BOGDAN; BIKLEN, 1982, p.2).

Lüdke e André, afirmam que a observação precisa ser, antes de tudo, controlada e sistemática. Isso implica a existência de um planejamento cuidadoso do trabalho e uma preparação rigorosa do observador.

Ao lado da observação, a entrevista representa um dos instrumentos básicos para a coleta de dados. Ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos.

Uma outra forma de coleta de dados necessária é a análise documental. Lüdke e André destacam o fato de que os documentos constituem uma fonte estável e rica. Persistindo ao longo do tempo, os documentos podem ser consultados várias vezes e inclusive servir como base para diferentes estudos, o que dá mais estabilidade aos resultados obtidos. Dessa forma, alicerçada em um método de coleta de dados minuciosamente definido, a pesquisa pode buscar seus resultados de forma mais precisa (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p.39).

Portanto, o estudo realizado nas instalações da Estação da Luz em São Paulo e no seu entorno pode ser entendido como um estudo etnográfico, pois procurou compreender, a partir de variáveis sociais, culturais, históricas e étnicas o contexto analisado.

Nesse sentido, a observação participante foi essencial no processo de investigação, pois conforme afirma Malinowski (1986), a investigação participante é um modo de verificar informações por meio da observação direta do comportamento das pessoas em situações sociais específicas, examinando a coerência daquilo que se observou diretamente com informações e observações paralelas, analisando o conteúdo emocional do comportamento manifesto.

Para Malinowski, esses tipos de estudo são feitos de acordo com os princípios metodológicos que podem ser agrupados em três tópicos principais:

- a) Em primeiro lugar, o estudioso deve ter objetivos verdadeiramente científicos e conhecer os valores e critérios da moderna etnografia.
- b) Em segundo lugar, deve criar condições adequadas para o trabalho, o que significa, principalmente, viver realmente entre os nativos longe dos brancos (nesta pesquisa, viver entre o objeto de estudo durante um determinado período de tempo).
- c) Finalmente, devem ser aplicados métodos especiais de coleta, manipulação e registro de dados.

Para realizar este estudo, as pesquisadoras utilizaram uma combinação de observação participante, entrevistas e análise documental. A observação participante, também chamada de diário de campo, procura retratar os fatos e eventos na forma como estes ocorrem na realidade. Num segundo momento, alguns trabalhadores e transeuntes da estação foram abordados com o intuito de obter a percepção deles sobre os fatos passados e atuais que fazem da Estação da Luz um marco importante na vida da cidade e da população. Por último, as entrevistas realizadas com o Assessor de Marketing Rodrigo de Assis, da empresa CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos), que administra hoje a estação e com Maria Inês Mazzoco, Coordenadora de Preservação Ferroviária, procurando complementar a coleta de dados e os fatos observados pelas pesquisadoras.

Após a coleta de dados, procurou-se classificar e organizar as informações, tendo em vista os objetivos propostos. Ao apresentar a impressão e percepção das pesquisadoras sobre o contexto estudado, é importante ressaltar o cuidado na interpretação dos elementos estudados, por ser este um estudo qualitativo-descritivo. O pesquisador é responsável pelas análises, que não podem ser interpretadas, mas somente assimiladas e embasadas no referencial teórico.

Utilizaram-se tanto os elementos observados quanto as entrevistas realizadas. Dados secundários, como, levantamentos históri-

cos em Museus e Universidades, além de análises periódicas foram utilizados para identificar os motivos das reformas e mudanças na estrutura da Estação da Luz, no que concerne às instalações (aspecto tangível) e à sua função (aspecto intangível).

Restauração da Estação da Luz

De acordo com as informações levantadas pelas pesquisadoras, um dos aspectos mais importantes foi a obra de restauração da Estação da Luz e sua reabertura para visitação pública durante as comemorações dos 450 anos da cidade de São Paulo. A Estação da Luz voltou a ostentar o mesmo aspecto imponente da década de 50, quando foi praticamente reconstruída - após ter sido atingida por um incêndio de grande proporção.

A Estação foi – em outras épocas – fundamental para o escoamento da produção das lavouras do interior do estado para o porto de Santos, de onde os grãos eram embarcados para a Europa. Além disso, era ponto de partida e de chegada para as pessoas que se dirigiam a algumas regiões do estado, além de ser a saída para o Rio de Janeiro.

Para levantar os dados históricos as pesquisadoras contaram com a contribuição dos responsáveis por informações a respeito da Estação, com relação aos aspectos históricos, culturais e sociais, observando que uma das grandes contribuições da Estação, foi e continua sendo, o transporte sobre trilhos.

Atualmente, o transporte de pessoas para o interior e para outros estados não mais existe, mas, mais de 350 mil pessoas se dirigem diariamente para outras regiões metropolitanas.

No aspecto cultural, a instalação do Museu da Língua Portuguesa, ligado à Secretaria de Estado da Cultura, propicia momentos de lazer, além de resgatar a história da língua portuguesa. Alguns elementos importantes fazem parte do entorno da estação. A Praça da Luz, a Pinacoteca, o centro velho da cidade, além do bairro Bom Retiro que foi, por muito tempo, um lugar com intensa presença de cortiços. O bairro apresentava focos de epidemias que assolaram a

cidade nos anos de 1892 e 1917. Após essa fase, o bairro já começou a ganhar características que predominam até hoje: um bairro comercial voltado para a área têxtil.

A Pinacoteca é o primeiro museu de arte inaugurado no país e tem um acervo de cinco mil obras. Algumas são expostas no Jardim da Luz, parque histórico que serviu para zoológico, observatório meteorológico, corridas de cavalos, feiras livres e quermesses.

Com relação ao ambiente interno da estação, a coordenadora da CPTM explicou que, após a reforma em função do incêndio, na década de 1950, a estação se tornou pioneira na prestação de serviço na área de transporte. A arquitetura arrojada da estação foi importante na forma de se adequar a evolução dos vários tipos de transportes, do passado até os dias atuais, a exemplo, a forma com que foi construída, já com a concepção de que, no futuro, seria utilizada para instalações do metrô. Pouco restou do ambiente antigo, pois seu espaço de convivência serve apenas para a passagem de transeuntes ou daqueles que desembarcam do metrô. Na Estação da Luz não há mais espaço para o comércio.

Somente nas estações do Metrô, podem ser vistos estabelecimentos de comércio de roupas, bijuterias, lojas de conveniências, quiosques de sorvetes e de recargas e acessórios para celulares.

Com a pesquisa foi possível verificar que a urbanização da cidade de São Paulo esteve diretamente ligada ao desenvolvimento da ferrovia, pois a cidade cresceu ao redor de suas linhas, bem como o desembocamento de várias outras estradas, que visavam ao escoamento das cargas através de outros meios de transportes.

Vieram muitos imigrantes trabalhar na construção da estação. Por isso, a construção contou com a mão de obra dos ingleses na administração, dos espanhóis nas linhas de trens e dos italianos na execução da arquitetura das linhas.

A ferrovia representava também um transporte de massa. Com isso, contribuiu com o desenvolvimento social, tanto das elites quanto das camadas populares.

Para o analista de marketing da CPTM, a Estação da Luz teve uma influência marcante no desenvolvimento do comércio e na for-

mação dos bairros em seu entorno. Ali surgiram as grandes fábricas, lojas diversas, hotéis, restaurantes e diversões noturnas.

Os dados documentais mostram que as atividades comerciais eram concentradas principalmente na Rua José Paulino, como é até hoje, famosa por suas lojas e casas de moda.

A partir dos anos 1920 que muitos judeus começaram a chegar, vindos, sobretudo da Rússia, Lituânia e Polônia, em decorrência da Segunda Grande Guerra. A partir da década de 1960, o bairro Bom Retiro começa a receber os sul-coreanos, que passaram a comprar as principais lojas do bairro, principalmente nos anos 80, com os benefícios da Lei de Anistia em 1982.

Nota-se, por tanto, que muitas etnias fizeram e fazem parte da história e do desenvolvimento do entorno da Estação da Luz.

Pode-se perceber a existência de todos os tipos de comércio no bairro. Na década de 30, existia comércio ambulante, lojas no ramo do vestuário, fábricas diversas, numa convivência harmônica entre italianos, judeus.

Sem sombra de dúvidas, essas diferentes etnias conferem até hoje a essa região uma importante contribuição econômica e valorização da convivência harmoniosa. Com mais recursos, a nova geração de comerciantes e empresários do Bom Retiro preferem se instalar em shoppings, alguns até mesmo em outros bairros.

Dos relatos das pessoas abordadas de forma aleatória pelas pesquisadoras, alguns fatos interessantes puderam ser descobertos contribuem de maneira especial para o presente estudo.

Um entrevistado que veio da região do sul da Bahia e trabalha como policial manifesta que “a cidade de São Paulo é uma cidade cosmopolita pela grande diversidade de etnias e sotaques”. Um outro entrevistado que trabalha na Pinacoteca, comenta que “alguns prédios ao redor da estação estão sendo ocupados por sem-tetos”. Comenta também, que em um desses prédios foi realizado um projeto cultural, organizado por um dos moradores. Esse criou uma biblioteca dentro de um dos andares do prédio, onde reúne obras que obtém por meio de doações. Relata ainda que o projeto é muito bonito e que despertou o interesse de pessoas e algumas instituições,

já que o morador usa apenas de boa vontade, apesar da sua falta de instrução. Mas o objetivo é preservar a memória do local”.

Outra abordagem feita com um vendedor, descendente de italiano, revelou “que ele possui muitos clientes no bairro próximo à estação”. Conta “que morou por muitos anos nas imediações e que, em outros tempos, os bairros próximos da estação eram residenciais e construídos para a elite do café”. O entrevistado revelou também, “que na época, existiam muitos cabarés e boates, para que essas pessoas tivessem entretenimento e pudessem se divertir.

Hoje, os bairros antes de elite, são comuns e com uma mescla de moradores de todas as classes sociais, além de que, esses bairros se tornaram comerciais”.

Na região, configuram-se os bairros Bom Retiro, da Luz e Santa Efigênia. Sobre o Parque da Luz, esse entrevistado conta “que na época, ao redor da Estação da Luz, existiam chácaras e plantações e que a existência da estação foi transformando o local e cedendo espaço para a formação de uma economia mesclada por comércio, indústria, escritórios, e a presença de imigrantes italianos e judeus”. Esse mesmo entrevistado nos conta que “foi feito um documentário no Restaurante Acrópolis, na Rua da Graça, nas proximidades da estação e que seu proprietário é um senhor que pode contar toda a história da transformação ocorrida com o surgimento da estação”.

As pesquisadoras fizeram contato com o proprietário do restaurante, conhecido como Trasso, devido à dificuldade em pronunciar seu nome, que é de origem grega. O estabelecimento fica bem no centro do Bom Retiro. Trasso conta que, quando chegou ao Brasil, em 1961, desembarcou no Porto de Santos. Conheceu o Bom Retiro em 1966, pois morava com sua família no Jardim Primavera. Ele revela que gostava de passear no jardim da Luz e sentar-se para apreciar a beleza e características do local, pois, na época, o Bom Retiro era um bairro com comércio intenso”.

Ele comenta “A maioria dos comerciantes eram estrangeiros vindos de Israel e da Grécia e comercializam roupas. Tinha de tudo aqui. Hoje, os coreanos são predominantes, mas uma colônia maravilhosa revela”. Para ele, “o Bom Retiro é o melhor lugar comercial

de São Paulo”. Relata ainda, “que existiam muitos hotéis ao redor da estação, justamente para atender os Barões do Café, estrangeiros que vinham comercializar com o Brasil, turistas etc. e que até hoje tem pessoas chegando a São Paulo para morar ou procurar melhores oportunidades de trabalho”.

Nos apontamentos das observações feitas pelas pesquisadoras, foi possível perceber que apesar do bom policiamento nas proximidades, a Estação da Luz sofre ainda com o vandalismo. Nota-se que isso pode decorrer em função do grande número de pessoas que ali transitam até as 19 horas ao voltarem para casa.

Além disso, nas proximidades da Rua Mauá, foco de marginalidade é bastante evidente, devido ao fato de se localizar no centro de São Paulo e apresentar características típicas desses “centros”, tais como prostituição, pequenos furtos, indigentes que se instalaram em prédios desativados e também nas ruas e calçadas da região.

Foi observado que as pessoas que transitam pela estação, especialmente no período noturno, são pessoas que trabalham nas proximidades, estão saindo de seus empregos e precisam da estação para se locomover do trabalho para casa, com os trens ou metrô. Pode-se notar a presença discreta de alguns executivos.

Entretanto, após as vinte horas, nota-se que o fluxo de pessoas já começa a diminuir, juntamente com os guardas e instrutores que passam o dia ali, auxiliando e dando explicações para os transeuntes.

Depois das vinte horas e trinta minutos, a estação fica quase deserta e não se mostra mais um ambiente tão acolhedor em face de sua importância histórica, cultural e econômica que tanto contribuiu para o desenvolvimento da cidade.

Considerações finais

Em estudos de marketing, a etnografia é utilizada principalmente para compreender o comportamento do consumidor e entender os diversos hábitos de consumo nas diferentes culturas. Considerando os objetivos propostos neste estudo, verifica-se que estes foram atingidos na medida em que se buscou conhecer os aspectos culturais, sociais e

históricos que influenciaram o surgimento da Estação da Luz e contribuíram para desenvolvimento dos locais ao seu redor.

Ficou evidente que a Estação da Luz representou para a cidade de São Paulo a porta de entrada de muitas personalidades importantes e que contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento econômico da época, modificando o panorama social e cultural então vigente.

Identificou-se também, que a Estação da Luz orientou o crescimento dos bairros ao redor, onde foram construídos inúmeros negócios tais como hotéis, bares, restaurantes, cabarés, casas de moda, alfaiatarias, lojas e fábricas que contribuíram para o desenvolvimento econômico, social e histórico da região.

Conseqüentemente, começaram a surgir os bairros residenciais e comerciais, como por exemplo, o Bom Retiro, ao lado da estação, que foi palco da fixação de estrangeiros italianos, turcos, judeus e, mais recentemente, de coreanos que aqui vieram para fugir da guerra ou para tentar uma vida melhor em função das oportunidades oferecidas pelo Brasil.

Com a observação participante, verificou-se que, atualmente, a estação tem como objetivo a valorização histórica, proporcionando uma combinação de contribuição social e cultural, já que houve uma preocupação em investir recursos para a melhoria de sua imagem, com o objetivo de agregar valor aos aspectos culturais de sua história e de sua arquitetura.

Com a construção do Museu da Língua Portuguesa em suas instalações, percebeu-se a presença de grupos escolares e também de turistas tanto brasileiros quanto estrangeiros, que visitam o local para conhecer as raízes da língua portuguesa.

Além disso, ainda hoje, a Estação serve como corredor de passagem para todos aqueles que utilizam o transporte ferroviário (trens e metrô) como meio de locomoção e de acesso ao transporte urbano. São pessoas de todas as classes sociais, idade e raça.

Sua contribuição não é só econômica, dado o importante comércio que se desenvolveu em seu entorno, ma, também cultural, já que abriga importantes atrativos como a Pinacoteca, Parque da

Luz, Mosteiro da Luz, igrejas entre outros patrimônios localizados no centro velho de São Paulo, também remodelados, resgatando um verdadeiro patrimônio histórico que pode ser aproveitado pela população e por visitantes de todo o mundo.

Atualmente, o Parque da Luz é freqüentado por muitas pessoas, principalmente idosas que praticam suas caminhadas em meio à beleza histórica e riqueza cultural que a estação propiciou.

Muito ainda pode ser feito para estimular e atrair turistas para visitação, pois os moradores de São Paulo estão tão envolvidos em suas apressadas rotinas que não t em tempo para parar e admirar a estac o. Simplesmente passam por ela e seguem o restante de seus caminhos.

As pesquisadoras observaram que alguns aspectos desse patrimônio podem ser melhorados. Por exemplo, a acomodac o dos passageiros que aguardam os trens para suas conexões. Também seria interessante um posto de informa es tanto para transeuntes como para visitantes.

Apesar de toda a beleza histórica e da riqueza cultural em torno da Estac o da Luz, infere-se que muito ainda poderá ser feito para estimular e atrair visitantes e turistas como oferecer atividades culturais, caf s, docerias, livrarias, tornando-se um espaço de lazer e de encontros de pessoas ou uma pausa do trabalho.   também importante melhorar a segurança do local, pois, mesmo com a revitaliza o dos espaços no entorno da estac o, o local ainda apresenta ameaças e riscos, gerando insegurança para os transeuntes.

Assim, a mescla de várias culturas que chegaram pela Estac o da Luz, formou uma verdadeira comunidade que abriga pessoas das mais diversas origens e que fazem do Bom Retiro um importante centro comercial e cultural que contribui, em particular, ao desenvolvimento da gigante São Paulo.

Os benefícios trazidos por parte desta pesquisa v o além de fatores identificados no ambiente da estac o. O foco maior do estudo   direcionado às variáveis observadas, que subsidiarão outros estudos, tanto na área acadêmica quanto na área de pesquisa de comportamento, consumo e mercado, podendo ser aprofundado ou dar

extensão a outras pesquisas direcionadas a este assunto ainda tão pouco explorado.

A pesquisa etnográfica aplicada ao marketing é instrumento que possibilita o resgate da história e da cultura de uma sociedade. A compreensão desses aspectos pode gerar diferentes e valiosas reflexões para os estudos e desenvolvimento do marketing atual e futuro.

REFERÊNCIAS

- ARNOULD, E. J.; WALLENDORF, M. Market-oriented ethnography: interpretation building and marketing strategy formulation. *Journal of marketing Research*, v.31, p.484-504, nov. 1994.
- BARBOSA, L. Colocando a etnografia em seu devido lugar. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v.43, n.3, 2003.
- BARROS, C. P. Um exercício etnográfico no Saara. In: *COPPEAD*, 9, 2001, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: COPPEAD, 2001. p. 5-19.
- BAUDRILLARD, J. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. *Qualitative research for education*. Boston: Allyn and Bacon, 1982.
- MCCRACKEN, G. *Culture and consumption*. Bloomington: Indiana University Press, 1988
- MCCRACKEN, G. *Cultura e consumo: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e atividades de consumo*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- FEATHERSTONE, M. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Nobel, 1995.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- MALINOWSKI, B. *Argonauts of the Western Pacific: an account of native enterprise and adventure in the Archipelagoes to Melanesian New Guinea (Robert Mond Expedition to New Guinea, 1914-1918)*. London: Routledge & Kegan Paul, 1922. Trad. port.: *Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos*

da Nova Guiné, Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1976. (Coleção Os Pensadores, 43).

_____. *Bronislaw malinowski*: Antropologia. São Paulo: Ática, 1986.

SCHOUTEN, J.; MCALEXANDER, J. Subcultures of Consumption: An. Ethnography of the New Bikers. *Journal of consumer Research*, v. 22, p. 43-61, jun. 1995.

SLATER, D. *Cultura do consumo e modernidade*. São Paulo: Nobel, 2002.

IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO, DA AVALIAÇÃO E DO ERRO NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA

THE IMPORTANCE OF A SYLLABUS, EVALUATION AND ERROR ON THE MATHEMATICS LEARNING AND TEACHING PROCESS

Sandra Regina Gregório OLIVEIRA¹

RESUMO: A partir da aplicação de exercícios foram analisadas, neste trabalho, a competência, a habilidade e a atitude (CHA) em alunos das 5ª e 6ª séries do ensino fundamental no Projeto Reforço/Recuperação em Matemática em duas escolas públicas estaduais de Assis-SP. Os exercícios de situação-problema foram contextualizados de acordo com as diretrizes propostas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's. Os alunos da escola A, localizada na região central da cidade, apresentaram incidências de erros comuns e concernentes à recuperação proposta. Já os alunos da escola B, localizada na região periférica da cidade, mostraram que as categorias de erros analisados são maiores e exigem uma recuperação adequada a cada erro. Os resultados geraram gráficos, construídos a partir das ocorrências e variação dos erros.

UNITERMOS: atitude; avaliação; competência; currículo; habilidade.

ABSTRACT: This paper was developed from the application of exercises. It was analyzed competence, ability and attitude of the students in the 5th and 6th grades in the Reinforcement/Recovery Project in Mathematics in two different state public schools of Assis. The situation-problem exercises were put in context in agreement with the guidelines proposed by the "National Syllabuses Parameters" - Parâmetros Curriculares Nacional - PCN's, in Portuguese. The students of each school behaved in an especial

¹ Mestranda em Educação (UNOESTE-Presidente Prudente-SP) – Especialista em Gestão Escolar (UNESP-Presidente Prudente-SP) – Em Ciências com Habilitação em Matemática (FEMA-Assis-SP) E-mail – quimica@femanet.com.br

and expected way. The students of school A, located in the central area of the city, presented common and concerning incidences of mistakes to the proposed recovery. Whereas students of school B, located in the outlying area of the city, showed that the categories of analyzed mistakes are larger and they demand an appropriate recovery to each mistake. The results generated graphs that were built based on the occurrences and variability of the mistakes, versus, percentage of incidences of mistakes. **UNITERMS:** ability; attitude; competence; evaluation syllabus.

1. Introdução

Alguns alunos apresentam grande dificuldade na resolução de exercícios de Matemática. Porém, sabemos que grande parte da Ciência se desenvolveu a partir de problemas que o homem tinha para resolver.

O homem tem elaborado conceitos matemáticos, teorias e técnicas de resolução por meio da atitude de resolver situações-problema. A escola é um dos veículos para o ensino de resolução de problemas. O que se esperadella é que haja aprendizagem e que esteja estreitamente relacionada com o processo de ensino.

Por essa razão surgem questões sobre o que é o currículo, como ele se efetiva no contexto e cotidiano escolares. Preocupa-se, também, com diagnósticos para a avaliação, instrumentos de avaliação desligados de um sólido referencial teórico, com a melhoria do processo ensino-aprendizagem e com a maneira adequada para e interpretar um erro. Isso tem gerado numerosos estudos de ação e exigido, para sua implementação, precisão no processo avaliativo, no planejamento do currículo e na exploração do erro. Contudo, pouco tem sido feito na sala de aula. São necessárias várias tentativas de contribuição para o estudo em questão.

Para que essas adequações possam ser feitas a tempo de oferecer ao sistema de educação alternativas seguras, para o seguimento de tomada de decisão no sentido de melhoramento na elaboração do currículo, o trabalho com o erro e o processo de avaliação.

Por isso analisamos o comportamento dos alunos, por meio de instrumentos, como uma lista de exercícios de Matemática, a fim de

indicar, expressivamente, o desempenho desses aluno. Essa lista levou à verificação da ocorrência de erros e, posteriormente, à análise da validade de um modelo do processo ensino-aprendizagem que favoreça a construção/apropriação do conhecimento. E dê ao aluno condições de construir, por meio do seu desenvolvimento e contato com a realidade.

Recentes estudos mostram que os fenômenos relacionados ao processo ensino-aprendizagem da Matemática pressupõem a análise de variáveis, de situações-problema e necessidades cotidianas para identificar as principais características dessa ciência, seus métodos e suas aplicações. Ter clareza dessas concepções exige a definição e o domínio dos conteúdos (competência); a busca e a seleção de informações que desenvolvam uma ampla capacidade para lidar com elas (habilidades); e a tomada de decisão (atitude) com confiabilidade e sensibilidade.

A finalidade dessa pesquisa foi analisar a tríade **competência, habilidade e atitude** no processo ensino-aprendizagem com os alunos do **Projeto Reforço/Recuperação** da 5^a. e 6^a. Séries do ensino fundamental. Os objetivos específicos foram identificar e discutir as relações entre currículo, avaliação e erros sistêmicos em alunos das duas unidades escolares a fim de fazer:

- a) observações em ocorrências no processo de ensino-aprendizagem;
- b) correções das respostas dos exercícios dos conteúdos.

Uma das formas de se classificar os conteúdos de aprendizagem é apresentada por Coll (1999, p. 35) e adotada pelos currículos oficiais. Os conteúdos são distribuídos em três grandes grupos:

- a) os conteúdos conceituais: que é preciso “saber”;
- b) os procedimentais: que é preciso “saber fazer” e
- c) os atitudinais: que admitem “ser”.

Os conteúdos, componentes do currículo, não podem aparentar neutralidade em relação ao saber. Os professores não podem lidar com o conhecimento sem, antes, problematizá-lo.

De acordo com Depresbiteris (1989, p. 162) “avaliar é definir medidas e critérios que devem ser usados para julgar o desempenho de um processo”. Isso significa determinar que critérios abranger; coletar informações relevantes por meio de medidas e aplicar os critérios que podem ser relativos (aluno com aluno) e/ou absolutos (aluno e ele mesmo), para determinar o mérito do desempenho.

A avaliação no ambiente educacional se constitui em um processo de coletar, analisar e interpretar evidências relativas a eficácia dos programas educacionais.

Para Goldberg (1979, p.117) “uma avaliação para ser útil e legítima, deve funcionar como um controle de qualidade do próprio processo de ensino-aprendizagem”, isto é, deve oferecer ao professor informações capazes de auxiliá-lo a aperfeiçoar suas decisões.

Segundo Depresbiteris (1989, p. 165) “avaliar é perceber que quanto mais se leva o aluno a atingir níveis mais complexos de raciocínio, maior grau de autonomia e participação ele consegue”

Em *O que sabe quem erra: reflexões sobre avaliação e fracasso escolar*, Esteban (2002, p.7-27), observa que a avaliação é um tema relevante porque discute a realidade e os “mecanismos do sucesso/fracasso escolar”. A avaliação só tem sentido quando for transpassada pela reflexão sobre a produção do sucesso/fracasso escolar no “processo de inclusão/exclusão social”.

O processo de avaliação está marcado pela necessidade de uma criação que contemple uma nova cultura sobre avaliação, não ultrapassando os limites da técnica nem perdendo a dimensão ética do processo de ensino-aprendizagem no qual o aluno está inserido. A escola não pode existir sem avaliação.

Para Depresbiteris & Deffune (2000), competência significa saber, conhecer; habilidade significa destreza manual. A atitude significa sensibilizar-se para querer fazer.

Segundo Morin (2002), as mentes humanas são dotadas de um potencial próprio (*self-deception*), fonte permanente de erros e de

ilusões. Nossa mente tende a escolher, selecionar as recordações que nos convêm e a reprimir ou mesmo extinguir, informações não favoráveis (que não despertam desejo), recalçando-as a tal ponto que acreditamos jamais as termos vivido ou aprendido.

Os sistemas de idéias são constituídos pelas teorias, pelas doutrinas e ideologias. Portanto, está na lógica organizadora desse sistema opor-se aos fornecimentos de dados que não lhe convêm ou que não pode assimilar.

A racionalização constitui-se em um sistema lógico perfeito e fundamentado na dedução (conclusão) ou na instigação à contestação de argumentos e à verificação empírica. Assim, a verdadeira racionalidade, aberta por natureza, dialoga com o real que existe e lhe resiste porque conhece os limites da lógica, do determinismo e do mecanismo de solução.

Discutir sobre o erro e buscar entendê-lo não como fracasso mas como algo que o aluno “ainda-não-sabe”, “ainda-não-conhece”; significa mudar o foco do processo ensino-aprendizagem. Significa rever conceitos, princípios, paradigmas. Significa rever nossa prática pedagógica.

2. Os caminhos percorridos na pesquisa

Sobre o currículo, erros e avaliação a serem pesquisados no cotidiano escolar, consideram-se suas representações acerca do fracasso da aprendizagem. Partiu-se dos pressupostos de que a Matemática não é construída a partir de dados aparentes e isolados de seu contexto e de que o pesquisador não está separado do objeto de sua pesquisa.

Sendo assim, tomou-se o homem como sujeito histórico e social, portanto, protagonista e construtor da realidade, e o conhecimento científico como produção humana gerada em determinadas condições, sendo, também, passível de transformação.

A busca do conhecimento científico a ser investigado não se fez apenas com o objetivo de se chegar a um resultado exato e mensurável.

Nesta pesquisa, o objeto da investigação é pensado e analisado em consonância com a realidade do alunado com a transformação e a criação de novas práticas de avaliação.

Por esta razão a pesquisa se caracterizou por uma abordagem centrada, em sua fase inicial, em uma revisão bibliográfica sobre a temática e, na seqüência, por um trabalho de campo caracterizado pela observação e pela realização de exercícios.

Gráfico 1. Ocorrências de problemas na resolução de exercícios de Matemática Escola A (15 alunos)

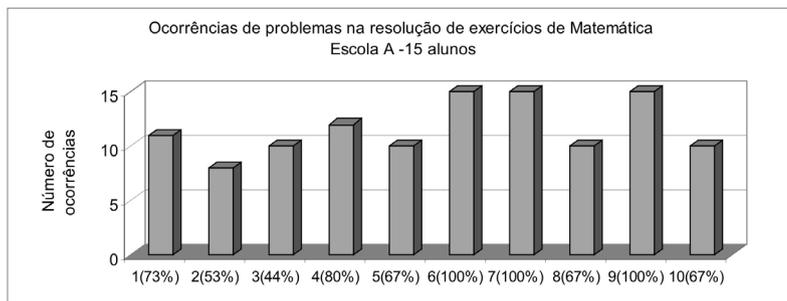


Tabela 1. Legenda do Gráfico 1 – número de ocorrências x % de incidência para erros na resolução de exercícios (15 alunos)

| Legenda (por ordem de complexidade) | Nº de ocorrências | de % ocorrências |
|--|--------------------------|-------------------------|
| Interpretação – 1 | 11 | 73 |
| Adição - 2 | 08 | 53 |
| Subtração – 3 | 07 | 46 |
| Multiplicação – 4 | 12 | 80 |
| Divisão – 5 | 10 | 67 |
| Léxico – 6 | 15 | 100 |
| Simbologia Matemática – 7 | 15 | 100 |
| Técnica de resolução – 8 | 10 | 67 |
| Reconhecimento de dados – 9 | 15 | 100 |
| Reconhecimento de número decimal – 10 | 10 | 67 |

O gráfico 1 representa a escola A. Dentre os problemas de maior incidência, encontramos o léxico como o mais expressivo.

Os alunos desconheciam o significado de palavras usadas no enunciado do exercício. No caso da simbologia matemática, também não houve o reconhecimento do símbolo de % (porcentagem), mesmo sendo conteúdo já estudado.

Assim, fica fácil “julgar”, entendendo a avaliação como um julgamento, que se os alunos não resolveram o exercício que tinha um símbolo de porcentagem (%) isso poderá atribuir-se ao fato de que esqueceram desse símbolo ou ao fato de que esqueceram como calcular porcentagem.

As demais ocorrências são comuns em classes de recuperação e reforço, pois se espera que esses alunos tenham um alto grau de dificuldade de interpretação matemática, resultando em erros de operações matemáticas, principalmente as quatro operações básicas.

Dessa forma, o professor responsável poderia elaborar exercícios específicos a partir da dificuldade de cada aluno. Isso demonstra que, se o professor não fizer o mapeamento das ocorrências de erros cometidos durante a resolução de uma lista de exercícios, não poderá mensurá-los em uma nota. Não obstante, os alunos podem errar por dois outros motivos: desconhecimento do significado de uma palavra ou esquecimento da tabuada.

Gráfico 2. Ocorrências de problemas na resolução de exercícios de Matemática Escola B (09 alunos)

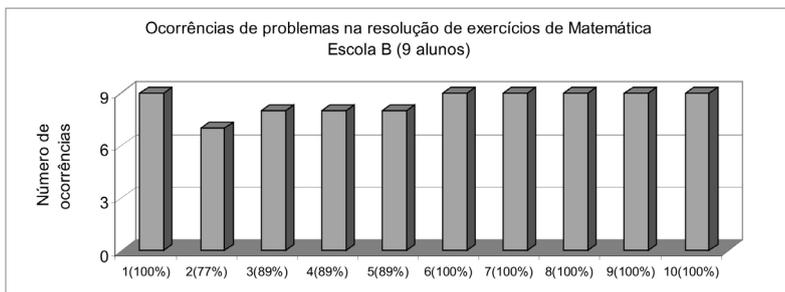


Tabela 2. Legenda do Gráfico 2 – número de ocorrências x % de incidência para erros na resolução de exercícios (9 alunos)

| Legenda (por ordem de complexidade) | Nº. de ocorrências | % de ocorrências |
|--|-------------------------------|-------------------------|
| 1 – Interpretação | 9 | 100 |
| 2 - Adição | 7 | 77 |
| 3 – Subtração | 8 | 89 |
| 4 – Multiplicação | 8 | 89 |
| 5 – Divisão | 8 | 89 |
| 6 – Léxico | 9 | 100 |
| 7 – Simbologia Matemática | 9 | 100 |
| 8 – Técnica de resolução | 9 | 100 |
| 9 – Reconhecimento de dados | 9 | 100 |
| 10 – Reconhecimento de número decimal | 9 | 100 |

No gráfico 2, percebe-se que 100% dos alunos apresentaram alto grau de dificuldade em relação a interpretação, léxico, simbologia, técnica de resolução, reconhecimento de dados e números decimais, o que dificultou a resolução dos exercícios.

Diante desses fatos, tais erros deveriam ser explorados de forma mais profunda com discussão e adequação de mecanismos de recuperação pontuais.

A própria repetição dos mesmos erros poderia ser utilizada como mecanismo para o estabelecimento e aplicação de práticas diferenciadas e a proposição de tarefas objetivando privilegiar uma aprendizagem heterogênea, ou seja, cada aluno com sua dificuldade e não todos os alunos com a mesma dificuldade.

Segundo Vasconcellos (1998, p. 94), tal processo resulta do estabelecimento de um “vínculo pedagógico coerente com o compromisso e com a aprendizagem efetiva de todos os alunos”.

Considerações finais

Um currículo integrado com a realidade do aluno pode tornar-se núcleo das atuais propostas pedagógicas centradas no modelo de competência, apresentado como contrapartida a preocupação com a adoção de métodos de ensino ativos, isto é, métodos que partam de atividades adequadas à natureza do aluno e ao trabalho em grupo como condição do desenvolvimento intelectual. Os conteúdos são a base de todo trabalho com os alunos nas instituições escolares. Envolvem como propõe Libâneo (1994, p. 128),

conhecimentos, habilidades, hábitos, modos valorativos e atitudinais de atuação social, organizados pedagógica e didaticamente, tendo em vista a assimilação ativa e aplicação pelos alunos na sua prática de vida.

Tal coerência corrobora a pesquisa sobre o currículo, realizada neste trabalho. Deve-se enfatizar que o currículo é o veículo que possibilita a criação da diversidade de práticas que se justificam e levam a escola, historicamente situada, a aprofundar-se nas reflexões que constituem toda e qualquer mudança educacional.

Estamos vivendo um momento de mudanças sociais e educacionais, em que o professor (agente político), é convocado a assumir, devido à compreensão sobre o currículo fundamentado nas teorias críticas apresentadas aqui, sobretudo por lidar com os desafios da inovação educacional e indicar alternativas para a construção e efetivação de uma escola de plena qualidade. Plenitude da qualidade de ensino em direção ao que se ensina com a estrutura de poder da sociedade.

Entretanto e apesar desse esforço, nos vêm todas as reflexões e análises até aqui desenvolvidas, e ainda, pergunta-se: Por que ensinar um certo conteúdo e não outro? Para quem ensinar conteúdos não condizentes com a realidade do aluno? Por que a instrução deve começar pela explicação e explanação verbal dos fatos e não por sua observação?

Dessa maneira os fatos nos levam a refletir sobre o movimento de construção de uma escola popular, capaz de participar da construção e consolidação de um movimento contra-hegemônico. Os alunos que não conseguem dominar a leitura e a escrita considerada certa pelo sistema educacional vigente são excluídos da sociedade, pois fracassam na escola.

Da função mais tradicional de apenas medir conhecimentos, a avaliação evoluiu no sentido de ajustar o processo de ensino às necessidades dos alunos. Com esse último esclarecimento, surge a necessidade de uma coerência explícita entre o ensinado e o avaliado, assim enfatiza Godoy (1995, p.11),

os objetivos que se quer alcançar, os procedimentos de ensino e a avaliação da aprendizagem integram-se num conjunto circular de aspectos inseparáveis que devem manter coerência entre si.

No sentido quantitativo a avaliação restringe-se apenas à mensuração da aquisição do conhecimento que o aluno adquiriu. A avaliação é entendida como um processo inerente à ação educacional, pois deve ser uma atividade contínua. A avaliação incide sobre os aspectos qualitativos. Nessa perspectiva, ela inclui descrições do comportamento do aluno e fornece informações sobre o mecanismo de pensamento do aluno. A avaliação do rendimento escolar deverá acentuar nos aspectos qualitativos; pois eles correspondem a um processo formativo de avaliação.

De fato, estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9394/96 LDBEN – que a avaliação deverá ser contínua e cumulativa em relação ao desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período letivo sobre os de eventuais provas finais.

Em relação ao trabalho com o erro, deve-se considerar o erro como uma ferramenta para ensinar, um revelador dos mecanismos de pensamento do aluno. Concluímos que corrigir é o julgar a causa do erro. A investigação do erro, no processo ensino-aprendizagem, fornece ao professor informações necessárias para o planejamento

do ensino em consonância com o desenvolvimento dos alunos, do contexto social, cultural e econômico, e por meio dela, a prática pedagógica ocorre em funções de seus próprios conhecimentos.

REFERÊNCIAS

COLL, C. *Psicologia e currículo: uma aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo escolar*. São Paulo: Ática, 1998.

DEPRESBITERIS, L. *O desafio da avaliação da aprendizagem: dos fundamentos a uma proposta inovadora*. São Paulo: EPU, 1989.

DEFFUNE, D.; DEPRESBITERIS, L. *Competências, habilidades e currículo de Educação Profissional*. Crônicas e reflexões. São Paulo: SENAC, 2000.

ESTEBAN, M.T. *O que sabe quem erra? Reflexões sobre avaliação e fracasso escolar*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GODOY, A. S. Avaliação da aprendizagem no ensino superior: estado da arte. *Didática*. São Paulo. v. 30.

GOLDBERG, M.A.A.; SOUZA, C.P. *A prática da avaliação*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

LIBÂNIO, J.C. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

MORIN, E. *Os sete saberes necessários a educação do futuro*. 5. ed. Trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez. 2002.

SOUZA, P.N.P.; SILVA, E.B. *Como entender e aplicar a nova LDB*. São Paulo: Pioneira, 1997.

VASCONCELLOS, C.S. *Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança*. São Paulo: Libertad, 1998.

O TRABALHO FEMININO E SUAS IMPLICAÇÕES NA QUALIDADE DE VIDA DAS MULHERES PROFESSORAS

WOMAN WORK AND ITS IMPLICATIONS ON LIFE QUALITY OF FEMALE TEACHERS

Rosana Maria C. DOURADO¹

RESUMO: O estudo realiza algumas considerações sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho, destacando a trajetória feminina na luta pela igualdade de direitos. A mulher, em toda a sua história é marcada pela discriminação. Na sociedade moderna, empunhando a bandeira de uma nova concepção acerca do valor da mulher e, sob o auspício de uma igualdade feminina conquistada nesta sociedade patriarcal, as mulheres desempenham funções que antes era privilégio dos homens. No que se refere à educação, as mulheres buscam no magistério ora contribuir no orçamento familiar, ora sustentar a própria família. Dessa forma, com os salários e as condições atuais de trabalho, buscam em duas ou mais escolas, alcançar a renda necessária às suas atividades, incluindo ainda a jornada doméstica. Num tempo em que se privilegia a qualidade total, a eficiência, a excelência nos resultados, muitas professoras são acometidas de doenças, de desencanto com a profissão e ainda de síndromes que as levam ao fracasso nas suas tarefas. Fazendo uso da pesquisa bibliográfica, o presente estudo envereda em obras que tratam o assunto, na tentativa de analisar a mulher professora na contemporaneidade.

UNITERMOS: professora mulher; qualidade total; trabalho feminino

ABSTRACT: The study carries out some considerations about the insertion of woman in the labor market, highlighting the feminine trajectory in the struggle for the equality of rights. Woman, throughout history, is marked by discrimination. However, modern society with a new conception about

¹ Mestranda em Ciência da Educação, Universidad Tecnológica Intercontinental – UTIC.

the value of woman and under the auspice of feminine equality conquered in manly society, women play roles once were privilege of man only. Regarding education, women search in educational profession sometimes to contribute for the family budget, and sometimes to support her own family who is under her only responsibility. So, with the wages and the current conditions of work, they work in two or more schools, to achieve the necessary income to their activities, including the domestic daily work. In a time when the total quality, the efficiency, the excellence in the results are privileged, many teachers are attacked by illnesses, disenchantment with the profession and by syndromes that lead them to failure in their tasks and a professional. Making use of bibliographical research, this study goes into literatures that treat the subject in the perspective to analyze the woman teacher nowadays.

UNITERMS: female teacher; total quality; woman work

Apresentação

Este artigo pretende ser um instrumento para a discussão e reflexão do papel da mulher no mercado de trabalho, direcionando o foco para a Educação, a fim de discutir a qualidade de vida e trabalho da mulher professora.

Ao se falar da mulher, necessário se faz reconhecer que sua busca constante viabilizou seu engajamento ao meio, no campo profissional e ao reconhecimento, ainda que em construção em uma sociedade machista, das suas potencialidades e de seu direito à igualdade nos mais diversos campos em que atua. As mulheres, de um modo geral, resistem a um passado de submissão e tentam desatar-se das marcas culturais empregadas na sociedade. Nessa luta, pode-se afirmar que um grande contingente feminino enfrenta a tripla jornada de responsabilidades, como mãe, trabalhadora e educadora. Trata-se assim de uma situação que tem levado muitas professoras ao desencanto, ao estresse e até mesmo, à depressão.

Embora a mulher já tenha avançado progressivamente na luta pela igualdade e independência, ainda falta muito para que ela possa romper com os laços ideológicos que a sociedade alimenta. Este trabalho tem como eixo central questões que versam sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho e sua busca pela sobrevivência com uma sobrecarga de trabalho superior à capacidade humana.

1. Presença da mulher na sociedade

A mulher sempre intervém nas relações sociais, de maneira direta ou indireta. Dessa maneira, desempenha funções históricas nos rumos dos movimentos sociais que desembocam na universalidade de direitos e fazeres, tanto pessoais quanto profissionais, hierarquicamente determinados.

Apesar de constituírem metade da população, como mostram os apontamentos de Alves & Tesoro (2002, p. 22) e participarem cada vez mais da produção social, as mulheres brasileiras são ainda hoje, em sua imensa maioria, vítimas das grandes discriminações que sempre pesaram historicamente sobre a condição feminina.

O fato de certas modificações positivas terem ocorrido, não impediu que a mulher continuasse marginalizada na sociedade, explorada e oprimida duplamente (como trabalhadora e como mulher), ocupando nela um lugar secundário e desempenhando um papel de segunda categoria. Para Alves e Tesouro,

[...] No final das contas, é fundamental que se compreenda que o mito da representação machista que reduz a mulher à condição de criada, objeto, mercadoria, é resultado do imaginário dos homens em relação às suas representações femininas que lhes preencherem as necessidades: uma, os seus desejos; a outra, os interesses sociais que lhes convêm. (ALVES; TESORO, 2002, p. 23)

Se é oprimida em sua condição de mulher, numa sociedade predominantemente patriarcal, tal discriminação acentua-se com maior gravidade no aspecto profissional. Um cenário que tem fixado o ideário de que o mundo do trabalho é eminentemente masculino, sendo o trabalho da mulher apenas complementar ao do homem. Ainda sobrevivem concepções de acordo com as quais, a mulher trabalha apenas para complementar a renda do marido ou, enquanto não está casada. Portanto, a luta da mulher na igualdade profissional ainda está em construção.

O certo é que as mulheres, no contexto em questão, por herança cultural: educação, dependência econômica, acomodação e outras contingências, não só se submeteram, mas estimularam a reprodução do mito que as escraviza. (ALVES; TESORO, 2002, p. 23)

Conseqüentemente, uma das esferas da vida na qual é possível mensurar os efeitos da discriminação é o mercado de trabalho, como afirma Judá “Ser mulher no Brasil é uma tarefa difícil” (JUDÁ, 2006, p. 3).

Nas últimas décadas, o crescimento da força de trabalho feminino em todas as idades, no mercado de trabalho propiciou o seu ingresso em novas esferas do mercado de trabalho. As mulheres têm assumido postos de trabalho em espaços, antes integralmente ocupados por homens, como a área financeira, a magistratura e a medicina, a tecnologia e a informação. Isso graças às transformações sociais ocorridas no século XX, que alavancaram o advento feminino do período de submissão e neutralidade à participação ativa a alternativa de igualdade.

Para Judá:

Pesquisas revelam uma maior participação feminina no mercado de trabalho brasileiro, mas a diferença entre os sexos ainda é visível no País. O número de mulheres chefes de família não chega a 30% em relação aos homens segundo o último censo do IBGE-2004. (2006, p. 3)

É uma caminhada delineada pela exigência imposta ao profissional: transposição dos limites e obstáculos para aquisição do saber. Essa exigência o identificará no percurso pessoal e profissional, no qual não se exclui a área educacional, e, junto a ela, a profissional mulher construindo seu projeto de vida, imprimindo seus desejos, ensaiando e traçando sua profissão.

Movidas pela necessidade de contribuir para a manutenção da família, ou mesmo pelo desejo de obter realização profissional, as mulheres estão, ao longo desta década, cada vez mais presentes no mercado de trabalho.

Del Priore, ao investigar a História das Mulheres se pergunta:

Quais seriam aquelas a inspirarem ideais e sonhos? As castas, as fiéis, as obedientes, as boas esposas e mães. Mas quem foram aquelas odiadas e perseguidas? As feiçadeiras, as lésbicas, as rebeldes, as anarquistas, as loucas. (2002, p. 8)

Pensar o feminismo, a condição da mulher na sociedade, a opressão da mulher na sua relação com o homem é, sem sombra de dúvida, preparar o país para o exercício pleno da democracia. Entretanto, no seio dessa democracia destacam-se as relações estabelecidas pelos homens e mulheres. O trabalho surge como um fundamento da igualdade, para que todos possam desenvolver suas aptidões, sem interferência de gênero.

Nas palavras de Pena: “na medida em que a mulher sai de casa e envolve-se com o mundo público do trabalho, suas relações com o marido tenderiam, pois, a democratizarem-se” (1981, p. 43).

O caminho a seguir para uma maior igualdade entre as mulheres e os homens no mercado de trabalho deverá necessariamente passar por várias etapas. A principal é a mudança das mentalidades, para a construção de uma sociedade mais equilibrada, pois o mundo está em verdadeira mudança e não é mais aceitável desconsiderar fatos que alteram sensivelmente o caminho da sociedade.

2. Trabalho feminino e qualidade de vida das mulheres professoras

Para Langer, o trabalho está no centro de profundas e radicais transformações provocadas pelo capitalismo no final do século passado e início deste novo milênio. O impacto da revolução tecnológica em curso é tão grande que ainda estamos no meio do redemoinho por ela causado. Ressalta Langer que o capitalismo parece mesmo ter feito desta situação de insegurança generalizada um princípio de organização social e do trabalho (2006, p.45-47).

Muitas vezes, ouvem-se algumas frases que mostram a essência do trabalho. Percebe-se que o homem está a serviço do trabalho

e dele tem todo o seu referencial de vida, de ideologia, de poder. Para Saviani, o homem, diferentemente dos outros animais, adapta a natureza a si próprio. Trabalho é o ato de agir sobre a natureza, adaptando-a as necessidades humanas. Dessa forma, o trabalho define a essência humana (1994, p. 36).

O que distingue o trabalho do homem é o fato de que, no final do processo de trabalho humano, aparece um resultado que já existia antes na imaginação do trabalhador. Assim, o trabalhador transforma além do material que opera; ele imprime ao material o projeto que tinha em mente, o qual constitui a lei que determina o seu modo de operar e ao qual subordina sua vontade.

Para Marx, o trabalho é a relação do homem com a natureza. “É um processo de que participam o homem e natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (1980, p. 202). Ou seja, para ele, o trabalho é a atividade dirigida com o fim de criar valores de uso, cuja finalidade é o atendimento às necessidades humanas úteis e necessárias; é condição natural e eterna da vida humana, sendo comum a todas as formas de vida social humana.

As intensas transformações da sociedade moderna evidenciam a relevância que a esfera de vida pessoal, ocupada pelo trabalho, adquire para a maioria das pessoas. É evidente o trabalho como uma necessidade existencial, cujos rendimentos servem para suprir as necessidades humanas como alimentação, moradia, educação, lazer, bem-estar social, status, prestígio. Torna-se, portanto, um elemento que contribui para a identidade pessoal. O trabalho é, pois, fator determinante para níveis pessoal e social.

Na era das novas tecnologias de comunicação e informação, o conteúdo qualitativo do trabalho passa a ser privilegiado, transformando-se, assim, sua concepção. O trabalho passa a ser uma série de aplicações de conhecimentos, na qual os indivíduos voltam suas capacidades para a programação e o controle. Isso exige o ato de se pensar a formação de indivíduos que possuam as habilidades que estão sendo demandadas.

Portanto, as concepções abordadas não enfatizam o sexo do trabalhador, mas tratam de um sujeito sobre um determinado objeto. Não se justifica, assim, qualquer forma de discriminação.

Entretanto, apesar da entrada das mulheres no mercado de trabalho nos considerados “setores produtivos”, o valor de sua atuação continua atrelado ao universo hierarquicamente subalterno da reprodução no mundo doméstico.

Seu trabalho e sua identidade como trabalhadoras continuam a ser de pessoas que, de certa forma, “não deveriam estar ali”, pois seu lugar permanece associada à casa, à maternidade e ao cuidar dos outros.

Dados da Fundação Carlos Chagas apontam que

A partir da década de 70 até os dias de hoje, a participação das mulheres no mercado de trabalho tem apresentado uma espantosa progressão. Se em 1970 apenas 18% das mulheres brasileiras trabalhavam, chega-se a 2002 com metade delas em atividade. No entanto, o trabalho das mulheres não depende tão somente da demanda do mercado e das suas qualificações para atendê-la, mas decorre também de uma articulação complexa de características pessoais e familiares. A presença de filhos, associada ao ciclo de vida das trabalhadoras, à sua posição no grupo familiar – como cônjuge, chefe de família etc. –, à necessidade de prover ou complementar o sustento do lar, são fatores que estão sempre presentes nas decisões das mulheres de ingressar ou permanecer no mercado de trabalho. (2005, p. 18)

O levantamento de dados sobre a presença das mulheres nas atividades econômicas tem permitido extrair informações úteis sobre o trabalho feminino. Desse modo, em busca de novos contornos e detalhes sobre a situação do trabalho feminino, torna-se importante analisar a participação da mulher no mundo do trabalho.

3. A participação da mulher no mundo do trabalho

Sintetizando o pensamento de Alves & Tesoro (2002), as mulheres, barradas dos empregos mais bem remunerados, atuavam em

setores não especializados ou em fábricas onde a jornada era longa, as condições péssimas e os salários baixos. Não tinham acesso a educação superior e treinamento profissional, eram legalmente proibidas de votar.

A resposta foi o surgimento de movimentos feministas que com publicações, sociedades sufragistas e sindicatos, lutavam por mudanças. No início do século XX, lutavam também por reformas sociais, como controle de natalidade e clínicas infantis. No entanto, se as mulheres desejarem sair vencedoras nessa empreitada, terão de dominar as regras que os homens criaram (p. 23).

Júlio lembra que:

Recordo-me de uma palestra de Tom Peters, proferida em 2000. Perguntaram-lhe: ‘Se o senhor tivesse uma grande empresa e fosse se aposentar, o que faria?’ Sem tibiubear, ele respondeu que contrataria para o mais alto cargo executivo uma mulher dinâmica e inteligente, recrutada em uma boa escola. Em seguida, selecionaria 100 jovens talentosos, já familiarizados com os instrumentos e ambientes da era digital, e os colocaria sob as ordens dessa líder. Segundo ele, essa seria a fórmula ideal para garantir a longevidade da empresa, com elevados padrões de qualidade e competitividade. Exageros à parte, concordo que a proposta de Peters aponta para modelos corretos de reivindicação das organizações. As mulheres, sem dúvida, têm se adaptado mais rapidamente a essa realidade competitiva dos novos tempos. (JÚLIO, 2002, p. 135)

Para Probst,

As convenções do início do século ditavam que o marido era o provedor do lar. A mulher não precisava e não deveria ganhar dinheiro. As que ficavam viúvas, ou eram de uma elite empobrecida, e precisava se virar para se sustentar e aos filhos, faziam doces por encomendas, arranjo de flores, bordados e crivos, davam aulas de piano etc. Mas além de pouco valorizadas, essas atividades eram mal vistas pela sociedade. Mesmo assim algumas conseguiram transpor as barreiras do papel de ser apenas esposa, mãe e dona do lar, ficou para trás a partir da década de 70 quan-

do as mulheres foram conquistando um espaço maior no mercado de trabalho. (2005, p. 1)

Em seu artigo 7º., inc. XX, a Constituição de 1988, dispõe sobre os Direitos dos Trabalhadores, dando ênfase à proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante dispositivos específicos, nos termos da lei. O inciso XXX proíbe a diferença de salários, (também art. 5º da CLT) assim como no exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil. A lei 5.473/68 prevê sanções para a discriminação contra a mulher no provimento de empregos.

Para Alves & Tesoro, o mundo anda apostando em valores femininos, como a capacidade de trabalho em equipe contra o antigo individualismo, a persuasão em oposição ao autoritarismo, a cooperação no lugar da competição. As mulheres ocupam postos nos tribunais superiores, nos ministérios, no topo de grandes empresas, em organizações de pesquisa de tecnologia de ponta. Pilotam jatos, comandam tropas, perfuram poços de petróleo (2002, p. 25).

Hoffmann explica que a partir da década de 1970, intensificou-se a participação das mulheres na atividade econômica em um contexto de expansão da economia com acelerado processo de industrialização e urbanização. Prosseguiu na década de 1980, apesar da estagnação da atividade econômica e da deterioração das oportunidades de ocupação. Prossegue a autora esclarecendo que, nos anos 1990, década caracterizada pela intensa abertura econômica, pelos baixos investimentos e pela terceirização da economia, continuou a tendência de crescente incorporação da mulher na força de trabalho.

Várias mudanças no perfil das trabalhadoras acompanharam essa participação. Uma delas diz respeito ao perfil etário, ao estado civil e à escolaridade (HOFFMANN, 2004, p. 33).

Na década de 1970, as trabalhadoras eram na sua maioria jovens, solteiras e pouco escolarizadas. Na década de 1980, as mulheres com idade acima de 25 anos, chefes e casadas, com níveis mais

elevados de instrução e com nível de renda não muito baixo, foram as que mais aumentaram sua participação no trabalho remunerado.

Hoffmann mostra, ainda, que nos anos 1990 houve intensificação da participação feminina no mercado de trabalho formal, a força de trabalho assumiu traços diferenciados.

A ampliação da participação da mulher na atividade econômica continuou a ocorrer nas últimas décadas (HOFFMANN, 2004, p. 36).

O mercado de trabalho já foi muito mais implacável com as mulheres. Mesmo assim, ainda existe discriminação contra aquelas aqueles que conseguem colocação em grandes empresas estatais ou na iniciativa privada no comércio e nas atividades acadêmicas.

Todas as transformações na economia mundial resultaram, nos últimos anos, na redução dos empregos e no aumento da concorrência no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, houve a necessidade de se criarem novos empreendimentos no âmbito profissional. As mulheres puderam, também, lançar mão de sua criatividade e aventurar-se nessa área.

Ainda que as mulheres tenham cada vez mais acesso ao mercado de trabalho, os contextos se afiguram muito variados, pois se há várias áreas de atividade, as de maior estatuto (as profissões técnico-científicas), nas quais a igualdade de oportunidades é adquirida e realmente vivida, já nas inferiores (majoritárias) tal não sucede, persistindo uma elevada proporção que convive com remunerações discriminatórias, duras condições de trabalho.

Apesar disso, enfraqueceu-se o ideal da mulher no lar. Conquistou-se o direito à dissolução do vínculo de casamento, legitimou-se o acesso ao estudo e ao trabalho, direito ao voto, liberdade sexual. A emancipação das mulheres brasileiras é ilustrada estatisticamente por Steil (1997, p. 12) quando destaca que

De 1980 a 1990 6,3% das mulheres que ingressaram no mercado de trabalho brasileiro, enquanto esta taxa para os homens foi de ordem de 0,7 [...], em 1995, estavam no mercado de trabalho 29.820.683 mulheres, ou 40,01% da força de trabalho brasileira. A presença feminina continua concentrada nos setores tradicionalmente ocupados

por mulheres: o maior contingente, 29,8% ou cerca de oito milhões, está na prestação de serviços. Outros seis milhões de mulheres trabalham na agricultura 4,5 milhões nas atividades sociais e 3,5 milhões no comércio, segundo IBGE. As atividades industriais ocupavam dois milhões de mulheres.

É possível à mulher dirigir seus próprios caminhos, em todas as esferas da existência, no mundo contemporâneo. Ao se defrontarem com o preconceito machista que as considerava inferiores ao homem para o trabalho, as mulheres se viram num dilema: enfrentar este preconceito e aportar à instituição de trabalho a contribuição de valores próprios à sua feminilidade ou, inversamente, sufocar sua natureza e adotar valores próprios do homem para garantir a sua afirmação num ambiente que supervaloriza a competição, a lógica, a repressão das emoções e da intuição.

Para a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) o trabalho da mulher ainda se encontra predominantes no setor informal de produção, sendo observadas diversas desigualdades em relação ao trabalho da população masculina, tais como salários menores para o exercício de atividades similares, sobrecarga de trabalho e maior dificuldade de ascensão profissional (OPAS, 1990, p. 54).

Os dados revista *RDM* apontam que

A discriminação de gênero e de raça é um dos aspectos estudados pelo Instituto Observatório Social nas multinacionais. As pesquisas apontam, em geral, mulheres com salários mais baixos, pouco ou nada presentes nos cargos de chefia e mais sujeitas a demissões. Um quadro que já contém exceções e onde, a depender da disposição e organização, homens e mulheres terão, sim, tratamento igual com respeito às diferenças. (2006, p. 5)

Pesquisas apresentadas pela revista *Exame* comprovam que

[...] 20 milhões de mulheres, entraram na população economicamente, ativa do Brasil, nas décadas. Parte desse aumento foi causada por mudanças no conceito de traba-

lho, que passou a incluir atividades como de alto consumo e produção familiar. Mesmo assim, o avanço é considerável [...] conquistar espaço não é sinônimo de ter igualdade. As mulheres ainda fazem dupla jornada, ganham menos que os homens quando exercem a mesma função e, [...] são preteridas na hora da promoção aos cargos de maior poder e prestígio. (2001, p. 41)

4. A profissional mulher

Nos moldes de crescimento econômico, social, educacional e tecnológico, a inserção da mulher no mercado de trabalho concentra-se na ampliação das condições de escolha, na autorrealização, na síntese das opções pessoais, nas transformações das relações sociais, na melhora significativa de sua qualidade de vida.

De acordo com Bruschini e Lombardi:

Ao analisar o comportamento da força de trabalho feminina no Brasil no último quarto de século, o que chama a atenção é o vigor e a persistência do seu crescimento. Com um acréscimo de 25 milhões de trabalhadoras entre 1976 e 2002, as mulheres desempenharam um papel muito mais relevante do que os homens no crescimento da população economicamente ativa. (2004, p.20)

O papel da mulher na sociedade vem mudando. Com o passar dos anos, as mulheres já começam a despertar para comportamentos culturalmente herdados que atrapalham sua ascensão profissional e desenvolver seu potencial para o sucesso. O avanço feminino é destacado por Ribeiro (2006, p. 16):

Nos anos 60, elas queimaram o sutiã em praça pública na França, e subiram a saia em cinco dedos criando a escandalosíssima mini-saia, numa comportada distância acima do joelho e dominaram a cena no mundo inteiro. Hoje seus domínios vão muito além de levar as crianças até o carro “dêle”, como se escrevia nos anos 60. Hoje elas são determinantes em todas as compras da família, são donas

do próprio carro e, pasmem: em Cuiabá, respondem por 53% da direção dos lares como chefes de família.

Hoje a mulher está adotando, cada vez mais, uma postura atuante, não apenas pelos seus próprios esforços, mas pelas exigências do mundo moderno, que obrigaram os homens a abrirem mão de sua atitude dominadora e caminharem no sentido de uma parceria necessária e enriquecedora.

O mercado de trabalho está restrito e é comum mulheres assumirem as despesas da casa quando seus maridos perdem seus empregos. Em muitos casos é a mulher quem trabalha fora e o marido fica em casa para cuidar dos filhos.

As mulheres começaram a ocupar espaço no mundo da produção, mas a sociedade não se reorganizou de modo a permitir que elas desempenhem seus novos papéis sem uma pesada sobrecarga.

Mostram os dados da Fundação Carlos Chagas que

É possível afirmar, portanto, que, no âmbito da oferta de trabalhadoras, tem havido significativas mudanças. Restam, no entanto, algumas continuidades que dificultam a dedicação das mulheres ao trabalho ou fazem dela uma trabalhadora de segunda categoria. Em primeiro lugar, as mulheres seguem sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas e pelo cuidado com os filhos e demais familiares, o que representa uma sobrecarga para aquelas que também realizam atividades econômicas. Exemplificando concretamente essa sobrecarga, confronte-se a grande diferença existente entre a dedicação masculina e a feminina aos afazeres domésticos: os homens gastam nessas atividades, em média, 10,6 horas por semana e as mulheres, 27,2 horas. Outra medida é o número de horas mais freqüente dedicado a essas tarefas: 7 horas semanais para os homens e 20 horas para as mulheres. (2005, p.20)

É exatamente a sociedade que aplaude os avanços femininos que se mostra antagônica às condições da mulher, em especial. A sociedade que celebra todos os anos o Dia Internacional da Mulher,

o Dia das Mães, é a mesma sociedade que considera a maternidade um ponto negativo no *currículum*.

É por essas questões que mais mulheres estão sentindo a necessidade de formação profissional, de uma carreira, de um trabalho que lhes garanta autonomia e independência. Além disso, a sociedade necessita rever seus valores frente à nova realidade.

5. A mulher professora

É bastante claro que a qualidade pessoal torna-se a base para as demais qualidades nas prestações de serviços. Ela inicia uma reação em cadeia, um processo de melhoramento e desenvolvimento que eleva a vontade de um agir mais ativo, mais criativo, mais inovador. Para Moller (1993, p. 18) “a qualidade pessoal pode ser definida como a satisfação das exigências e expectativas técnicas e humanas da própria pessoa e das outras”.

Vive-se o tempo da qualidade total, exigindo dos profissionais o máximo de dedicação ao trabalho que realizam. Nesse contexto, o trabalho docente é também influenciado pelas leis de mercado que determinam conceitos e resultados nas mais variadas escalas de trabalho.

Carvalho aponta que:

O professor é um sujeito histórico e social que vive num contexto sociocultural, relacionado com as diferentes culturas. Porém, a sua ação deve ser sempre motivada por uma mediação valorativa com a finalidade de superar a frágil concepção de cidadão e identidade que vem sendo construída ao longo do processo histórico brasileiro. A finalidade da construção coletiva é a tomada de consciência de que a verdadeira cidadania passa pelo engajamento na luta para construção da identidade de sujeito social protagonista de uma nova sociedade autônoma, livre e solidária que garante e assegure as condições essenciais de vida digna para todos. (2002, p. 81)

A presença da qualidade em todas as áreas e setores conduz a uma cultura de qualidade, que influencia a escola como um todo. O

futuro de uma escola pode ser determinado pela qualidade pessoal, ou seja, se todas as pessoas estiverem altamente comprometidas a fazerem o melhor possível todos os dias, o futuro da escola será brilhante. Para que isso aconteça, todos os colaboradores devem estar motivados e inspirados a fazer o melhor.

A mulher professora convive diariamente o cumprimento dessas exigências. Entretanto, as próprias condições de vida e trabalho obrigam a uma dupla jornada, ou intensificando o conceito, a mulher assume funções em duas ou mais escolas, assume as obrigações do lar e a cada dia tem menos lazer, descanso e saúde de vida. Não existe tempo e espaço para essas preocupações, pois é preciso cumprir a jornada de trabalho e seu papel no lar, na educação dos filhos, no direcionamento da vida doméstica.

Como resultado, há um quadro cada vez mais desolador de professoras cansadas, desmotivadas. O tempo destinado à organização do trabalho docente absorve bem mais que o tempo estabelecido pela legislação. A professora acaba estendendo esse tempo-serviço para casa, nas horas possíveis. As férias são a oportunidade de fazer algum trabalho extra para complementar o orçamento familiar. Essa é a realidade de tantas mulheres integradas na missão educativa.

Numa visão moderna, as professoras têm recebido intensas cobranças quanto ao aumento de seus encargos. Mas quando se pensa na qualidade de vida desse profissional, parece um pensamento totalmente contraditório à realidade. As horas de trabalho, mesmo fora da sala, impõem um ritmo sobre-humano, até porque o professor precisa quase obrigatoriamente buscar cursos de aperfeiçoamento, e formação continuada, além de realizar as correções de exercícios e preparação de aulas.

Os desabafos do cotidiano retratam professores cansados, sonhando com o período de férias, opacos aos desafios que a prática diária vem, de uma forma autoritária, impondo como necessidades essenciais ao ensino.

Defronta-se com desmotivação, com desesperança e tantos desafios. A realidade de sala de aula contribui para o quadro educacional brasileiro, a beira do caos, diante dos insucessos escolares.

O descanso é praticamente uma palavra estranha ao vocabulário dessas profissionais, porque o conceito de descanso, fortemente vinculado ao calendário letivo, ou seja, o descanso deve ser agendado para as férias de final de ano. Enquanto isso, trabalho árduo e muitas atividades para chegar à qualidade total.

Observa Codo (1999, p. 237):

Já se viu que o professor faz muito mais do que as condições de trabalho permitem; já se viu que comparece no tecido social compondo o futuro de milhares de jovens que antes dele sequer poderiam sonhar. Mas existe um outro professor habitando nossas lembranças: Um homem, uma mulher cansados, abatidos, sem mais vontade de ensinar, um professor que desistiu.

É exatamente nesses desabafos, nos rápidos encontros das aulas é que se pode verificar um sentimento que caminha na contramão da prosperidade educacional: a insatisfação.

Codo (1999) afirma, ainda, que:

A despersonalização, que é o desenvolvimento de sentimentos e atitudes negativas com certo endurecimento afetivo e coisificação ou materialização da relação, surge neste caso como resposta ao sofrimento instalado. A ilusão do professor é que através do endurecimento afetivo-emocional sofreria menos. Essa ‘alienação’ afetiva não resolve e traz um sentimento amargo de distanciamento emocional. Amargo porque toda atividade do professor se faz através da mediação afetiva. Negando essa mediação, esfriando a relação de trabalho, a baixa-estima profissional se apresenta e reforça a exaustão emocional já existente. (p. 259)

Robotizadas pelo sistema, a capacidade reflexiva das professoras vai aos poucos recebendo a ferrugem que o sistema deseja, e de desbravadores, tornando-as meras reprodutoras de um modelo que ainda não definiu quem é o professor: Ator? Construtor? Educador? Facilitador? Reprodutor?

A própria atuação do grande número de mulheres na educação muitas vezes é entendida como profissão fácil, sem muita necessidade do exercício mental e longe do convívio masculino. De acordo com a Confederação Nacional de Trabalhadores da Educação:

Ensinar é considerado uma extensão do cuidado com crianças, uma função feminina dentro da família. Educadores argumentavam que, como a escolha de carreira devia ser adequada à natureza feminina, atividades requerendo sentimento, dedicação, minúcia e paciência deveriam ser preferidas. O segundo argumento que justifica a escolha do magistério pelas mulheres, é que a ocupação permitiria conciliar a vida profissional com as tarefas domésticas e familiares, pois além das férias escolares, não exigiria externas jornadas de trabalho. Outra razão para a escolha do magistério ou mesmo para a permanência nele apesar das condições insatisfatórias, seriam as vantagens do serviço público: além da estabilidade e [...] benefícios, os professores (as) não sofreriam controle de qualidade de sua produção. (1994, p. 16)

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação expressa que:

[...] existe um número expressivo de professoras que têm sobrecarga de trabalho, com jornada de pelo menos 48 horas semanais, fora as horas extras dedicadas ao preparo de aulas, correção de provas entre outras tarefas, além do trabalho doméstico concentrado nos fins de semana e tomar consciência de sua condição subalterna de gênero pode contribuir para que a professora se dê conta do seu papel como agente reprodutor, mas também transformador, no cotidiano da escola. Da mesma forma que a mãe, na vida cotidiana da família, a professora, no cotidiano da escola, pode vir a ser um agente eficaz no processo de transformação social. (1994, p. 27)

Muitas pesquisas têm demonstrado a ocorrência de estresse, cansaço, ao mesmo tempo o corpo do trabalhador expressa resistência frente a essa nova forma de organização do trabalho globalizado e composto de diversos turnos.

Aos acometidos por essa síndrome, o prazer do trabalhador parece se encontrar no tempo em que está fora do trabalho. Tais alterações no âmbito da saúde não podem ser entendidas como fraquezas ou incapacidades individuais. Codo esclarece que

Não tendo alternativa, se sentindo esgotado, desenvolve um sentimento de baixa auto-estima profissional e de impotência porque, por mais que faça, não conseguirá fazer tudo que tem vontade ou que acha que deveria fazer. São forças iguais que puxam em direções opostas. Se a angústia e, como passo seguinte, procura se afastar do que lhe causa dor. Mas como? Não quer largar a escola. Não quer largar a família. E pelos dois que está brigando. Então, se protege se afastando, hipoteticamente (ou impotentemente?), do afeto que o trabalho lhe exige e que a família lhe cobra. Finge que não sente. Se desmotiva. E sofre. Assim, lança mão de um outro recurso, a despersonalização. (1999, p. 259)

Os indivíduos estão inseridos num contexto político-histórico-social que permeia suas relações sociais, de trabalho, de família. Isso delinea uma forma de viver específica. Na educação pode-se notar que a síndrome do burnout tem atingido muitas professoras, levando-as ao desencantamento e depressão.

Explica Codo (1999), que:

A síndrome burnout é definida por Maslach e Jackson (1981) como uma reação à tensão emocional crônica gerada a partir do contato direto e excessivo com outros seres humanos, particularmente quando estes estão preocupados ou com problemas. Cuidar exige tensão emocional constante, atenção perene, grandes responsabilidades espregam o profissional a cada gesto no trabalho. O trabalhador se envolve afetivamente com os seus clientes, se desgasta e, num extremo, desiste, não agüenta mais, entra em burnout. (p. 45)

São profissionais que passam a não se importar mais com as relações interpessoais, desenvolvem sentimentos e atitudes negativas

com relação aos seus colegas e alunos, sente-se exauridos, incapazes de poder dar mais de si mesmos.

Como poderiam nesse estado ser capazes de oferecer ou mesmo receber suporte social no trabalho? Esse é justamente o ponto, tornam-se profissionais fechados, isolados e alheios às tentativas de ajuda e de solução dos problemas do cotidiano. Para eles, não faz mais sentido gastar energia com essas questões, estão apáticos a elas e, provavelmente, colegas que queiram aproximar serão mal recebidos. Contudo, tal forma de agir é inconsciente, pois não percebem que te afasta a possibilidade de ajuda.

O vínculo entre as pessoas, quando bem estabelecido pode proteger o professor da síndrome do burnout principalmente em duas das suas formas de expressão: exaustão emocional e falta de envolvimento pessoal no trabalho. São vínculos entre os próprios companheiros de trabalho que permitem que o educador se proteja. Assim, mesmo na cultura da qualidade total, é importante a valorização do descanso, do prazer, de momentos em que o assunto em pauta não seja a educação, sala de aula, salários, alunos.

É importante que as professoras possam romper com práticas individualizantes, rotinizadoras, dispersas, com uma tendência à homogeneidade, fragmentação e hierarquização no trabalho docente, ao mesmo tempo em que gera a exclusão e o isolamento dessas profissionais, o que acentua o desencanto e a desmotivação.

Heckert et al (2001, p. 37) observam que as reformas educacionais apontadas como soluções para os problemas existentes no cotidiano escolar dificultam o desenvolvimento escolar e comprometem a autonomia das escolas. Transformam a escola em uma máquina de ensinar, sem se preocupar com as diferenças existentes em cada instituição.

Considerações finais

Como nenhuma história se faz desacompanhada de contradições, a trajetória feminina e sua inserção no mercado de trabalho não poderiam estar à margem de tal afirmação. A visão predominante

acerca da mulher na sociedade vem se modificando, rompendo, ainda que vagarosamente, a discriminação contra a mulher ao longo da história pregressa e presente.

A atual condição social da mulher não é universal e nem eterna, pois diferentes sociedades, ao longo da história, delegaram papéis sociais distintos e avaliações sobre eles a homens e mulheres e, ainda, na atualidade, isso acontece com uma divisão social de papéis entre homens e mulheres, presentes na nossa sociedade graças ao processo histórico que antecede esse contexto.

A mulher alcançou seu espaço no mercado de trabalho. Entretanto, muitas assumem, também, a jornada de trabalho doméstico, que não tem duração determinada.

Para a mulher professora, a prática docente insere-se nos moldes da contemporaneidade, exigindo qualidade, produtividade, eficiência, excelência na prestação de serviços e resultados.

Não se pode desprezar o contexto educacional brasileiro, no qual as professoras estão inseridas, uma vez que com a situação atual, necessitam se desdobrar em duas ou mais escolas para obter uma remuneração digna que lhes possibilite sobreviver.

Eis então a grande contradição. De um lado o campo feminino vivenciando suas conquistas e de outro, na educação, professoras cansadas, acometidas de várias doenças por conta da intensa rotina de trabalho. Melhorar a educação é um desafio que não se limita às reivindicações da categoria, mas aos governantes que desejem construir um país democrático e de inclusão. Uma espera que para as professoras é sinônimo de esperança e não de acomodação.

REFERÊNCIAS

ALVES, Laci Maria Araújo; TESORO, Luci Lea Lopes Martins. *Experiências de mulheres*. Rondonópolis – MT: LMAA Editora, 2002.

BRUSCHINI, C; LOMBARDI M. R. O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa. *Anais do X Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu: ABEP, 2004.

CARVALHO, Ademar de Lima. *Os caminhos perversos da Educação: a luta pela apropriação do conhecimento no cotidiano da sala de aula*. Tese (Doutorado em Educação) Marília-SP: Unesp, 2002.

CODO, Wanderley. (Coord.) *Educação: carinho e trabalho*. Petrópolis: Vozes/Brasília, 1999.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (CNTE). Disponível em < www.uncme.com.br/campanha.htm>. Acesso em: 21 maio 2007.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/ccivil/>> Acesso em: 28 set. 2007.

DEL PRIORI, Mary. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Mulheres, trabalho e família. Disponível em http://www.fcc.org.br/mulher/series_historicas/mtf.html. Acesso em 28 set. 2007.

GÊNERO, MERCADO DE TRABALHO E QUALIFICAÇÃO. In: *Exame*, ano 35, n. 02, jan.2001.

HECKERT, A. L. et al. A dimensão coletiva da saúde: uma análise das articulações entre gestão administrativa-saúde dos docentes, a experiência de Vitória. In: ATHAYDE, M.; BARROS, M.E.B.; BRITO, J.; YALE, M. (Orgs.). *Trabalhar na escola? Só inventando prazer*. Rio de Janeiro: IPUB/CUCA, 2001.

JUDÁ, Cláudia. Mulheres buscam espaço na computação. *Revista da Sociedade Brasileira de Computação* – SBC. março, abril e maio 2006.

JÚLIO, Carlos Alberto. *Reinventando você: a dinâmica dos profissionais e a nova organização*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

HOFFMANN, R. A. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. Disponível em: < <http://www.face.ufmg.br/novaeconomia/sumarios>>. Acesso em: 17maio 2007.

LANGER, André. A redução do tempo de trabalho e a cultura do tempo livre. *Jornal do Brasil*, em 7 fev. 2006. Disponível em < <http://www.unisinos.br/ihu/uploads/publicacoes>>. Acesso em 24 maio 2007.

MARX, K. *O capital*. (Crítica da Economia Política). 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. v.1.

MOLLER, Claus. *O lado humano da qualidade: maximizando a qualidade de produtos e serviços através do desenvolvimento das pessoas*. São Paulo: Pioneira, 1993.

MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO. Fundação Carlos Chagas. Disponível em < http://www.fcc.org.br/mulher/series_historicas/mtf>. Acesso em 28 maio 2007.

ONOFRE. Os candidatos não falam com elas. In: *Revista RDM*. Cuiabá, ano VII, n. 151, 27 de ago. 2006.

OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde) 2000. Envelhecimento: mitos na berlinda. Disponível em <http://www.opas.org.br/noticias>> . Acesso em: 23 maio 2007.

PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PROBST, Elisiana Renata. A evolução da mulher no mercado de trabalho. Disponível em: < <http://www.icpg.com.br/artigos/>>. Acesso em: 23 maio 2007.

RIBEIRO, Matilde. Racismo na Internet – *Jornal do Brasil*, em 7 fev. 2006.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETI, C.J. et al. (orgs.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1994.

STEIL, A. V. Organizações, gênero e posição hierárquica: compreendendo o fenômeno do teto de vidro. *RAUSP*, v.32, n.3, 1997.

PODER E AUTORIDADE: ASPECTOS DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES¹

POWER AND AUTHORITY: ASPECTS OF PSYCHOLOGICAL VIOLENCE AGAINST CHILDREN AND ADOLESCENTS

Francieli Jaqueline GREGORIO²

RESUMO: O presente texto versa sobre a forma de como poder e autoridade expressam-se nas relações entre pais e filhos por meio da violência. Para tanto, foram utilizados os números da violência psicológica praticada contra crianças e adolescentes do município de Toledo-PR, nos anos de 2004 e 2005.

UNITERMOS: crianças e adolescentes; poder e autoridade; violência.

ABSTRACT: This text discourse on the way power and authority express in the relationship between parents and children through the use of violence. Therefore, we have used the figures of psychological violence practiced against children and adolescents in Toledo - PR from 2004 to 2005.

UNITERMS: children and adolescents; power and authority; violence.

Apresentação

A violência doméstica é uma das várias formas de expressão de violência, desde os tempos mais remotos, é praticada por alguns adultos contra as crianças e adolescentes. A raiz do fenômeno da violência está associada ao contexto histórico, social, cultural e po-

1 Pesquisa de Iniciação Científica financiada pela Fundação Araucária/Paraná, sob orientação da Professora Dra. Zelimar Soares Bidarra.

2 Mestranda em Serviço Social e Política Social na Universidade Estadual do Oeste do Paraná .

lítico em que ela se insere e não pode ser compreendida como uma questão decorrente de conflitos interpessoais.

A literatura especializada entende a violência como um fator estreitamente ligado à idéia de poder e de autoridade. Por isso, para compreender a violência tem-se que estudar esses conceitos, isto é, as formas como eles se apresentam, socialmente e, no contexto doméstico.

1. O conceito de poder e sua analogia com a violência contra crianças e adolescentes

De acordo com Galbraith o poder se representa na habilidade de um indivíduo ou grupo conseguir a submissão de outros. Para ele, o estudioso que melhor construiu uma definição do poder e da forma como é percebido na vida cotidiana foi Max Weber, segundo o qual o poder é “a possibilidade de alguém impor a sua vontade sobre o comportamento de outras pessoas” (1984, p. 2).

Portanto, há poder quando, em vez de uma relação, alguém ou um grupo, impõe sua vontade, seu(s) objetivo(s) e desejo(s) aos outros. A imposição pode acontecer mesmo quando esses outros se mostram relutantes ou contrários, pois o poder pode ser exercido como forma de imposição, por meio do uso da força, bem como pela manipulação ou autoridade. Para Galbraith (1984, p. 3) “quanto maior a capacidade de impor tal vontade e atingir o correspondente objetivo, maior o poder”.

Considerando que o exercício do poder varia de acordo com o contexto das relações sociais, as formas hierárquicas de expressão do poder no ambiente das relações familiares, são o poder matriarcal e o poder patriarcal.

O poder patriarcal, forma predominante na sociedade, coordena o ambiente doméstico a partir do estabelecimento de uma fronteira que equivale aos limites da propriedade privada. Há alguns séculos, essa forma de poder tem servido como base para as relações familiares e como modelo político para a organização do Estado. Tal modelo de domínio, masculino/familiar, chegou ao Brasil com os colonizadores portugueses, que trouxeram as influências européias

do modelo de família conjugal ou nuclear, mais tarde, denominada de família burguesa.

A sociedade brasileira expressa características peculiares na relação entre o poder e a violência. A violência tornou-se funcional na sociedade justamente porque pode operar “tanto como manifestação de reação identitária a fenômenos de massificação, quanto na forma de pura manifestação cultural, dado que a violência foi ao longo de nossa história incorporada como exercício legítimo de autoridade” (WIEVIORKA *apud* GONÇALVES, 2003, p. 182).

2. A “crise [e o abuso] de autoridade”: a consolidação da violência

A expressão “crise e abuso de autoridade” foi utilizada por Hanich Arendt para descrever uma relação social mais ampla. Foi oportuno usarmos a expressão no nosso trabalho, já que reflete a questão patriarcal.

Um modelo específico de autoridade está pressuposto no patriarcalismo, o qual se representa na figura do homem, adulto, provedor das condições materiais, pela segurança de seus pares e, ao mesmo tempo, dirigente das regras e valores sociais.

Isso foi incorporado pelos sistemas legais, contribuindo para reforçar a idéia de que a autoridade pode sustentar-se na desigualdade, isto é, na tutela do mais fraco pelo mais forte. Durante vigência do Primeiro Código Civil Brasileiro (de 1916 até 2002), o exercício do pátrio poder coube ao pai, transferido à mãe somente nos casos de impedimento do genitor (GONÇALVES, 2003, p. 182). Na figura masculina estava depositada a autoridade. Isso elevou esse homem à condição de chefe de família e fonte das ordens e de autoridade.

O mesmo fato ocorreu em relação à representação legal dos filhos, nos atos da vida civil. De acordo com Safiotti (*apud* AZEVEDO; GUERRA, 2000, p. 53), “embora [constasse] no artigo 348 [do Código Civil de 1916] que esta tarefa [de representar os filhos incumbia] aos pais, a alínea I do artigo 233 [conferia] ao marido a função de representar legalmente a família”. Embora as mães já te-

tenham assegurado algum tipo de poder sobre seus filhos, ainda, “sua autoridade é via de regra, menor que a do homem” (AZEVEDO; GUERRA, 2000, p. 50).

A Lei estabeleceu uma relação de hierarquia entre os adultos e as crianças, “na qual o poder do adulto destina-se a socializar a criança e transformá-la em um adulto à sua imagem e semelhança” (SAFIOTTI *apud* AZEVEDO; GUERRA, 2000, p. 51). Por meio dessa relação, transmitiam os padrões de conduta dos adultos para as novas gerações. E tende-se a repetir na educação dos filhos o modelo de relação familiar que se aprende ao longo da vida.

A autoridade do homem foi construída a partir da função de provedor material de proteção e de segurança. Isso elevou esse homem à condição de chefe de família e fonte das ordens e de autoridade.

No Brasil, grande parte das famílias tem o seu funcionamento embasado nos padrões da família nuclear/patriarcal/burguesa, sendo comum o recurso aos parentes que, geralmente, moram nas proximidades, para que prestem socorro mútuo no momento de alguma necessidade.

O uso da teia parental forma uma rede de sociabilidade que funciona para o socorro material e para o cuidado das crianças. Quando ocorre o desmantelamento dessa rede e prevalece o distanciamento na relação entre pais e filhos, essas famílias tendem a transferir função de cuidado para a escola, a creche e centros de assistência social na busca de que essas instituições sejam as “agências socializadas” de seus filhos (ADORNO; CÁRDIA, *apud* GONÇALVES, 2003, p. 183).

Essa transferência pode implicar na intitulada “crise de autoridade” (ARENDDT, 1997, p. 129), perda de parte da capacidade de ensinar as ordens, por parte dos responsáveis.

A perda da autoridade sobre os filhos foi observada nos relatos de pesquisa realizada por Gonçalves (2003), em cujos depoimentos constam que as mães gostariam “mas não têm podido preservar o que chamam de *respeito aos mais velhos*. É um respeito que beirava o temor” (GONÇALVES, 2003, p. 260, grifo nosso). A fragilização do sentimento de respeito para com os mais velhos, sejam eles mem-

bros do grupo familiar ou não, acaba se tornando motivo para punições e justificativa para o uso da violência, em geral pelo emprego da força física na educação dos filhos.

O resultado é que pais acabam por agredir seus filhos (e a agressão não se resume ao aspecto físico – pode ocorrer de outras formas, como a violência psicológica ou a negligência) no espaço privado da casa. A punição física (a violência), “contraria os princípios da educação infantil, mas representa um alívio momentâneo para as tensões vividas na rua e no trabalho” (ibid, p. 85). E quando essa violência está muito presente no cotidiano, tende a ser banalizada e naturalizada.

Assim, percebe-se que se quando está diante da ameaça ou mesmo da degeneração do exercício da autoridade, muitas vezes, costuma-se recorrer ao uso da força para imputar ao outro a obediência a uma regra ou norma. A tal tipo de recurso de poder dá-se o nome de violência.

Numa tradução literal, violência “origina-se do latim *violentia* e designa o ato de violentar, força empregada abusivamente [...] sobre alguma pessoa para obrigá-la a praticar algo” (ALMEIDA, 1984, p. 399). Porém, diversas são as formas desse emprego abusivo de força.

Na cultura brasileira, a violência perpassa todas as camadas sociais de uma forma tão profunda, que, no nível do senso comum, tende a se admitir como natural a existência de um ser mais forte e que tem domínio sobre um ser, mais fraco. Assim, a violência é assimilada e utilizada como recurso nas diferentes modalidades de relações sociais, dentre elas a de pais e filhos.

A violência torna-se naturalizada quando, culturalmente entendida como constitutiva de uma relação, tal como aquela entre pais e filhos. Nessa relação, a violência costuma estar silenciada, dada a pouca visibilidade do espaço em que ocorre, o espaço privado (da família e sob a influência da autoridade patriarcal).

Mesmo “o avanço da consciência na vida civilizada não contribuiu para fazer cessar a violência, mas sim fazer com que ela se escondesse, se interiorasse e passasse a se manifestar, onde pudesse

se ocultar do olhar público” (DOMENACH apud GONÇALVES, 2003, p. 169). Assim, parece natural que a família decida, em sua intimidade, aquilo que acredita ser conveniente no tocante às suas regras e, principalmente, à educação de seus filhos.

Nesse caso, a família é entendida como “uma propriedade privada, caracterizada pelo sigilo dos acontecimentos internos, na qual a violência vem a público eventualmente, necessitando, muitas vezes, da interferência de terceiros para que seja divulgada e comunicada” (BESERRA; CORREA; GUIMARÃES, 2002, p. 68).

Quando se fala em violência doméstica, necessariamente, remete-se à maneira como a sociedade compreende a questão do poder no ambiente familiar. O uso da autoridade dos pais, como poder de força, está engendrado no imaginário social. Por isso, a violência doméstica contra crianças e adolescentes acaba sendo naturalizada, tomada como prática absolutamente normal.

3. A violência psicológica: constatações do poder e do abuso de autoridade na relação entre pais e filhos

A pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC),¹ tornou possível a aproximação com os Registros de Atendimento do CT-Too, a partir das quais fez-se um recorte para o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: “Para além dos ‘Entre Muros’: desmistificando o silêncio que encobre a violência psicológica”² no qual pretendeu-se tornar conhecidos os principais determinantes da violência psicológica contra crianças e adolescentes no município de Toledo-PR.

Porém, antes de apresentar os números faz-se necessário apresentar o conceito de violência psicológica. De uma forma classifica

1 Projeto de Iniciação Científica PIBIC/UNIOESTE/ITAIPU, intitulada: *Caracterização das Práticas de Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes no município de Toledo (Região Oeste do Paraná)*. Sob orientação da Prof. Dra. Selimar Soares Bidarra. A pesquisa buscou catalogar algumas formas de violência doméstica (a violência psicológica, a negligência e o abandono), sendo excluída a violência sexual.

2 Sob orientação da prof. Dra. Zelimar Soares Bidarra, apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná em 12/11/2007.

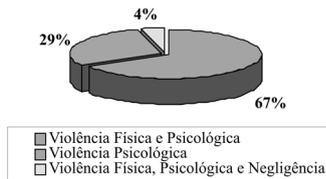
“a violência psicológica compreende um conjunto de atitudes, palavras e ações para envergonhar, censurar e pressionar a criança de modo permanente”. (BRASIL, 2004, p. 25).

A Sociedade Brasileira de Pediatria (2001, p. 26) categoriza a violência psicológica quando ocorre de modo *passivo* (abandono emocional, negligência com os cuidados afetivos) ou *ativo* (expressado de forma verbal ou em atitudes de ameaça, castigos, críticas, rejeição, culpabilização, isolamento).

Partindo do conceito de violência psicológica, o objetivo geral desta investigação foi o de caracterizar as manifestações da violência psicológica no município de Toledo, a fim de conhecer o perfil das crianças e adolescentes vítimas desta violência, bem como o contexto no qual ela se apresenta.

Para a tabulação foram contabilizados os casos de violência psicológica ocorridos nos anos de 2004 e 2005. Nos Registros de Atendimento desses dois anos foram localizados 24 casos de violência psicológica contra crianças e adolescentes. Esses casos representam o universo total desta pesquisa.

Gráfico I - Tipos de violência praticados



Fonte: Tabulação TCC.

Em 67% somados a 4% do número de casos registrados, a violência psicológica foi constatada apenas quando acompanhada de outras modalidades de violência, como a física e a negligência. Apenas em 29% do total dos casos ela foi registrada isoladamente. O fato de a violência psicológica estar em grande parte das denúncias associada à outras modalidades de violência doméstica demonstra o não reconhecimento da violência psicológica como prejudicial para crianças e adolescentes.

Ainda assim, ressalta-se o quão importante é a detecção violência psicológica junto com outras que deixam marcas mais evidentes, porque se abre caminho para se perceber uma modalidade de violência que não atinge somente o físico, mas também a saúde mental.

Em geral, a violência psicológica não é compreendida como tal, sendo associada como uma prática educativa aceitável. Em dois dos Registros de atendimento analisados destacou-se bem o não entendimento do que é essa violência.

No Registro A37¹ o denunciante, anônimo, alegou que *a mãe bate e grita muito com sua filha*. Em comparecimento ao CT-Too, esta mãe relata: *que tem costume de falar alto, mas não agride a criança*.

No Registro A61, também proveniente de denúncia anônima, o denunciante relata *que a mãe agride física e psicologicamente seus filhos*. Em comparecimento ao CT-Too a mãe *alega que grita constantemente mas não agride*.

As falas das mães evidenciam que os elementos que caracterizam a violência psicológica não são considerados. As alterações no tom de voz, entendidas como uma prática aceitável, ratificam a naturalização da violência psicológica como prática educativa. Elas negam a agressão porque sabem que a violência física é passível de represálias, mas que a psicológica não é punida.

Quanto aos agressores:



Fonte: Tabulação TCC



Fonte: Tabulação TCC

¹ As fichas de Registros de Atendimento são aqui apresentadas conforme a identificação dada durante a Pesquisa de Campo. A identificação se dá por meio de números para preservar a identidade dos envolvidos nas situações de violência.

No Registro da prática de violência psicológica houve um equilíbrio entre o sexo dos agressores, com 45% do sexo masculino e 55% do sexo feminino. A partir do número inicial de 24 casos, contabilizaram-se 33 agressores, pois em seis casos, ambos os pais (pai e mãe) praticaram a violência e em um caso houve quatro agressores (mãe, tio, tia e avó).

Pais e mães fazem uso da violência na educação dos filhos, desde longa data. O uso tem relação direta com os papéis sociais que eles desempenham. A punição “[...] está associada culturalmente aos deveres da paternidade, sendo seu uso integrado ao papel dos pais e interpretado como um direito [o direito dos pais baterem]”. (GONÇALVES, 2003, p. 143).

Curiosamente ao assumir o papel de chefe de família, a mãe, que historicamente teve seu papel voltado à afetividade e aos cuidados dispensados aos filhos, passou a assumir funções do patriarca e obteve a “autorização” para punir aqueles que não cumprem as regras de convivência, determinadas para aquele grupo familiar.

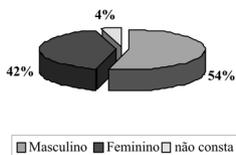
Outro aspecto importante é a reiterada negação da violência por parte do agressor. Dentre os 24 casos, em 13 não constava o registro das falas dos agressores, porém dentre os 11 casos em que houve esse Registro, oito dos acusados negaram a denúncia. Daquelas que negaram a denúncia sete eram mães.

O fato de as mulheres negarem a prática da violência relaciona-se com o papel que o amor materno desempenha em nossa sociedade. A mulher agressora “seria encarada como ‘mãe má’, sua conduta é indicativa de que ela não cumpre as funções básicas que a sociedade lhe designou, ou seja, velar pela alimentação e pela segurança da criança” (GUERRA, 2005, p. 146).

Além de temer o julgamento moral de seus atos a negação da violência sustenta-se no temor de uma penalização, quando se percebe que o ato praticado assumiu uma configuração criminal.

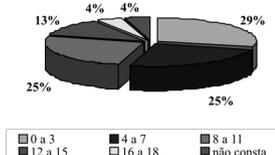
Em relação às vítimas percebeu-se que:

Gráfico IV - Sexo das vítimas



Fonte: Tabulação TCC.

Gráfico V- Idade das vítimas



Fonte: Tabulação TCC.

Tanto para as vítimas, quanto para os agressores, houve um equilíbrio entre os sexos. Mas quanto às idades teve-se maior incidência de violência psicológica, 80%, em crianças para 16% em adolescentes.

A violência psicológica contra crianças e adolescentes têm relação direta com o padrão de poder e de autoridade estabelecidos, pelo qual, pais e mães exercem o papel de proteger e educar seus filhos. A obediência aos adultos e a aceitação da legitimidade de seu poder são inerentes ao papel que cada um desempenha no grupo familiar.

Assim, cada grupo familiar organiza sua rotina e define os papéis que cada um irá ocupar. Nessa relação, os adultos são os responsáveis pelo cuidado e pela “socialização” das crianças e dos adolescentes e precisam de certa forma, fazer uso da autoridade para mostrar o que é correto de acordo com as regras e valores estabelecidos pela sociedade.

Contudo, deve-se lembrar que crianças e adolescentes são considerados pela legislação da sociedade brasileira, como sujeitos de direitos. Por isso, a organização do grupo familiar deve ter seus alicerces fixados no respeito aos limites e possibilidades de cada um de suas integrantes.

Sabe-se que, crianças “identificam de forma clara as pessoas que mandam e as que obedecem”. Nesse sentido, o poder e a autoridade “estruturam-se, principalmente, por meio daquilo que as pessoas são, fazem, falam e possuem” (GUARECHI, 1999 *apud* SÁ, 2001, p. 183). Assim, se a autoridade e o poder dos adultos - que poderiam ser exercidos respeitando a integridade física e mental - se manifestam so-

mente por meio de práticas que prejudicam a criança e o adolescente, seja física, seja psicologicamente, eles passam por grande sofrimento emocional, que se reflete no convívio familiar e social.

Esses reflexos, em geral, aparecem na escola e nas brincadeiras com os colegas. Ao reproduzirem aquilo que vivem no ambiente de convívio familiar (agressões verbais e físicas a outros), são tidas como “sem educação”, como crianças que não se enquadram na conduta da criança comportada, que segue desejos e regras dos adultos.

Quando a violência psicológica é praticada contra o adolescente e constitui-se principalmente pela humilhação desencadeia nele “uma desconstrução de valores e verdades estabelecidos, trazendo sérios prejuízos também para a auto-estima do adolescente” (SÁ, 2001, p. 186). Sobretudo, porque a adolescência é uma fase de fortes sentimentos de insegurança., e porque ele, associado a isso, provavelmente foi uma criança agredida.

Em geral, as vítimas de violência psicológica (principalmente os adolescentes) apresentam tendências ao suicídio ou a fuga a outros meios como o uso de substâncias psicoativas, além de apresentarem um baixo rendimento escolar e condutas tidas como “anti-sociais” ou “mau comportamento” (MALTA, 2002, p.41 ss).

Assim, a violência segue o que poderíamos chamar de uma “cadeia”: o agressor é vitimizado por uma violência estrutural e social, vivida no “mundo do trabalho”. Por sua vez, violenta aqueles que se encontram no ambiente sob o qual ele exerce seu poder e autoridade (ambiente doméstico) e as vítimas (neste caso, crianças e adolescentes) reproduzem os atos de violência em suas relações cotidianas. E, é seguindo essa “cadeia” que a violência vai se naturalizando nas relações sociais.

Considerações finais

É importante lembrar que o indivíduo é resultado das relações que vivenciou, durante sua história. Conseqüentemente, cada um tem uma forma diferenciada de entendimento da relação pais e filhos. Por isso, antes de aplicar a um indivíduo o rótulo de agressor,

é preciso buscar saber quais determinantes levaram à prática de um ato violento.

Contudo, não se pode esquecer de que aspectos constitutivos da violência são entendidos por muitos como um direito dos pais, não passível de represálias. E que, somente algumas manifestações da violência devem ser restringidas quando perpetradas de forma imoderada, quando ultrapassam os limites de tolerância.

Mesmo assim, não se deve culpar imediatamente o grupo familiar por suas ações. É preciso pensar na relação entre esse grupo no espaço social que não lhe dá respaldo para modificar formas de convivência. Deve-se pensar a violência estrutural que acomete grande parte da população em nosso país, marcada pelas relações de desigualdade, exploração e expropriação da força de trabalho. É preciso, ainda, pensar na posição do Estado que perante a Constituição Federal de 1988, também é responsável pela integridade das crianças e dos adolescentes, e que, muitas vezes, se esquivava dessas responsabilidades transferindo-as para a sociedade, para que ela dê fim às suas demandas por meio de suas organizações.

Nesse sentido, a violência psicológica (assim como qualquer outra) passa a ser constituída e resultante daquilo que os adultos vivenciam em suas relações sociais, principalmente aquelas decorrentes do “mundo do trabalho” que os oprime e os aliena cada vez mais. Assim, a punição daquele que pratica a violência não se faz suficiente. É preciso que se tenha serviço especializado voltado tanto ao atendimento das vítimas quanto dos agressores.

Para que possa haver ações voltadas para os sujeitos envolvidos em situações de violência, primeiramente, precisa-se saber quem eles são por meio de levantamentos e diagnósticos sociais que devem ser constantemente atualizados.

Os profissionais que atuam no atendimento a crianças e adolescentes áreas têm um papel imprescindível no combate à violência. Por isso, devem buscar mostrar àqueles envolvidos em práticas de violência outros caminhos e possibilidades para uma convivência saudável, com uma relação que pode ter características de autoridade, mas deve estar alicerçada no respeito mútuo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. C. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Brasília: Nacional, 1984, p.399.
- ARENDDT, H. *Entre o passado e o futuro*. 4. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997.
- AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. (orgs). *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. 2. ed. São Paulo: Iglu, 2000.
- BESERRA, M. A.; CORREA, M. S. M.; GUIMARÃES, K. N. Negligência contra crianças e adolescentes: um olhar do profissional da saúde. *In: Violência doméstica contra crianças e adolescentes*. Recife: EDUPE, 2002. p. 61-82.
- BIDARRA, Z. S.; GREGÓRIO, F. J. *Caracterização das práticas de violência doméstica no município de Toledo (região Oeste do Paraná)*. Pesquisa de Iniciação Científica – PIBIC/UNIOESTE/PTI. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 2006.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.1988.
- GALBRAITH, J. K. *Anatomia do poder*. São Paulo: Pioneira, 1984.
- GONÇALVES, Hebe Signorini. *Infância e violência no Brasil*. Rio de Janeiro: NAU, 2003.
- GREGÓRIO, F. J. *Para além dos “Entre Muros”*: desmistificando o silêncio que encobre a violência psicológica. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* - Toledo, 2007.
- GUERRA, V. N. A. *Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- MALTA, S. B. B. *Violência na família: uma matriz da violência na sociedade*. Estado de Alagoas: Prefeitura Municipal de Coruripe, 2002.
- SÁ, S. M. *Conselho Tutelar: enfrentamento à violência física*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Julio Mesquita Filho - UNESP. Franca, 2001.

A CULPA É DE QUEM?: REIVENTANDO O DISCURSO PEDAGÓGICO SOBRE A APRENDIZAGEM

WHOSE FAULT IS IT? RE-INVENTING THE PEDAGOGICAL DISCOURSE ABOUT LEARNING

Daniela Emilena SANTIAGO¹

Magda Marques TREVISAN²

RESUMO: A discussão sobre a aprendizagem que empreendemos remonta-nos ao surgimento do Movimento de Escola Nova durante a década de 20 e, sobretudo ao ideal vinculado por esta corrente, que percebia a educação como um processo que dependia exclusivamente das capacidades inatas da criança. Atualmente, na prática educacional esse discurso ainda existe. Este estudo buscou, assim, se aproximar do diálogo do professor de educação fundamental sobre a aprendizagem e demonstrar a existência de relação entre teorias vinculadas anos antes e o discurso atual. **UNITERMOS:** aprendizagem; individualização; perspectiva histórico-social.

ABSTRACT: The discussion on learning that we undertake retraces us to the sprouting of the Movement of New School in the 20's and above all to the ideal tied for this chain that perceived the education as a process that depended exclusively on the innate capacities of the child. Currently, in practical educational this speech is still present. This study searched to get close to the dialogue of the basic edu-

1 Daniela Emilena Santiago: Assistente Social, pela Universidade Estadual de Londrina - PR, Especialista em Violência Doméstica pela Universidade de São Paulo - SP e Mestranda em Psicologia pela FCL-Assis- UNESP.

2 Magda Marques Trevisan: Pedagoga pelo Instituto Educacional de Assis - SP, Psicopedagoga pela mesma instituição e cursa Psicologia na Faculdade da Alta Paulista - FAP - de Tupã, SP.

cation teacher on learning, and demonstrate the existence of correspondence with entailed theories years before with the current “discourse”.

UNITERMS: individualization; learning; historical social perspective

Apresentação

O sistema econômico de uma sociedade define toda a vida social a ela inerente. Destarte, a forma como uma sociedade organiza seus meios de produção tende a influenciar a todos os setores da vida humana, principalmente as relações sociais.

No sistema capitalista, em sua atual fase de desenvolvimento, essa afirmação se torna totalmente fácil de ser observada se analisarmos as mudanças que as configurações capitalistas trazem à vida familiar, às relações interpessoais, por exemplo. Assim, as influências do sistema econômico são inúmeras e se espraiam por toda a vida social. Cumpre-nos apenas destacar, por ora, uma das peculiaridades basilares, o culto ao individualismo.

O individualismo refere-se ao ideal vinculado após o modernismo, período reconhecido como pós-moderno, e consiste na disseminação da crença de que o indivíduo é o único responsável pelo seu desenvolvimento como ser humano (DUARTE, 2001; PATTO, 1999). Nesse sentido, veicula-se a idéia de que cada ser humano é responsável pelo seu desenvolvimento, que cada qual possui condições inatas necessárias para alcançar seus objetivos pessoais e mais, que as oportunidades de desenvolvimento estão abertas a todas as pessoas.

Para Duarte (2001), esse “individualismo” traz à educação uma influência significativa na forma de se compreender a aprendizagem. Assim, ainda valendo-se das concepções desse autor, podemos concluir que, nessa realidade, a aprendizagem passa a ser compreendida como responsabilidade exclusiva do indivíduo, da criança. Há, assim, uma transferência para a criança da responsabilidade sobre a aprendizagem, excluindo-se toda a possibilidade de uma análise crítica, quer seja da realidade social, quer seja da própria prática pedagógica.

De sorte que são comuns, no espaço escolar, frases de profissionais ligados à educação, tais como professores que corroboram com tal crença. Nesse sentido, responsabilizam a criança pela aprendizagem ou pela “não aprendizagem”.

Em realidade, isso já se fazia notar na década de 1920, quando teóricos do Movimento Escola Nova apontavam para a necessidade de que as crianças fossem avaliadas e, partindo dessa avaliação, fosse identificada aquela passível de ser educada. Assim, a responsabilidade era da criança, de suas condições inatas, biológicas (PATTO, 1999).

O interesse pelo tema em voga se deu em decorrência dos autores, inseridos junto a educação fundamental, em locais e momentos diferenciados, presenciarem falas de professores no sentido descrito acima.

Este estudo pretendeu, por meio da realização de uma “pesquisa piloto” junto a educadores vinculados ao ensino fundamental dos municípios do interior do estado de São Paulo, identificar a existência da presença da compreensão de que a criança é o único responsável pelo processo de aprendizagem, tal como fora apregoadado na década de 1920 pelo Movimento Escola Nova e reforçado atualmente pelos princípios do Pós-Modernismo.

O referencial teórico utilizado para a análise dos dados obtidos é a interlocução estabelecida transversalmente entre a perspectiva sócio-histórica e a teoria marxista. Por isso, os embasamentos dessas teorias estarão norteando todo trabalho.

1. A responsabilização do indivíduo pela aprendizagem: as protoformas da concepção

Assistimos no Brasil durante a década de 1920 ao aparecimento de um novo discurso no cenário nacional em analogia com a educação. Há na realidade uma preocupação exacerbada com relação à necessidade de serem traçados novos parâmetros educacionais, de forma que Patto (1999) chega a destacar a emersão de uma política educacional, no sentido de executar ações desenvolvidas pelo Estado e com caráter contínuo. Sabemos que, antes desse processo, a Igreja Católica era a grande responsável pelos colégios existen-

tes desde a colonização do país e, portanto, pelo que era conhecido como “educação”.

O país buscava a modernização econômica e, assim, o progresso. O atraso econômico era atribuído à má educação do povo brasileiro e aos índices elevados de analfabetismo. Para que o progresso e a modernização econômica fossem alcançados era imperioso que o povo brasileiro deixasse de lado seus maus hábitos, sua má educação e, mais, era indispensável que o número de analfabetos fosse reduzido “a toque de caixa”. A escola desponta, portanto, como o principal elemento que poderia viabilizar esta mudança, já que combateria o analfabetismo e também poderia auxiliar na disseminação de novos hábitos (MAGALDI, 2002).

Essa mudança de hábitos deveria privilegiar a criança, o alvo inicial das ações. A criança, depois de educada, estaria encarregada de transmitir o que aprendera na escola para sua família. Dessa forma, todos seriam educados e o processo convergiria para a mudança econômica tão necessária ao país (MAGALDI, 2002).

Quais seriam estes hábitos a serem estimulados na criança? A higiene desponta como o carro chefe. O novo homem deveria ser limpo, higiênico e saudável. Assim seria possível também controlar a disseminação das doenças no país. Essa prática “educativa” visava, sobretudo, a

[...] eliminar atitudes viciosas e inculcar hábitos salutarres, desde a mais tenra idade. Criar um sistema fundamental de hábitos higiênicos capaz de dominar, inconscientemente, toda a existência das crianças. Modelar, enfim, a natureza infantil pela aquisição de hábitos que resguardassem a infância da debilidade e das moléstias. (ROCHA, 2003, p. 40)

Os pressupostos acima descritos conferiram a tônica à nova maneira de condução da educação e tiveram aceitação junto ao Movimento de Escola Nova emergente no país. O movimento em questão “ditou” as regras da nova forma de educação, buscando, sobretudo um rompimento com a educação compreendida como “tradicional”.

O escolanovismo apregoava a necessidade da ampliação do sistema educacional a todos os cidadãos e visava a romper com o estudo elitista vigente no país até então. Propunha também que cada indivíduo pudesse se desenvolver de acordo com suas potencialidades e habilidades inatas. A escola seria financiada pelo Estado e, por causa disso estaria aberta a todos, mas cada qual, de acordo com suas potencialidades iria desenvolver-se até onde fosse possível.

De acordo com Azevedo,

[...] Assentado o princípio do direito biológico de cada indivíduo à sua educação integral, cabe evidentemente ao Estado a organização dos meios de o tornar efetivo, por um plano geral de educação, de estrutura orgânica, que torne a escola acessível, em todos os seus graus, aos cidadãos a quem a estrutura social do país mantém em condições de inferioridade econômica para obter o máximo de desenvolvimento de acordo com as suas aptidões vitais. (1960, p. 114)

A educação era marcada, portanto, por um intenso “biologismo”. A biologia, as capacidades biológicas de cada ser humano definiam sua aprendizagem. A escola, no entanto, estaria aberta a todos. E mais, estaria a escola aberta ao desenvolvimento das potencialidades de cada indivíduo ou o “máximo de desenvolvimento” possível a cada ser humano.

O saber passa, assim, a ser relativo, que dependerá das potencialidades inatas de cada indivíduo.

Dessa forma, haveria cidadãos que, por suas características inatas, poderiam ser educados e chegariam até a universidade ao passo que outros não conseguiriam alcançar “níveis” tão elevados.

À escola cumpria o papel apenas de viabilizar o desenvolvimento desse ser humano, que sempre vinha associado a uma idéia de “utilidade”, “produtividade”. O homem deveria, ser útil em sua existência, que não poderia ser restrita apenas à cultura letrada.

Já nessa época, a escola deveria educar “para a vida”, e, mais, a vida sim, seria a maior das escolas. Todo ensino deveria se pautar em experiências práticas, sempre oriundas do cotidiano da criança,

de sua experiência prática e estar direcionada à prática (AZEVEDO, 1960; KILPATRIK, 1953).

Segundo a orientação escolanovista, partindo da prática cotidiana que o conteúdo pedagógico seria definido. Dessa forma seria possível garantir que a criança se interessasse pelo processo de aprendizagem, já que os conteúdos ministrados seriam familiares.

O interesse deveria ser despertado pelo educador, que também necessitava respeitar o momento que a criança estivesse vivenciando e o “nível” de cada aluno.

A fim de definir o nível da criança, desponta o papel do psicólogo e, sobretudo dos testes psicométricos. Mallart (1951) enfatiza que os testes psicométricos poderiam ser utilizados no sentido de estabelecer o nível de cada criança e assim forma sua aprendizagem. Tais estudos poderiam segregar os “normais” em relação aos “anormais” e definiria também aqueles indivíduos passíveis de serem educados. Lourenço Filho (1952) chega a descrever a necessidade da “maturação” da criança para a aprendizagem no sentido de que aquela que não estivesse “madura” o suficiente dificultaria o processo de aprendizagem.

Desse modo, apesar das propostas ditas inovadoras, a educação do período da década de 1920, pressupunha que a aprendizagem sempre dependeria única e exclusivamente do indivíduo, de suas condições inatas. Assim, o saber torna-se relativo e dependerá apenas dessas condições, que também estariam relacionadas ao “nível” mental da criança. Isso definiria o tipo de educação de cada ser humano, ou para quê aquele indivíduo serviria.

2. De quem é a culpa?

A questão da aprendizagem e mesmo da não aprendizagem é um debate extenso e que muitas vezes acaba em um caminho sem saída. Por que uma criança aprende, ou por que ela não aprende? Quais seriam os fatores a influenciam no processo? Parte das explicações converge no sentido responsabilizar a criança ou o meio em

que vive, como foi possível observar após a realização das entrevistas, as quais passaremos a discutir.

Uma das professoras entrevistadas escolheu o pseudônimo Cláudia; a outra professora, Ana. Cláudia atua há sete anos no ensino fundamental do município e Ana há cerca de nove anos.

Neste artigo, nós nos concentraremos na questão formulada para ambas: “para você, quais seriam os fatores que influenciariam a aprendizagem de uma criança?” Cláudia respondeu:

Eu acho que o método influencia. Eu por exemplo sou a favor do tradicional, mas em cima do construtivista. Aqui no município estamos usando apostila. A gente aqui também tem alguns cursos para alfabetização. Para mim tem, no entanto vários fatores que tendem a influenciar nessa aprendizagem, como psicológico, principalmente e a família também [...] a família influencia bastante [...] o meio em que vive [...] a comunidade.

Ana disse:

Bom, para mim é o método sabe, o método de ensino. Hoje, nos pautamos na proposta da Ana Teberosky. É o que eu estou vivenciando hoje. Que nem hoje nós estamos aprendendo com o Letra e Vida que é uma nova maneira de ensinar. A gente vê né, que, com a evolução dos tempos as crianças não ficam mais como eram antes. Mas a criança que tem muita dificuldade, ela só aprende da forma tradicional mesmo. Paulo Freire também ajuda muito. Sabe, aquele método que eu ensinava, que eu era obrigada a ensinar que era o tradicional, que cada administração que entra coloca um, sabe. Hoje, eu vejo que a maior parte dos alunos tenta aprender a ler. Eles tentam produzir. Eles não tem medo de errar. Porque o construtivismo é assim. A criança constrói seu conhecimento. Esse termo nós não usamos mais. Nós sempre fazemos assim, com o construtivismo. Então depois disso minha concepção de criança mudou. Mudou porque quando eu dava aula antes, eu achava que a criança não era capaz. Agora, eu sei que a criança é capaz de construir seu conhecimento sozinho. Antes, eu não conseguia esperar a criança, agora eu já consigo.

Há um contraponto entre as falas de Ana e Claudia, já que ambas identificam que o método de ensino utilizado pode vir a definir a aprendizagem da criança. No entanto, Claudia propõe uma justaposição do ensino tradicional ao construtivismo ao passo que Ana já se mostra numa posição de rompimento com o método compreendido como tradicional, apesar de afirmar que a criança que não aprende, que tem dificuldade precise mesmo do método tradicional.

No entanto, ambas apresentam em suas falas os resíduos da concepção que identificava o indivíduo como o definidor da aprendizagem veiculada dentre diversas instâncias pelo movimento escolanovista. Claudia deixa isto latente quando afirma que o “psicológico” influencia e que a “família” também, assim como o “meio” em que a criança vive. Esse princípio também está presente na fala de Ana quando diz que o construtivismo se baseia na construção do conhecimento que a criança faz “sozinha” e que “a criança é “capaz...sozinha” devendo, portanto, apenas “esperar” a criança.

Não buscamos defender neste estudo uma posição reacionária. Sabemos que os fatores identificados pelas professoras realmente podem influenciar a aprendizagem de uma criança, mas não são fatores isolados, como aparece nas falas elencadas. Assim, estão relacionados a uma dinâmica social, a uma realidade social, que, muitas vezes, acabam produzindo-os. O fator não foi destacado na fala das professoras entrevistadas. De sorte que a crítica aqui tecida é o fato de atrelarem as explicações sobre a aprendizagem pautando-se em aspectos situados apenas no âmbito individual, como a família, o meio social no qual a criança vive.

A confiança de que a família, o psicológico e o meio social influenciam na aprendizagem da criança conduz a uma outra possibilidade de análise, porque como esses fatores tendem a influenciar a aprendizagem, é lícito supor que o conhecimento dependerá da vivência de cada um.

Ora, não é ousado supor isso. Cada ser humano tem uma família, que irá lhe proporcionar uma vivência específica e, por conseguinte, sua construção de conhecimento dependerá dessas vivências.

Autores como Moraes (2001) e Patto (1999) identificam que essa é uma tendência reinante no mundo “pós-moderno” e que faz com que a educação seja considerada como dependente do indivíduo exclusivamente, relativizando o conhecimento.

Não há nada mais definido, nada pré-estabelecido, tudo depende da vivência de cada ser humano. Moraes (2001) chega a definir este processo como o “reco da teoria” e o reinado do “pragmatismo”, das experiências práticas de cada ser humano. Della Fonte (2006) identifica ainda a refuta a tudo que tenha em seu cerne a característica do tradicionalismo, do conhecimento tradicional.

Quando se instaura essa ótica pragmática sobre a educação, sobre o processo de aprendizagem, o cultural ganha força. O conhecimento válido é aquele que é produzido pelo indivíduo, pelos grupos ou da relação estabelecida com o meio. Isso leva por sua vez, a focar apenas o local, o regional e incorrer na sublimação do conhecimento geral, sobre toda sociedade. A realidade não é vista como um todo articulado. Não há o predomínio de uma visão do todo, do geral (DELLA FONTE, 2006).

Outro ponto que reflete essa tendência pragmática de pensar a educação e também a criança é o fato de o professor precisar “esperar” a fase da criança. Como tudo depende da criança, de sua experiência, de sua vivência, é preciso que espere a criança estar pronta.

É necessário esperar a fase, o “nível” da criança. Princípio, aliás, que fora evocado por Kilpatrick (1953).

A criança não deve ser obrigada a nada, tudo a seu tempo. Isso nos reporta a uma idéia de criança associada a um organismo natural apenas, que obedece a fases orgânicas que se desenvolvem naturalmente, como o passar do tempo.

A figura do professor aparece submersa nessa relação diferenciada, apenas à espera do tempo da criança. O professor não é mais o educador, é apenas e tão somente o “facilitador”.

A criança, nessa visão, não precisa mais ser alfabetizada, sendo que em algumas concepções, a cultura letrada passa a ser refutada. A criança precisa estar apta apenas para se adaptar ao mundo.

O conhecimento a ser transmitido é, na verdade, o mínimo possível Duarte (2001).

De quem é, afinal, a culpa de a criança aprender ou de não aprender? É do meio social, da família, dos problemas psicológicos que a criança traz consigo e que por conseguinte situam a questão em um aspecto totalmente individual? O que é possível inferir é que há uma relação clara entre os princípios difundidos pelo movimento escolanovista e as falas das profissionais aqui arroladas.

Esses princípios servem ao ideal do sistema capitalista que fragmenta o conhecimento, fragmenta o indivíduo e corrompe a visão da realidade total, global.

3. Um contraponto: a compreensão da aprendizagem adotada pela perspectiva sócio-histórica

A corrente aqui identificada como perspectiva sócio-histórica teve como precursores Lev Semyonovich Vygotsky, Alexander Romanovich Luria e Alex N. Leontiev que desenvolveram seus trabalhos na Rússia, após Revolução de 1917, pautados na teoria marxista. Propunham concepções da psicologia e do desenvolvimento do ser humano, tomando como referência a obra de Karl Marx. Pregavam o rompimento com teorias que compreendiam o homem apenas com referência a aspectos biológicos. No Brasil, tal corrente serve como respaldo para a instalação da pedagogia histórico-crítica, defendida por autores como Demerval Saviani.

Essa corrente, que aqui denominaremos de perspectiva sócio-histórica trouxe diversas contribuições à maneira de se compreender o psiquismo humano. No entanto, aqui destacaremos apenas aspectos relacionados ao tema tratado nesta pesquisa. No caso a forma de compreender a aprendizagem.

Para Leontiev (1978) toda criança precisa se apropriar do conhecimento produzido pela humanidade para que possa sobreviver. Leontiev destaca a importância da linguagem, nesse processo de apropriação da cultura, chegando a defini-la como um “instrumento do conhecimento”. É com a linguagem que o homem transmite a outras

gerações, a experiência social acumulada, já que lhes repassa os “sentidos” e os “significados” dos conceitos dos objetos e fenômenos.

Vigotsky (1991) ressalta que é por meio de uma relação estabelecida entre o pensamento e a linguagem que se forma a consciência e que a linguagem, por meio da comunicação, sua função basilar, transmite os conhecimentos necessários ao ser humano, os quais, segundo Vigotsky (1991), são extraídos da realidade social.

A apropriação é, assim, compreendida como:

[...] um processo que tem por resultado a reprodução pelo indivíduo de caracteres, faculdades e modos de comportamento humanos formados historicamente. Por outros termos, e o processo graças ao qual se produz na criança o que, no animal, é devido à hereditariedade: a transmissão ao indivíduo das aquisições do desenvolvimento da espécie”. (LEONTIEV, 1978, p. 320)

A partir dessa citação de Leontiev (1978), podemos compreender a apropriação como um processo ativo à medida que proporciona a “reprodução pelo indivíduo de caracteres, faculdades e modos de comportamentos humanos formados historicamente”. Ou seja, é um processo que se baseia na atividade humana, em sua constante produção e reprodução.

À medida que o homem se apropria de determinado conhecimento, e o conhecimento adquirido desenvolve sua capacidade de superar esse conhecimento. A necessidade humana e sua satisfação nos termos de Leontiev (1978) ocasionam outras necessidades, caracterizando a apropriação como um processo ativo que recupera o conhecimento produzido pela humanidade.

O que desejamos destacar neste processo e também destacado por Leontiev (1978) é o papel do mediador. O mediador de cultura para criança é o adulto. É o adulto que transmite à criança, através da linguagem, os significados e sentidos dos objetos.

Nos primeiros anos de vida, a criança precisa do adulto essencialmente, de modo que ele pode ser compreendido como o mundo da criança. Durante o período pré-escolar, a criança apresenta quase

que total dependência em relação ao núcleo familiar. Tal dependência ocorre, porque o círculo de pessoas com as quais a criança possui contato não é tão amplo.

De acordo com Leontiev,

A criança sente a sua dependência para com as pessoas com quem está directamente em contacto; deve contar com as exigências que aqueles que a rodeiam impõem a sua conduta, pois é isso que determina, de facto, as suas relações íntimas, pessoais com elas. Destas relações dependem não apenas os seus sucessos e os seus fracassos, mas são elas que encerram igualmente as suas alegrias e as suas penas, são elas que têm valor de motivo. (LEONTIEV, 1978, p. 283)

Valor de motivo é o valor que pode motivar não somente a ação, mas a imaginação, a forma como a criança percebe e se apropria do mundo. Nessa relação inicial, que a criança passa a compreender a relação estabelecida com o adulto. Essa relação conduz a ação da criança no sentido de satisfazer o adulto. São essas relações que irão também definir os “sucessos” e os “fracassos” da criança pequena.

Quando a criança entra na escola, esse círculo se amplia consideravelmente. Não apenas o círculo, mas, segundo Leontiev (1978), as responsabilidades da criança mudam. Isso muitas vezes a coloca em um lugar de destaque na família.

Isto provoca, significativas alterações no psiquismo da criança, pois segundo Leontiev,

Ao fazer os seus deveres, a criança tem, pela primeira vez, sem dúvida, a impressão de fazer qualquer coisa de verdadeiramente importante. Proíbe os mais pequenos de a perturbar e os próprios adultos sacrificam por vezes as suas actividades para que ela possa trabalhar. Que diferença das suas ocupações e dos seus jogos precedentes! O próprio lugar da sua actividade na vida adulta, a vida “para a verdade” que a rodeia, se tornou diferente. (LEONTIEV, 1978, p. 369)

No ambiente escolar, o papel do professor é de grande relevância para a criança. Essa figura mediará o conhecimento de uma forma sistematizada. Para Leontiev (1978) o processo educativo é essencialmente um processo que deve ser sistematizado, orientado a um fim específico.

O fato de a aprendizagem ser orientada conduz a criança a um “nível” de desenvolvimento diferenciado. Para Vigotsky (1988), esse “nível” é descrito como desenvolvimento potencial, que a *grosso modo*, pode ser compreendido como a capacidade que a criança tem de desempenhar determinadas atividades com o auxílio do adulto.

O psicólogo russo aponta, ainda, a existência do nível de desenvolvimento efetivo, que, por sua vez, refere-se à capacidade que a criança tem de desempenhar determinadas atividades sozinha.

Segundo Vigotsky (1988), o desenvolvimento efetivo está relacionado à aprendizagem trazida pela criança, já o desenvolvimento potencial é o desenvolvimento alcançado com a mediação do adulto. O desenvolvimento potencial torna a criança capaz de realizar atividades mais complexas. Assim,, aquilo que a criança faz hoje, com a ajuda do adulto, conseguirá fazer amanhã, sozinha.

Portanto, uma aprendizagem que se propõe a elevar o conhecimento da criança demanda a realização de ações que viabilizem o desenvolvimento efetivo e, sobretudo o desenvolvimento potencial.

É impossível a criança ascender a uma forma de conhecimento mais “sublime”, se não possuir a mediação do adulto no processo. Por isso, contrapomos-nos aqui, tomando como referência esta perspectiva histórico-social, as tendências que esperam a espontaneidade da criança. Essa espontaneidade, por conseguinte, é definida devido à sua interação com o “meio social”, com sua “família” ou por “seus problemas psicológicos” e também reiteradas aqui na fala das professoras entrevistadas. É necessário que o professor assuma seu papel de mediador e que busque impulsionar a criança, no sentido de alcançar o desenvolvimento potencial.

Considerações finais

Após a realização da pesquisa em questão, foi possível perceber que ainda existe uma forma de compreender a aprendizagem como algo que depende exclusivamente da criança e de suas condições de vida. Essa forma de compreensão conduz a uma fragmentação do indivíduo e da forma de se conceber o conhecimento, sendo por sua vez adequada ao sistema capitalista, já que compromete uma visão global, da totalidade da realidade e, sobretudo dos problemas sociais.

Além disso, é presente ainda a compreensão de que a educação deve esperar o desenvolvimento natural da criança. E a criança é assim percebida com um todo orgânico, que irá se desenvolver naturalmente e sem a necessidade da mediação para isso.

As falas aqui destacadas são infelizmente um retrato da forma de se compreender a aprendizagem, a educação e a criança em tempos atuais e não se refere apenas à realidade dos locais onde as entrevistas se deram, antes, demonstram uma tendência que vem afetar a educação atualmente, responsabilizando sempre a criança.

A perspectiva sócio-histórica por sua vez se levanta como uma alternativa distinta nesta forma de compreensão. Para tal abordagem, o adulto tem um papel fundamental no sentido de mediar o conhecimento para a criança. O educador, o professor assume um papel de relevância, pois, com o do saber orientado, sistematizado conduz (ou pelo menos deveria) a criança a “níveis” elevados de desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, F. Manifesto dos Pioneiros da Educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v. XXXIV, n. 79, p. 108-127, 1960. Disponível em <http://www.publicacoes.inep.gov.br>. Acesso em: 02 set. 2007.

DELLA FONTE, S. S. *As fontes heideggerianas do pensamento pós-moderno*. 2006, 234 f. - Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

DUARTE, N. A *Individualidade para-si*: contribuição a uma formação histórico-social da formação do indivíduo. Campinas: Autores Associados, 1993

_____. *Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotsky*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

_____. Formação do indivíduo, consciência e alienação: o ser humano na psicologia de A.N. Leontiev. *Cadernos Cedes*. Campinas. v.24, n. 62, p. 44-63, 2004.

_____. A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco: a dialética em Vigotsky e em Marx e a questão do saber objetivo na educação escolar. *Revista Educação & Sociedade*. Campinas. v. 21, n. 71, p. 79-115, 2000.

GONDRA, J. G. *História, infância e escolarização*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

KILPATRICK, W. H. A Filosofia da Educação de Dewey. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro. v. XIX, nº. 49, p. 77-91, 1953. Disponível em <http://www.publicacoes.inep.gov.br>, acesso: em 02 set. 2007.

LEONTIEV, A. *Linguagem e razão humana*. Lisboa: Presença, s/d..

_____. *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Livros Horizontes, 1978.

LOURENÇO FILHO, M. B. Estudo e Avaliação dos níveis de maturação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro. v. XVII, n. 46, 1952. Disponível em <http://www.publicacoes.inep.gov.br>, acesso em: 02 set. 2007.

MAGALDI, A. M. B. M. Cera a modelar ou riqueza a preservar: a infância nos debates educacionais brasileiros (anos 1920-30). In: GONDRA, G. (org.) *História, infância e escolarização*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

MALLART, J. Aplicações da Psicologia: orientação escolar, orientação profissional, seleção escolar e formação profissional. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro. v. XVI, nº. 44, p. 120-133, 1951. Disponível em <http://www.publicacoes.inep.gov.br>, acesso em: 02 set. 2007.

MARCÍLIO, M. L. *História da escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 2005.

MORAES, M. C. M Os “Pós- Ismos” e outras querelas ideológicas. Perspectiva. Florianópolis, *NUPCED*; Editora da UFSC, v. 14, n. 25, jan/jun. 1996.

_____. Recuo da teoria: dilemas na pesquisa em educação. *Revista Portuguesa de Educação*, Editora da Universidade do Minho: Portugal, v. 14, n.1, p 7-25, 2001.

PATTO, M. H. de S. *A produção do fracasso escolar*: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

ROCHA, H. H. P. Educação escolar e Higienização da Infância. *Cadernos Cede*, Campinas. v. 23, n. 59, p. 39-56, 2003.

VIGOTSKY, L. S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VIGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. São Paulo: Ícone/EDUSP, 1988.

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA VARA DE FAMÍLIA

THE SOCIAL WORKER'S WORK AND IN THE JURISDICTION OF FAMILY

Eliana Ap. González Albonette FROIS¹

RESUMO: O presente artigo exhibe uma discussão sobre o trabalho do assistente social nas Varas de Família e Sucessões, as especificidades deste trabalho, os tipos de processos onde são solicitados o estudo social (laudo) e o parecer profissional. Discute-se ainda o sofrimento dos filhos perante a situação conflitante, onde os pais se executam judicialmente por diversos motivos. Isso sempre acontece após uma separação e geralmente os filhos convivem com apenas um dos pais, e esta família, conhecida como monoparental, aumenta a cada dia, fazendo-se necessária a busca por uma capacitação constante dos profissionais.

UNITERMOS: assistente social; família; família monoparental.

ABSTRACT: The present article shows a discussion on the social worker's work in the jurisdiction of Family and Successions, the specificities of this work, the types of processes where the social study and professional report are requested. We also discuss the children's suffering before the conflict situation, where parents are executed judicially by several reasons. That always happens after they separate and the children usually live with just one of the parents, and this family, known as a mono parent family, increases every day, so it is necessary a constant training of social professionals.

UNITERMS: family; mono parent family; social worker.

¹ Mestre e doutoranda em Serviço Social pela PUC-SP e docente do Curso de Serviço Social da Universidade de Marília. Assistente Social do Fórum de Palmital-SP.

Refletir sobre a prática do assistente social que trabalha no Tribunal de Justiça, nas Varas de Família e Sucessões exige a compreensão das profundas alterações vivenciadas pela sociedade, principalmente em relação à entidade familiar. E aqui cabe lembrar que essa Vara trabalha com a família que se desfaz, com a família que pretende se fazer, com o reconhecimento de um filho, com pais que se separam e querem ver os filhos, com pessoas não casadas que se separam, mas necessitam regularizar a situação dos filhos.

São muitos e diferentes os casos que se encontram nas Varas de Família. Nesses casos, o assistente social é chamado a atuar, a elaborar laudos e pareceres, a orientar, a acompanhar visitas. A questão que pretendo analisar refere-se aos caminhos percorridos pelo assistente social nas Varas de Família.

Conforme Yasbek assinala, é muito importante que se passe a “[...] desenvolver algumas reflexões sobre a atuação do assistente social, a partir da compreensão de que o fundamento da profissão é a realidade social. Assim parte do pressuposto de que a profissão só pode ser entendida no movimento histórico da sociedade”. (YASBEK, 2004, p. 13)

O assistente social trabalha com a realidade social. Qualquer que seja a área em que atua, está situada dentro de uma realidade social, a qual deve ser compreendida pelo profissional que exerce esse trabalho. Entender a realidade supõe conhecimento e entendimento do processo histórico no campo da moral, da cultura, da educação, da religião. Sobre isso, Yasbek (2004, p. 14) explicita que “a intervenção profissional leva em consideração relações de classe, gênero, etnia, aspirações religiosas e culturais, além de componentes de ordem afetiva e emocional”.

Mioto (1997) apresenta dados interessantes sobre a configuração da família nos anos 1990. Ela mostra que, a partir daquela época, a família reduz o seu número de filhos; a vida reprodutiva da mulher fica nas idades mais jovens (até 30 anos); ocorre o aumento da concepção em idade precoce; aumento da ocorrência de uniões consensuais; e, apesar do predomínio das famílias nuclea-

res há um aumento significativo das famílias monoparentais e das famílias recompostas.

Após a discussão de Mioto, os números desses casos continuaram aumentando. Prova disso é que no último censo do IBGE registrou, entre o ano de 1991 a 2002, o aumento em 30,7% do número de separações e em 57,9% o número de divórcios. Esses números dizem respeito a casais civilmente casados, porém se fôssemos somar as separações de pessoas que só viviam maritalmente e que juntos tiveram filhos, logicamente esse número seria muito maior.

O primeiro assistente social do Tribunal de justiça foi o Sr. José Pinheiro Cortez, contratado em 1949. Esse profissional atuava na Vara de Menores da cidade de São Paulo, mas somente a partir de 1980, 31 anos depois o TJ normatizou a atuação do assistente social nas Varas de Família e Sucessões. De 1980 para cá, muitos trabalhos de cunho técnico e científico foram escritos para contribuir com esta área específica de atuação: a família. Porém ainda há poucos trabalhos específicos sobre as varas de Família e Sucessões, tendo os assistentes sociais, que recorrer também a outras matérias que não são específicas do Serviço Social.

Um dos trabalhos nessa área é de 1979, a dissertação de mestrado de Francisco Pismel, cujo título foi *O encargo judicial do assistente social em Vara de Família*.

Pismel trabalhou muito bem esse tipo de atuação, porém tal trabalho já não preenche as lacunas que a função exige, pois vem ocorrendo mudança na sociedade, na família, e no papel de seus figurantes. Algumas leis foram alteradas, além das novas leis e do novo projeto ético político profissional. Esse projeto é luta da categoria e resultou na implantação do Código de Ética de 1993.

Pismel trabalhou o papel do assistente social como perito, pois o assistente social só atuava na Vara de Família nessa função, como qualquer outro perito.

Afirma Lídia Maria M.R. Silva (1987), quando discute os estudos sobre família, realizados por assistentes sociais, entende que quando elas

[...] se propunham a explicar a realidade familiar, faziam-no em geral partindo de pressupostos da teoria funcionalista, com tendência a considerar ‘marginalizadas’ as famílias que não se inseriam de forma harmoniosa na ordem social mais ampla. E as ações propostas, decorrentemente, enfatizavam medidas para restaurar as funções sociais dessas famílias, para suprir deficiências, para orientar e conduzir à reprodução de um modelo de família visto como adequado e muitas vezes, o único certo perante determinados valores. (SILVA, 1987, p. 16-17)

Por muito tempo, os assistentes sociais tentaram, e muitos ainda tentam explicar a família atendida como desestruturada, entendendo que essa teria e tem que se adequar ao modelo tradicional. Sobre isso Mioto (1987, p. 18) acrescenta ainda que “é só à medida que se questiona a realidade que se abrem as possibilidades de mudanças de cunho qualitativo”.

O profissional tem que acompanhar a trajetória histórica que envolve a instituição denominada família para conseguir adequar a sua intervenção. Hoje o assistente social entra em diversos momentos neste cenário da Vara de Família, mas não há uma regulamentação de tarefas e de como realizá-las.

É perceptível que, na Vara de Família, o papel profissional não se limita apenas ao estudo social e elaboração do parecer. O profissional é requisitado mais e mais para atuar nos diversos casos, em processos diferenciados. Sendo assim:

[...] quanto maior for a instrumentalização teórica e técnica, mais fácil será impor-se profissionalmente, imposição essa no sentido de se fazer entender no âmbito da área de competência da profissão [...] a ação ética extrapola a moral em si, relacionando-se à consciência responsável, à liberdade, à autonomia de decisões, à defesa dos direitos humanos e cidadania. (MAGALHÃES, 2001, p. 53)

Atuar hoje na Vara de Família e Sucessões é um desafio, pois o assistente social recorre às produções que o Serviço Social efetuou, bem como a de áreas interdisciplinares. Segundo o Departamento de

Recursos Humanos do Tribunal de Justiça, há em média na instituição mais de 800 assistentes sociais ativos somente em São Paulo.

Apesar de esse número ser pequeno frente à demanda, a riqueza de experiências é muito grande, mesmo assim ainda são poucas as experiências que são registradas e divulgadas sob caráter científico.

Com a grande demanda, talvez os profissionais acabem se desinteressando e pensando que essa atividade é só para quem faz parte do sistema acadêmico do Serviço Social. Esses profissionais esquecem que a riqueza de quem teoriza a prática, praticando-a pode fazer com que a teoria fique mais rica e profunda.

O assistente social deve sempre buscar auxílio, mesmo que seja em outras áreas, para que seja um profissional em evidência e por causa da eficiência na atuação, porém melhor será se puder contar com estudos na área do Serviço Social.

Eduardo de Oliveira Leite trata em seu livro *Famílias Monoparentais: a situação jurídica de pais e mães separados e dos filhos na ruptura conjugal* da problemática relacionada às famílias que se desfazem por causa das separações. Para o autor, a monoparentalidade caracteriza-se por causa da separação dos pais, os filhos ficam, sempre, sob a guarda de um deles. Afirma:

[...] monoparentalidade se impôs como fenômeno social nas três últimas décadas, mas, com maior intensidade, nos vinte últimos anos, ou seja, no período em que se constata o maior número de divórcios (uma das causas geradoras do fenômeno).

Na realidade, a monoparentalidade sempre existiu – assim como o concubinato – se levarmos em consideração a ocorrência de mães solteiras, mulheres e crianças abandonadas. Mas o fenômeno não era percebido como uma categoria específica, o que explica a sua marginalidade no mundo jurídico. (LEITE, 2003, p. 21)

Ainda tratando do assunto, relata que:

O tema é novo, causa perplexidade e exige cautela nos meios jurídicos, não só porque a monoparentalidade abala um símbolo de transmissão, logo de estabilidade e de se-

gurança, que é a família, mas, e, sobretudo, porque questionando o modelo tradicional de casal ‘reanimar a guerra dos sexos’ (e) expondo a criança, ela questiona igualmente seus direitos, os valores que ela representa e seu próprio futuro. [...] Uma coisa é certa: a monoparentalidade, agora visível, estudada há pouco tempo e, ainda fragilmente dominada quanto a seus efeitos reais ou supostos, gera um mundo de indagações que aguardam resposta, não só dos segmentos jurídicos, mas igualmente sociológicos, econômicos e psicológicos.(LEITE, 2003, p. 19-20)

É essa família monoparental, segundo o autor, que vai ser o alvo de trabalho na Vara de Família, e conseqüentemente do assistente social.

Trabalhando há 13 anos no judiciário, convivo com mães requerendo a investigação de paternidade, pais querendo (ou não) assumir a paternidade, pleiteando a diminuição do valor da pensão e requerendo a guarda do filho. Há, também, casos de mães pedindo a inversão de guarda. Pais ou mães que ingressam na justiça para que possam visitar os filhos, ou em outros casos, mães que ingressam na justiça porque o pai não procura o filho e ela sofre a dor do filho.

São esses os problemas que aparecem na Vara de Família. Problemas extremamente delicados para o juiz, para o promotor, para os advogados e para o assistente social, cada um dentro do desempenho de sua função.

O Juiz julga embasado em leis, em jurisprudências, em normas da Corregedoria. O promotor fiscaliza a aplicação das leis e defende o interesse do menor, baseando-se em leis, no ECA, na lei orgânica do Ministério Público. E o assistente social? Esse age sempre embasado na prática pura e simples e recorre a produções existentes na área e áreas afins tentando ter um embasamento teórico para direcionar e fundamentar seu parecer.

Como atesta Vitale:

A criança vai se identificando com os outros significativos através de inúmeros mecanismos emocionais, absorvendo papéis e atitudes destes ‘outros’, isto é, por meio desta

identificação vai se desenvolvendo o processo de construção da identidade [...]. O mundo interiorizado na primeira infância através da socialização primária é fortemente mantido na consciência [...]. (VITALE, 1995, p. 90)

Observando a questão sob esse prisma, percebemos que sempre que tramite um processo pela vara de Família e Sucessões estará envolvida uma criança, um filho, que sofrerá as conseqüências das ações dos adultos no decorrer do andamento do processo e tais conseqüências poderão se refletir na formação da identidade dessa criança e na maneira como ela se relacionará e se desenvolverá em sociedade.

Considerações finais

Os principais processos que tramitam pelas Varas de Famílias e Sucessões são os seguintes: processos de disputa de guarda entre pai e mãe, de pensão alimentícia, regulamentação de visitas, os de investigação de paternidade. Em todos, o alvo a ser beneficiado é o filho, porém nem sempre os pais estão preocupados com isso.

Desde a discussão de Pismel muitas mudanças ocorreram. Por exemplo, a Constituição Federal de 1988, que representou um marco histórico na evolução do conceito de família, dentre outras grandes conquistas. Se por um lado as conquistas alcançadas na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e no atual Código Civil, deixam clara a igualdade de direitos entre o homem e a mulher e entre a mãe e o pai, há que se pensar que isso, muitas vezes tem ocasionado, grande sofrimento dos filhos, que se vêem no meio de uma disputa judicial, não só pela sua guarda, mas para receber a pensão ou para que algum de seus pais possa visitá-lo.

Esse é o universo que norteia o trabalho do assistente social das Varas de Família e Sucessões e a realidade apresentada demonstra a necessidade da construção do perfil e das particularidades do profissional nesse campo, nas comarcas do interior do Estado de São Paulo, na atual conjuntura brasileira. Para isso, os profissionais têm que primar pela capacitação e o Tribunal de Justiça, procurar proporcionar meios para que essa qualificação ocorra.

BIBLIOGRAFIA

- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 – 17 ed. atual. Brasília: Senado Federal/Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2001.
- GENOFRE, Roberto Maurício. Família: uma leitura jurídica. In: *A Família contemporânea em debate*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- LEI 10.406 de 10 de Janeiro de 2002. *Coleção de Leis Rideel* – Código Civil Comparado. Organização Anne Joyce Angher – 1 ed. São Paulo: Editora Rideel, 2002.
- LEITE, Eduardo de Oliveira. *Famílias monoparentais: a situação jurídica de pais e mães separados e dos filhos na ruptura da vida conjugal*. 2 ed. Revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2003.
- MAGALHÃES, Selma Marques. *Avaliação e linguagem: relatórios, laudos e pareceres*. São Paulo: Veras Editora, 2003.
- MANN, Peter. *Método de investigação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.
- MIOTO, Regina Célia Tamaso. Família e Serviço Social: contribuição para o debate. In: *Serviço Social e Sociedade* n.55. São Paulo: Cortez, 1997.
- PISMEL, Francisco de Oliveira. *O encargo judicial do Assistente Social em Vara de Família*. Dissertação de Mestrado. PUC/SP, 1979.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 39, n. 3, mar.1987.
- REVISTA DOS TRIBUNAIS, São Paulo, v. 772, ano 89, fev. 2002.
- SANTAELLA, Lúcia. *Comunicação e pesquisa*. Projetos para mestrado e doutorado. São Paulo: Hacker editores, 2001.
- SILVA, Lídia Maria M.R.. *Serviço Social e família: a legitimação de uma ideologia*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1987.
- TELLES, Vera. Medindo coisas, produzindo fatos, construindo realidades sociais. Palestra proferida no *Seminário Internacional sobre indicadores sociais e inclusão social*. Puc/SP, 2003.
- THOMPSON, Paul. A entrevista. In: *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VITALE, Maria Amália Faller Vitale. Socialização e família: uma análise intergeracional. In: *Família contemporânea em debate*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

YASBEK, Maria Carmelita. O Serviço Social e o movimento histórico da sociedade brasileira. In: *Legislação Brasileira para o Serviço Social*. São Paulo, CRESS: 2002-2005.

www.aasptjsp.org.br – Link Notícias. Acesso em: 23 out.2003.

UMA ABORDAGEM SOBRE O CAPITALISMO E SUA INFLUÊNCIA NAS RELAÇÕES SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS

AN APPROACH ON CAPITALISM AND ITS INFLUENCE ON CURRENT SOCIAL RELATIONS

Márcia Oliveira ALVES¹
Marília Vilardi MAZETO²

RESUMO: Este trabalho reflete sobre o desenvolvimento do capitalismo e traz à baila as questões apresentadas no filme “Filhos do Paraíso”, a respeito das mazelas desse sistema econômico. Constrói uma tentativa de unificar teorias emanadas da prática, dentro de uma visão sociológica. Em primeiro lugar é fundamental apresentarmos a história do capitalismo e sua influência nas relações sociais, para, depois, analisarmos o filme. O objetivo é a busca de subsídios que contribuíam para o entendimento das questões da estrutura de poder do capitalismo. **UNITERMOS:** Capitalismo; Estrutura de Poder; Relações Sociais

ABSTRACT: This paper reflects about the capitalism development and brings to surface issues presented on the film “Filhos do Paraíso”, about the wounds of this economical system. It tries to unify theories from praxis within a sociological view. Firstly it’s fundamental to present a history of the capitalism and its influence on social relations and then, analyze the movie. The aim is to seek subsidies that contributed to the understanding of questions on the structures of capitalism power. **UNITERMS:** capitalism; power structure; social relations.

1 Assistente Social, docente e coordenadora do Curso de Serviço Social da UNIMAR.

2 Assistente Social e advogada, docente do Curso de Serviço Social e do Direito da UNIMAR.

1. Capitalismo e sua influência nas relações sociais

O século XIX é marcado pelo grande desenvolvimento do capitalismo e por mudanças significativas no mundo. O desenvolvimento da sociedade burguesa dará origem a uma série de alterações econômicas e sociais que de longa data encontravam-se latentes na Europa, seja nos campos da ciência e da tecnologia, seja na organização política, no trabalho, nas formas de propriedade da terra, na distribuição do poder e da riqueza entre as classes.

É preciso, em primeiro lugar, saber que nesse redemoinho de contradições sociais, econômicas e políticas cria-se as bases para o surgimento de mudanças radicais das relações sociais. Segundo Netto e Braz (2006), essas mudanças ocorrem por meio do domínio de uma minoria de proprietários dos bens que lutam para escravizar e explorar homens, e que com isso passam a controlar a economia e se enriquecer.

Esses proprietários, na idade moderna, se denominaram a classe burguesa – detentora dos meios de produção – que passa a contestar o poder do rei, e provoca a crise do sistema absolutista. Com as revoluções burguesas, com a Revolução Francesa e a Revolução Inglesa, estava garantido o triunfo do capitalismo¹.

Para melhor compreender esse triunfo, é necessário conhecer, embora sem um maior aprofundamento, pois não é o cerne do trabalho, a história do capitalismo.

1.1 Algumas categorias do capitalismo

O capitalismo tem seu início na Europa. Suas características aparecem desde a baixa idade média (do século XI ao XV) com a transferência do centro da vida econômica social e política dos

1 (Maurice Dobb na obra *Capitalismo, ontem e hoje*, 1977, afirma que o capitalismo é um sistema em que os utensílios e as ferramentas, edifícios e matérias-primas com que é obtida a produção – capital, numa palavra - são predominantemente de propriedade privada ou individual).

feudos para a cidade. O continente passava por uma grave crise decorrente da catástrofe demográfica causada pela fome e pela Peste Negra, que, vinda da Ásia em 1348, dizimou 40% da população. Isso vai erodir o regime feudal, que parecera tão estável entre os séculos XI e XIV (NETTO; BRAZ, 2006).

Nos séculos XV e XVII, e nos três seguintes, vê-se, constituir *uma época de revolução social*. Inicia-se com os grupos mercantis tornando-se figuras centrais na economia formando uma classe social. Essa classe, já fortemente constituída, constrói a sua hegemonia político-cultural, domina também as idéias e cria um campo de batalhas decisivo para enterrar o *Antigo Regime* e fazer triunfar o *Estado burguês*.

Esse *Estado*, segundo Netto e Braz, (2006) coloca a seu serviço aqueles “órgãos onipotentes” de que falava Marx (o exército, a polícia, a burocracia). Assim, a nova classe dominante articulou a superestrutura necessária para o desenvolvimento das novas forças produtivas e criação das melhores condições para a concretização histórica do modo de produção capitalista.

Os autores acima citados afirmam que no interior desse modo de produção, gestado no ventre do feudalismo, a produção generalizada de mercadorias ocupa o centro da vida econômica. Para Marx, esse modo de produção é a forma celular da economia.

Com esse modo de produção a burguesia assume o controle econômico e político. Assim, as sociedades vão superando os tradicionais critérios da aristocracia, principalmente o privilégio que o nascimento e a força do capitalismo se impõe.

1.2 O capitalismo e sua forma de produção alienante

O capitalismo foi interpretado, com divergências substanciais quanto a suas origens e suas influências para a sociedade.

Para Marx, o capitalismo é fundamentalmente causado por condições históricas e econômicas, determinado pelo modo de produção, cujos meios estão nas mãos dos capitalistas, os quais consti-

tuem uma classe distinta da sociedade, formando uma estrutura de poderes e de ingerência em todas as relações sociais.

A propriedade privada, a divisão social do trabalho e a troca de mercadorias são características fundamentais da sociedade produtora. À produção de mercadorias dedicam-se os homens independentes, que possuem a força de trabalho, os meios de produção.

A divisão social do trabalho é outra condição prévia característica de uma sociedade capitalista. Na sociedade, onde está inserido, o sujeito que não possui todas as profissões necessárias para satisfazer as necessidades básicas (de alimentação, de vestuário, de habitação, de meios de produção etc.). Uma vez que ele possui apenas uma profissão, só consegue subsistir se puder simultaneamente adquirir os produtos do trabalho de outrem.

Cada pessoa, nessa sociedade possui uma profissão particular, todos dependem uns dos outros. Isso decorre da divisão do trabalho no seio da produção mercantil: “A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma imensa coleção de mercadorias, e a mercadoria individual como forma elementar” (MARX, 1980, I, p. 45).

Os produtos dos diferentes trabalhos privados têm de ser, na sociedade capitalista, trocados. A troca é condição necessária para a subsistência. O produto a ser trocado, resultado do trabalho, denomina-se mercadoria. Assim, um produto do trabalho só se torna mercadoria num quadro de condições sociais em que imperem a propriedade privada, a divisão social do trabalho e a troca.

A mercadoria é, em primeiro lugar, um objeto útil, isto é, satisfaz determinada necessidade humana. Tem para nós uma utilidade e, nesse sentido, possui um valor de uso. A mercadoria vale na medida em que podemos usá-la, mas o objeto útil (seda, ouro, tecido, ferro etc) não poderia ser usado, e, portanto, não teria um valor de uso, se não possuísse as propriedades sensíveis ou materiais. Ao mesmo tempo, o valor de uso só existe potencialmente nas propriedades materiais e “toma corpo” ou existe efetivamente quando o objeto é usado.

Para que um objeto tenha um valor de uso, Vázquez (2003) afirma que “[...] exige-se simplesmente que satisfaça uma necessidade humana, independentemente do fato de ser natural (ar, terra virgem, pradarias naturais etc.) ou produto do trabalho humano”.

Quando esses produtos se destinam não só a ser usados, mas, antes de tudo, a ser trocados, transformam-se em mercadorias e, adquirem um duplo valor: de uso e de troca.

O valor de troca é o valor adquirido pelo produto do trabalho humano ao ser comparado com outros produtos. O valor de troca da mercadoria é indiferente ao seu valor de uso; ou seja, é independente de sua capacidade de satisfazer uma necessidade humana determinada.

Enquanto o valor de uso põe o objeto numa relação clara e direta com o homem (com a necessidade humana que vem satisfazer), o valor de troca aparece superficialmente como uma propriedade das coisas, sem relação alguma com ele. O valor de troca, como o valor de uso, não é uma propriedade do objeto em si, mas do objeto como produto do trabalho humano.

O que acontece é que, numa sociedade na qual se produz para o mercado e se comparam os produtos fazendo abstração das suas propriedades úteis, bem como do trabalho concreto que encarnam sua significação humana e social se oculta. Por causa disso, o valor de troca se apresenta sem relação com o homem, como propriedade da coisa. Assim, a mercadoria assume o aspecto de uma coisa estranha, alheia ao homem, embora seja a expressão ou materialização de uma relação social, humana.

O produto do trabalho humano se transforma em fetiche e essa transformação de um produto do trabalho humano alheio ao homem, estranho e enigmático, no momento em que assume a forma de mercadoria, é chamada por Marx de “fetichismo da mercadoria. Portanto, a mercadoria é uma unidade que sintetiza valor de uso e valor de troca.

Historicamente, segundo Netto e Braz (2006), a produção mercantil é um fruto tardio do processo de constituição da sociedade humana. Suas primeiras formas surgem quando a comunidade primitiva se desintegrou no modo de produção feudal. Esse segmento cresceu significativamente, em especial a partir do século XIII. Po-

rém, o feudalismo não pode ser considerado, bem como o escravismo, modo de produção de mercadorias. Apenas o modo de produção capitalista se caracteriza como um modo de produção de mercadorias.

1.3 O fetichismo da mercadoria

Em uma sociedade capitalista, para que haja a produção mercantil, é necessária ampla divisão do trabalho: vários ramos de produção e, na composição de uma só mercadoria. Em suma, há grande dependência mútua entre todos os produtores.

Isso significa que o trabalho de cada um deles, chamado por Netto & Braz (2006) de “trabalho privado”, é parte do conjunto do trabalho da sociedade. Por isso, o seu trabalho, parte do trabalho social, aparece essencialmente como trabalho privado.

No mercado, o produtor se confronta com o caráter social do seu trabalho. Sua dependência em face dos outros produtores lhe aparece no momento da compra-venda das mercadorias, ou seja, as relações sociais dos produtos aparecem como fossem relações entre as mercadorias, como se fossem relações entre coisas. Portanto, a mercadoria passa a ser vista e sentida como expressão das relações humanas.

Na medida em que a troca mercantil é regulada por uma lei que não resulta do controle consciente do seres humanos sobre a produção (a lei do valor), na medida em que o movimento das mercadorias se apresenta independentemente da vontade de cada produtor, opera-se uma inversão: a mercadoria, criada pelos seres humanos, aparece como algo que lhes é alheio e os domina; *a criatura* revela um poder que passa a subordinar *o criador*.

O desenvolvimento desse movimento determinou as relações de exploração do homem pelo homem, aparecendo como relações entre coisas. As questões que se referem às relações sociais são transferidas às mercadorias: a mercadoria

[...] reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos do trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também refletem a rela-

ção social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. [...] Assim, [...] determinada relação social entre os próprios homens [...] assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. (MARX, 1980 I, 1, p.71)

No modo da produção capitalista o fetichismo alcança a sua máxima gradação: nas sociedades em que esse modo de produção impera, as relações sociais tomam aparência de relações entre coisas.

Neste momento é necessário examinar. Marx analisa a mercadoria com as suas duas funções, a de valor de uso e a de valor de troca. Esses fenômenos transcendem o marco histórico e mental de Marx, principalmente o surgimento do imperialismo econômico, que excedeu as possibilidades de suas investigações.

A explicação alternativa foi apresentada por Weber e enfatiza aspectos culturais que permitiram a expansão do capitalismo.

Para ele, o desejo de acúmulo de riquezas sempre existiu nas sociedades humanas, como no Império Romano ou durante as grandes navegações, mas até meados do século XVII faltavam condições sociais que justificassem a sua perseguição ininterrupta.

Para demonstrar isso, ele aponta as amplamente conhecidas condenações feitas pela Igreja Católica às práticas da usura e do lucro pelos comerciantes ao longo do século XV e XVI.

Contrapondo-se à concepção cristã medieval preservada pelo catolicismo, que exigia como requisito fundamental o desprendimento dos bens materiais deste mundo, o protestantismo valorizava o trabalho profissional como meio de salvação do homem. Se restrições contra o lucro fossem mantidas pelo catolicismo, a chamada “acumulação primitiva” não teria sido possível. A mudança ocorre com a reforma religiosa promovida por Lutero e, principalmente, Calvino. Segundo eles, a atividade profissional estaria associada a um dom ou vocação divina, e, portanto seria da vontade de Deus que elas fossem exercidas.

Assim, o trabalho, antes visto como um mal necessário, passa a ter uma valorização positiva. Mais que isso, Calvino aponta o trabalho como a única forma de salvação, e a criação de riquezas pelo

trabalho como um sinal de predestinação. Entretanto, segundo a pregação calvinista, o homem deve combater sua tendência ao prazer e ao gozo, privando-se de tudo que não seja estritamente necessários para a sua subsistência ou para que possa levar um estilo de vida digno e seguro. Condena, particularmente, tudo aquilo que implique desperdício ou esbanjamento. Também prega que a riqueza criada deve ser reinvestida, deve servir de estímulo para que sejam criadas novas formas de trabalho.

Esses dogmas religiosos, juntamente com outros menores como a contabilidade diária do tempo, de maneira que o homem não desperdice um minuto sequer de seu tempo, porque a duração da vida é infinitamente breve e preciosa formam o fundamento de uma ética, isto é, de um conjunto de normas que rege a conduta diária do fiel.

Essas normas, ao se encaixarem nas exigências administrativas da empresa (valorização do trabalho e busca do lucro), criam as condições necessárias para a expansão da mentalidade (ou do “espírito”, como o denomina Weber) capitalista e posteriormente da sociedade industrial.

Essa mentalidade configurou a tipologia do empresário moderno, do homem com “iniciativa”, que acumula capital não para seu próprio desfrute, mais sim para criar mais riqueza, conseguindo, por meio dela, o enriquecimento da nação e do bem-estar geral. Assim é que as atuais noções de “negócio”, de “empresas”, de “profissão”, de “ofício” estão delineadas a base nessa ética protestante, preferencialmente calvinista.

Segundo a interpretação de Weber (1989), o objetivo do capitalismo é sempre e em todo lugar, aumentar a riqueza alcançada, aumentar o capital. Esse processo de enriquecimento constitui uma indicação segura de que se está “predestinado”. E nesse ponto que é possível observar, de acordo com a concepção de Weber, as estreitas relações entre as aspirações religiosas do calvinismo e as aspirações mundanas do capitalismo. Essa explicação demonstra sua consistência quando observamos o elevado estágio de desenvolvimento econômico das sociedades que abrigaram representantes da Reforma (calvinistas, metodistas, anglicanos): a Alemanha - berço da Reforma -, a Inglaterra pátria do Anglicanismo, os Estados Unidos desti-

no de milhares de protestantes expulsos da Irlanda católica e outros tantos imigrantes anglicanos ingleses, e os Países Baixos.

2. O filme “Filhos do Paraíso”

Após a apresentação do desenvolvimento do capitalismo, este artigo propõe-se a uma análise comparativa do filme “Filhos do Paraíso”, produção de S. Sayedzgelih e roteiro de Majid Majid, com o objetivo de traçar um paralelo entre a teoria capitalista e a realidade social.

O filme tem como elemento central **a pobreza** expressa, num primeiro momento, pela perda de um sapato infantil feminino, em cuja recuperação dois irmãos se empenham. Também mostra as conseqüências vividas pelos irmãos. A trama ocorre num povoado da Índia, marcado por extrema pobreza e mostra as precárias condições de moradia, trabalho, exploração e humilhação daqueles que não conseguem o mínimo para sobreviver, principalmente mulheres e crianças.

A obra ocorre em mostrar o cotidiano dos dois irmãos - um menino e uma menina - que precisam dividir o mesmo tênis para ir à escola. O tênis em questão é masculino e pertence ao que foi responsável pela perda do sapato feminino. No dia-a-dia, além das atividades na escola, que ocorrem em horários alternados, os dois fazem várias atividades para ajudar o pai, que trabalha o dia todo e a mãe, doente, além de um irmão bebê, o qual chora durante todo o filme e que deve ser cuidado.

No decorrer do filme, várias questões são apresentadas por causa da perda do sapato. Portanto, para melhor explicarmos a situação expomos a seguir algumas cenas de “Filhos do Paraíso”, acompanhadas de comentários para dar clareza à nossa discussão.

- **autoridade e tortura psicológica**, realizada pelo pai, quando ele reprime o filho que foi desobediente e irresponsável por não ajudar a mãe a lavar roupas. O filho não consegue se defender, pois não pode dizer que passara a tarde procurando o sapato perdido.



Fonte: Filme: “Filhos do Paraíso”

- **repressão** do diretor da escola pelos atrasos na chegada às aulas, situação provocada por precisar aguardar a irmã para usar o mesmo tênis. Nessas abordagens não é dada ao menino a oportunidade de explicar as causas de seus atrasos, pois a todo momento é acusado de irresponsável e preguiçoso;



Fonte: Filme: “Filhos do paraíso”

- **violência doméstica** expressa na cobrança da irmã que ameaça o irmão a cada momento por ter problemas pela falta de seu sapato. Em muitas oportunidades ameaça contar tudo ao pai, que certamente irá bater nos dois;



Fonte: Filme “Filhos do Paraíso”

- **falta de oportunidade de trabalho** expressa na luta do menino para conseguir trabalho para o pai, como jardineiro, com o intuito de colaborar na compra de outro sapato para a irmã, cuja aquisição acontece depois de muita insistência.



Fonte: Filme “Filhos do Paraíso”

- **ausência da voz** demonstrada em todo o filme e principalmente na última tentativa de conseguir o sapato, o que acontece com a chance de competir em uma corrida que terá como prêmio, para o terceiro lugar, um tênis. Depois de muita luta para conseguir competir e vencer, o menino acaba chegando em primeiro. Essa colocação não lhe dá a premiação de um tênis e isso traz grande tristeza ao menino e também incompreensão e a frustração da irmã. Por fim, eles não conseguem o tão sonhado sapato.



Fonte: Filhos do Paraíso”

- “A **coisificação** das relações sociais e a transformação da riqueza humana, ou seja, do produto material e espiritual da práxis, em objetos estranhos e dotados de uma vida própria, que aparecem aos homens como um “poder” que os domina. Propiciam que os valores tomem a forma de coisas que valem independentemente da atividade humana”(MARX , 1980).



Fonte: Filme “Filhos do Paraíso”

Diante do exposto, pode-se afirmar que é necessário enfrentar a situação de miséria em que se encontram os moradores das periferias. A luta pelo acesso aos direitos sociais exige constitui tarefa dos profissionais da área social, trabalhadores e organizações que se destinam a luta pela emancipação humana.

Considerações finais

O estudo ao abordar a discussão do trabalho como fundante do ser social, nos trouxe características necessárias para entendermos historicamente a dinâmica da sociedade capitalista, cujo objetivo é de acumulação de riqueza da classe dominante.

Historicamente, a produção mercantil é um fruto tardio do processo de construção da sociedade humana – suas primeiras formas surgem quando a comunidade primitiva se desintegrou. Quando até a força de trabalho se converte em mercadoria, mercantiliza-se o conjunto das relações sociais e se estrutura o padrão burguês de dominação.

Tal processo de transformação atinge seu apogeu com a sociedade do capital. Contemporaneamente, a implementação do capital, cujos objetivos são compensar a queda da taxa de lucro e criar condições renovadas para a exploração da força do trabalho, faz com que os ônus recaiam fortemente sobre o trabalhador - redução salarial, precarização do emprego e etc. e sobre as relações sociais.

O filme “Filhos do Paraíso” deixa clara a dinâmica da influência capitalista no cotidiano das pessoas e na mercantilização das relações sociais como forma de dominação, que exceção escraviza o ser humano, tornando-o “objeto”.

A reificação é a forma típica da alienação engendrada no modo de capitalização e também apresentada na trama do filme “Filhos do Paraíso”. O fetichismo daquela mercadoria especial, o “sapato feminino infantil”, é, talvez, a expressão mais flagrante de como as relações são deslocadas.

No modo de produção capitalista o fetichismo alcança a sua máxima força: nas sociedades em que esse modo de produção impera, as relações sociais tomam aparência de relações entre coisas.

BIBLIOGRAFIA

BARROCO, Maria Lúcia Silva. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. São Paulo: Cortez, 2001.

BOBBIO et al. *Dicionário de política*. 5. ed. Brasília-DF: Editora da Universidade de Brasília, 1993.

CATANI, Afrânio Mendes. *O que é capitalismo*. 26. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DOBB, Maurice. *Capitalismo*. São Paulo: Ática, 1977.

DURKHEIM, Émile. *Sociologia*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1988. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

LÉVI-STRAUSS, C. *O pensamento selvagem*. Campinas, SP: Papirus, 1989.

MARCUSE, Jorge. *Manual de Direito Constitucional*. Tomo I. 3.ed. Coimbra-Portugal: Coimbra Editora, 2000.

MARX, K. *O Capital*. Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, t. I e II; 1970 t. III; 1974, t. IV-VI.. São Paulo: Ática, 1988.

_____. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.

SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL: Reprodução social, trabalho e Serviço Social- CFESS-ABEPSS- CEAD- UNB.

SWEEZY, M. Paul. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

VÁZQUEZ. S. Adolfo. *Ética*. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

WEBER, Max. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1989.

Ficha Técnica do filme “Filhos do Paraíso”

Título Original: Bacheha-Ye aseman, Gênero: Drama, 1997, Estúdio: The Institute for the Intellectual Development of Children & Young Adults, Distribuição: Buena Vista International / Miramax Films.

Direção e Roteiro: Majid Majidi, Produção: Amir Esfandiari e Mohammad Esfandiari, Direção de Fotografia: Parvi.

INCLUSÃO: ENTRE AVANÇOS E IMPASSES

INCLUSION: BETWEEN ADVANCES AND DEAD ENDS

Roberta Silva BOAVENTURA¹

RESUMO: Este artigo aborda questões sobre a inclusão de pessoas com deficiência, fazendo considerações sobre a trajetória social e histórica dessas pessoas. Considera, ainda, a inclusão entre avanços e impasses, ou seja, a presença marcante da integração social e a tentativa do processo de ruptura avançando para a inclusão social de pessoas com deficiência. Neste artigo utilizaremos a expressão pessoas com deficiência que segundo a Declaração de Salamanca (1994) serão utilizados termos pessoa com deficiência, e pessoa sem deficiência. A inclusão está ligada ao direito de todos a escola e sociedade inclusivas.

UNITERMOS: Inclusão, inclusão social; integração; pessoas com deficiência.

ABSTRACT: This article addresses questions about the inclusion of persons with disabilities, making relevant considerations on the social historical trajectory of these people. It even considers the inclusion between advances and dead ends, namely the marked presence of social integration and the attempt of the process collapse towards social inclusion of persons with disabilities. Here we use the term disabled persons that according to the Declaration of Salamanca (1994) such words will be used: “disabled person” and “person with disabilities”. Inclusion is attached to the right to school and inclusive societies for all.

UNITERMS: inclusion; social inclusion; integration; disabled person.

¹ Graduação e Especialização em Serviço Social pela Unimar, Mestre em Educação pela UNOESTE e docente do Curso de Serviço Social da Unimar.

1. Conceito da pessoa com deficiência: alguns momentos históricos

Na Antiguidade, a pessoa com deficiência era tratada como delinqüente, ou seja, aqueles que apresentavam deficiências físicas, mentais ou sensoriais, eram vistos como possuidores de forças malignas e negativas e, portanto, um mal para a sociedade.

Na China, pessoas com deficiência auditiva eram lançadas ao mar; em Atenas, abandonados em florestas distantes, sem possibilidades de retorno; em Gália, eram sacrificados das mais severas formas.

Nas Cruzadas - século XI até o fim da Idade Média entre o século XIV - eram chamados “leprosos”, ou seja, os pobres, as prostitutas, as pessoas com deficiência. Essa pessoas eram afastadas da sociedade, pois representavam uma ameaça para a ordem pública. Tal afastamento se dava com a saída do deficiente da cidade ou da comunidade em que estivesse. Além disso, ainda nesse período aconteceram apedrejamentos, torturas e perseguições.

Segundo Foucault (1994), os hospícios criados nos séculos XV e XVI na Europa, principalmente na própria Espanha e na Itália, não eram utilizados com fins terapêuticos. Na verdade, eram verdadeiros depósitos de pessoas, utilizados com o objetivo de excluir a pessoa com deficiência.

Nesse sentido, ainda nos séculos XV e XVI as pessoas com deficiência, tidas como delinqüentes, passaram a ser vistas como doentes, incapazes, alienadas, e ainda, um perigo para a sociedade, simplesmente pelo fato de serem diferentes, sendo assim. Eram consideradas anormais.

Carlo afirma:

[...] ‘seres anormais’ e que suscitavam repulsa ou temor-indigente, criminosos, vagabundos, prostitutas, loucos, etc - foram rechaçados, pois eram considerados perigosos e incapazes de manter-se na comunidade, e repovoaram os antigos leprosários da Idade Média. (CARLO, 2006, p.137)

Essas pessoas com deficiência, vistas como anormais, eram isoladas em asilos, sem fins terapêuticos, com o objetivo de manter a ordem na sociedade, pois não correspondiam aos padrões vigentes

dessa sociedade. O encarceramento dessas pessoas não se devia a nenhuma patologia, mas sim ao desejo de preservar a ordem pública e a moral da sociedade.

Com a Revolução Francesa, aconteceram algumas alterações em relação ao tratamento de pessoas com deficiência. Os fins ainda não eram terapêuticos e educativos, mas relacionados a aspectos religiosos de caridade.

Ainda no século XIX e XX, usaram a esterilização de mulheres que geraram “seres imperfeitos”, sendo assim, chegaram a esterilizar cinquenta mulheres por cada homem. O mesmo também aconteceu na época do nazismo hitleriano onde foram eliminados cem mil anormais nas clínicas eugênicas.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o surgimento da Lei dos Direitos Humanos, houve a valorização da pessoa com deficiência, considerada possuidora de direitos como qualquer outro cidadão.

O termo *pessoa* é a característica do indivíduo dotado de personalidade. Às pessoas, como sujeitos de direitos, é que são reconhecidas as faculdades ou poderes de ação. Pessoa é ente a que se atribuem direitos e deveres. Todo ente humano é pessoa. Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.

Com as organizações como ONU, UNESCO, OMS, OCDE, o paradigma de inclusão foi sendo disseminado. Com a evolução do conhecimento médico, psicológico, pedagógico e científico, foram ocorrendo transformações consideráveis em relação às atitudes e aos preconceitos contra a pessoa com deficiência. A década de 1990 e a primeira década do século XXI estão sendo marcadas por eventos mundiais liderados por organização de pessoas com deficiência que se mobilizam para lutar pelos seus direitos.

1.1 Integração versus inclusão

Os conceitos de Integração e a Inclusão em alguns casos são confundidos ou considerados o mesmo, pois a sociedade passa um processo de transição da integração para a inclusão. Na verdade,

integração e inclusão não são sinônimos, possuindo algumas distinções entre si.

Segundo Sasaki:

[...] a integração significando inserção da pessoa com deficiência preparada para conviver na sociedade e a inclusão significando modificação da sociedade como um pré-requisito para a pessoa realizar seu desenvolvimento e exercer a cidadania. (SASSAKI, 2005, p. 22)

Com esse significado, durante os últimos cinquenta anos, em relação à pessoa com deficiência, preconizou-se o paradigma de integração como vigente em seu contexto histórico.

As pessoas com deficiência eram simplesmente inseridas no contexto social, ou seja, a deficiência era problema do indivíduo que deveria adaptar-se à sociedade e buscar formas para ser aceito como cidadão.

A ação da sociedade na integração ocorreu e ainda ocorre de duas formas:

- 1) Pela simples inserção de pessoas com deficiência em espaços sociais diversos para se relacionarem apenas com outras pessoas deficientes. Os ambientes são separados, e os horários são específicos. Tudo isso para que eles não se relacionem com os “normais”.
- 2) Inserção na sociedade com os “normais”, mas fazendo as pessoas com deficiência adequar-se à realidade, superando barreiras físicas e até atitudes discriminatórias, já que a sociedade não realiza nenhuma modificação para recebê-los.

Assim, para ser integrada a pessoa com deficiência devia e em alguns casos ainda deve:

- a) moldar-se aos padrões exigidos pela sociedade, aceitando permanecer em escolas e salas especiais;
- b) acompanhar o desenvolvimento normal da sociedade de trabalho, escolarização, mesmo com todas suas necessidades individuais;
- c) contornar dificuldades quanto ao espaço físico, transporte, entre outros e;
- d) lidar passivamente contra atitudes discriminatórias da sociedade como rótulos e estigmas.

As pessoas com deficiência têm, pois, que superar todas as dificuldades existentes para conviver em sociedade. Dificuldades de acesso à escola, aos clubes, à empresa; enfim, a lugares públicos em geral.

A sociedade não se preocupava e, de certa forma, ainda não se preocupa com as dificuldades enfrentadas por esses cidadãos em seu cotidiano. Isso leva a uma sociedade somente para os considerados “perfeitos” a conviver no espaço físico e social desenvolvido para os “normais”.

Dessa forma, de acordo com Sanches (2005), a integração isola socialmente qualquer pessoa que apresente alguma diferença. Cita-se o exemplo não incomum de aluno que poderia estar socializado em uma escola, porém está totalmente isolado dos demais colegas e da professora durante as aulas, por não ter possibilidades de participar das atividades propostas.

O autor afirma que, no processo de integração, o problema de dificuldade de aprendizagem é totalmente associado ao aluno, não considerando aspectos do cotidiano escolar, as atividades propostas, as formas de avaliações seletivas, entre outras. Segundo o autor esse modelo é voltado para a perspectiva médica e psicológica, não considera aspectos sociais nem a responsabilidade da escola como educadora de seres humanos.

Por isso, para a ruptura deste processo de integração, deve-se disseminar o conceito de inclusão, a partir de atitudes que não afirmem a dificuldade de aprendizagem como problema do aluno, mas

que considerem como co-responsável toda a dinâmica escolar: a sala de aula, enfim todos os relacionamentos no ambiente escolar.

O conceito de inclusão passou a ser considerado com clareza, na década de 1990, principalmente com a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), o primeiro documento internacional a abordar claramente o conceito de inclusão, com ênfase na inclusão escolar.

Segundo a Declaração, a inclusão não é somente para pessoas com deficiência, mas para todos os cidadãos, no ambiente escolar ou não. Por isso, trata-se de uma educação para todos.

Segundo Ferreira (2005) a inclusão apresenta quatro elementos importantes:

- é um processo contínuo que nunca terá fim, pois sempre existirão pessoas em situação de exclusão;
- está relacionada à identificação com seu espaço e à eliminação de barreiras;
- está relacionada à participação e à aquisição, ou seja, participação de todos alunos em todas atividades;
- enfatiza os alunos em situação de exclusão por necessidades especiais e dificuldades de aprendizagem, mas está voltada para todos os alunos.

Nas palavras do autor:

Inclusão – há uma concordância- pressupõe uma escola com uma política participativa e uma cultura inclusiva, onde todos os membros da comunidade escolar são colaboradores entre si, ou seja, apóiam-se mutuamente e aprendem uns com os outros [...]. (FERREIRA, 2005, p.44)

A inclusão é oposta ao modelo de integração, é contra o processo de segregação, no qual a pessoa deficiente deve integrar-se à sociedade, aceitar suas imposições e ações discriminatórias e permanecer exclusivamente em escolas de educação especial.

Ao contrário da integração, a inclusão está voltada para a participação de todos alunos na escola regular. Nesse sentido, a instituição deve se organizar para atender as necessidades de cada um de seus alunos quer ele tenha deficiência ou não.

A inclusão é composta por atitudes práticas, conscientes e plenas de valores humanos e solidariedade.

Durante cinqüenta anos na perspectiva integrativa, a realidade escolar foi discriminatória com a dicotomia entre serviços oferecidos, os profissionais e os alunos que freqüentavam a escola regular e escola especial. Dessa última, participavam apenas alguns pais e algumas instituições beneficentes, que se organizavam para garantir educação especial à pessoa deficiente.

Se a pessoa deficiente fosse colocada na escola comum, era vista apenas como mais um aluno em sala de aula, não sendo trabalhadas e valorizadas suas diversidades e potencialidades.

Na escola comum, a pessoa com deficiência deveria se adequar à realidade do cotidiano escolar para nele permanecer, caso contrário era encaminhada para escolas especiais e excluída da possibilidade de convívio com os demais alunos.

Quando permanecia na escola regular, seu aprendizado era parcial, unilateral, não correspondendo às suas necessidades e expectativas. Isso desestimulava o aluno e, na maioria das vezes, levava ao abandono escolar.

Para evitar esse abandono, a pessoa com deficiência deveria moldar-se ao modelo vigente para ser aceito ou tolerado. Deveria responder às expectativas normais da escola. Além disso, tinha que lidar normalmente com todas as dificuldades encontradas no ambiente físico e aceitar como normais atitudes preconceituosas e discriminatórias, pois a visão vigente é de que “aquele que apresenta problemas tem que se adequar à realidade”.

Diante dessa realidade, as responsabilidades e esforços para participar da sociedade eram quase exclusivos da pessoa com deficiência ou, em alguns casos, de familiares ou algumas pessoas. A sociedade, porém, permanecia inalterável e inflexível diante do problema.

Com o passar das décadas, surgem documentos internacionais como o Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas com Deficiência (1994) abordando aspectos da vida humana e educação e a Declaração de Salamanca do mesmo ano, a qual aborda a educação inclusiva.

A partir da publicação desses documentos, há a preocupação de conscientizar a sociedade sobre seu papel. Para tanto, dissemina-se o conceito de inclusão e não mais somente o de integração, embora o modelo de integração ainda esteja presente nas relações sociais, principalmente nas escolares.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, considerada Constituição Cidadã, assegura a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (Artigo 206 e 208) e o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) Lei nº 8069 de 13 de Julho de 1994 assegura os direitos e deveres da criança e do adolescente.

A inclusão vai além da integração. A inclusão objetiva que a sociedade esteja apta a receber a pessoa com deficiência, sendo co-responsável pelo processo de inclusão, o qual não é mais apenas responsabilidade da pessoa com deficiência, mas de todos os membros da sociedade.

A inclusão, para Sanches (2005), corresponde ao conceito contemporâneo de integração, mas esse é um processo de ruptura com a integração.

A gênese da inclusão está relacionada à integração. Por isso, a necessidade da consciência de diferenciar a inclusão da integração, pois o processo de inclusão é mais dinâmico que olha para todos os cidadãos, valoriza suas diversidades e incentiva a participação de todos na sociedade.

Sasaki ensina que:

[...] a inclusão consiste em adequar os sistemas sociais gerais da sociedade de tal modo que sejam eliminados os fatores que excluía[m] certas pessoas do seu seio e mantinham afastadas aquelas que foram excluídas. (SASSAKI, 2005, p. 21)

Dessa forma a sociedade deve acolher a pessoa com deficiência e não apenas tolerá-la. A sociedade deve considerá-la capaz como qualquer outro cidadão e aceitar que ser diferente é o normal.

Segundo Ferreira (2005), a inclusão é um processo contínuo que nunca será terminado, pois, sempre existirá pessoa em situação de exclusão. De exclusão social a física.

Para incluir a pessoa com deficiência, a sociedade deve ser modificada desde a reforma de estruturas físicas ao mais importante, a eliminação de atitudes discriminatórias, apresentada em rótulos e crenças a respeito do cidadão com necessidades especiais.

Percebemos, dessa forma, que existem pontos importantes para a distinção entre integração e inclusão.

Quadro: 1 Comparativo inclusão x integração

| Integração | Inclusão |
|--|---|
| A pessoa com deficiência deve preparar-se e adequar-se para a sociedade; | A sociedade deve adaptar-se para atender as necessidades da pessoa deficiente, para ela exercer sua cidadania; |
| Pessoas deficientes são isoladas em centros de educação especial; | Todos os alunos têm o direito a estudar na mesma escola, com necessidades especiais. O dever da escola é atender a suas necessidades individuais e grupais; |
| Não há preocupação com a qualidade da educação oferecida aos alunos quando integrados na escola regular. Apenas com o fato de que estejam matriculados nesta escola; | Volta-se para a qualidade do ensino/ aprendizagem, tanto nas questões teóricas, técnicas, quanto nos aspectos de desenvolvimento e formação de cidadãos responsáveis; |
| O fato de "colocar" a pessoa em ambientes escolares, sociais e de trabalho é uma atitude de exclusão; | A pessoa deficiente participa da sociedade como um todo, relaciona-se, enfim, é parte da sociedade; |

Quadro: 2 Resumo das diferenças entre integração x inclusão

| Integração | Inclusão |
|-------------------------|----------------------------|
| Competição | Cooperação/ solidariedade |
| Seleção | Respeito às diferenças |
| Individualismo | Comunidade |
| Preconceitos | Valorização das diferenças |
| Visão individualizada | Visão Coletiva |
| Modelo técnico-racional | Pesquisa reflexiva |

1.2 Inclusão

Segundo Sasaki (1999), a inclusão é um processo no qual ocorre uma adaptação mútua entre sociedade e pessoas com deficiência, com o objetivo de minimizar as desigualdades e possibilitar oportunidades equiparadas para todos, mas essa adaptação tem ênfase na responsabilidade da sociedade.

A inclusão (na escola, no trabalho, no lazer, nos serviços de saúde, etc) significa que a sociedade deve adaptar-se às necessidades da pessoa com deficiência para que esta possa desenvolver-se em todos os aspectos de sua vida. (SASSAKI, 1999, p.167-168)

Machado (2005) traz alguns fundamentos da inclusão:

- Alteridade: fundamenta que no processo de inclusão temos que reconhecer e valorizar as possibilidades do outro, as qualidades, independente das diversidades existe possibilidades de emancipação.
- Identidade: fundamenta que no processo de inclusão que cada ser humano deve ter sua identidade valorizada, respeitada. Sendo assim, a identidade é construída pelas diferenças e individualidades.
- Igualdade: fundamenta que no processo de inclusão. A igualdade não deve ser a busca pela igualdade entre os seres humanos, mas a igualdade dos direitos de todos seres humanos, porque ser humano implica ser diferente, pois cada ser humano é único.
- Incompletude: fundamenta que no processo de inclusão deve ser considerado que o ser humano está em constante evolução, que nunca estará pronto e acabado. Sendo assim, não existe um ser humano completo, mas sempre em constante construção.

Nesse sentido, a inclusão é um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com deficiência e, simultaneamente, elas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. Trata-se de um processo bilateral no qual as pessoas com deficiência e a sociedade buscam minimizar as diferenças, visando a efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

Para incluir todas as pessoas, a sociedade deve conscientizar-se de que é possível atender às necessidades de seus cidadãos, para que todos possam ter acesso a seus direitos igualmente.

A prática da inclusão propõe seguintes princípios:

- aceitação das diferenças individuais;
- valorização de cada pessoa;
- a convivência dentro da diversidade humana;
- a aprendizagem por meio da cooperação.

O processo de inclusão propõe a valorização, respeito, aceitação de todos, considerando as diferenças como intrínsecas ao ser humano. As diferenças são atributos e não como obstáculos e valorizando a diversidade para o enriquecimento da sociedade.

Esse processo de inclusão significa atitudes diárias positivas, solidárias, que sejam contra atitudes discriminatórias, que incentivem pessoas com deficiência à busca pelo acesso a seus direitos como um cidadão detentor de direitos e deveres.

Segundo Burke e Sutherland (2008), para que o processo de inclusão possa acontecer e ter sucesso as atitudes diárias de todos seres humanos principalmente dos que atuam no ambiente escolar são essenciais, atitudes positivas, de valorização e respeito às potencialidades do outro.

Para eles,

São estas atitudes que determinarão o sucesso dos estudantes com necessidades especiais nas salas regulares, bem como o sucesso da inclusão em geral. Todo estu-

dante merece ter toda chance possível de obter sucesso (BURKE; SUTHERLAND, 2008, p. 171)

Segundo Sanches (2005), a inclusão visa a um processo de educação para todos que participam do cotidiano escolar, que atenda as necessidades escolares dos alunos e de desenvolvimento de características sociais, pessoais ou psicológicas.

Dessa forma, é necessário que todo aluno tenha reconhecido seu direito à educação como cidadão aceito, valorizado no ambiente escolar, sem atitudes discriminatórias.

É necessária a participação efetiva de todo cidadão em sua sociedade, respeitado e valorizado em sua comunidade, como membro fundamental da comunidade, não apenas como um simples integrante.

Entretanto, para que a inclusão realmente aconteça existe a necessidade de mudanças de atitudes. Essas atitudes devem estar embutidas de valores e princípios éticos que valorizem o ser humano, que respeitem seus direitos.

Na inclusão o aluno deve pertencer à escola, participar dela. Por isso, pode-se afirmar que a inclusão está envolvida por atitudes solidárias, acolhedoras para todo ser humano.

A inclusão, é um processo social, porém, para se efetivar, requer demandas práticas, ações e atitudes inclusivas de respeito e valorização ao ser humano. Atitudes muito importantes, principalmente, no contexto escolar.

A inclusão não é, todavia, um processo simples, fácil, nem rápido, mesmo com legislação moderna, faltam atitudes embutidas de valores e princípios, ações éticas, que visem à inclusão do cidadão.

Por isso, ainda são muito presentes em nossa sociedade atitudes de integração, pois ela esteve presente durante muito tempo, principalmente, nos ambientes escolares. Existe, pois, a necessidade de disseminar a inclusão e seus benefícios.

Para que possa ser disseminado o conceito de inclusão, é necessário que a escola a sociedade como uns todos estejam cientes de seu papel, suas responsabilidades como educadores e formadores de cidadãos.

A ruptura é um processo lento, porém, necessário para atender as demandas vigentes nas escolas, e, assim, atender as reais necessidades do alunado. Só assim o aluno se sentirá parte, ou seja, incluído na escola.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. M. L. et al. *Inclusão: compartilhando saberes*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BARBOSA, A. J. G.; AZEVEDO, P. R.; CASELATTO, P. Atitudes dos pares em relação aos alunos com necessidades educacionais especiais: socialização e inclusão escolar. In: MANZINI, J. E. *Inclusão do aluno com deficiência na escola: os desafios continuam*. Marília: ABPEE/FAPESP, 2007.

BRASÍLIA. *Lei de diretrizes e bases da educação nacional*, n. 9394 de 20/12/1996.

CARLO, M. M. R. P. Os processos interativos no desenvolvimento humano e a questão da (dês) institucionalização das pessoas com deficiência. In: MANZINI, E. J. *Inclusão e acessibilidade*. Marília: ABPEE, 2006.

GADOTTI, M. *Pensamento pedagógico brasileiro*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1996.

JERÔNIMO, D. L. M. A inserção do aluno com necessidades educacionais no ensino regular: desafios e perspectivas. *Revista de Educação MÁTHESIS*, v. 7, 2006.

MACEDO, L. *Ensaio pedagógicos: como construir uma escola para todos?* Porto Alegre: Artmed, 2005.

MANZINI, J. E. Desafios da inclusão do aluno com deficiência na escola. In: _____. *Inclusão do aluno com deficiência na escola: os desafios continuam*. Marília. ABPEE/FAPESP, 2007.

SASSAKI, R. K. *Inclusão construindo uma sociedade para todos*. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

O DIREITO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

INTELLECTUAL PROPERTY RIGHT

Francis Marília Pádua FERNANDES¹

RESUMO: A expressão propriedade intelectual designa as criações que são frutos do pensamento ou do intelecto humano, compreendendo as obras desenvolvidas pelo ser humano com sua atividade criadora e essa criação pode ser de natureza artística, literária, científica ou tecnológica. A legislação distingue a propriedade intelectual da propriedade industrial em razão de, embora semelhantes, possuírem natureza jurídica distinta. O objetivo da legislação é garantir ao titular de uma criação os direitos a ele pertinentes tais como, exclusividade de uso ou sua licença, direito a retribuição material do trabalho intelectual e outros.

UNITERMOS: direitos autorais; direitos autorais sobre o software; propriedade industrial; propriedade intelectual

ABSTRACT: The expression “intellectual property” designates the creations that result from the thought from human intellect, including the works developed by the human being through his creative activity. This creation can be artistic, literary, scientific or technological. There are different Rights for the Intellectual Property and for Industrial Property, although they are similar they belong to different law nature. The objective of the legislation is to guarantee to the title-holder of a creation his/her rights such as, exclusive use or license, the right to receive the material retribution of the intellectual work and others.

¹ Mestre em Direito dos Empreendimentos Econômicos – Universidade de Marília, coordenadora e docente do curso de Direito da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – Universidade de Marília.

UNITERMS: copyright; copyright software; industrial property; intellectual property.

Apresentação

A expressão *propriedade intelectual* designa todas as criações frutos do pensamento ou intelecto humano, desenvolvidas através de sua atividade criadora e/ou inventiva.

Nesse campo da criação humana incluem-se as obras artísticas, científicas, literárias e as obras denominadas de sinais distintivos da empresa tais como a marca, invenção, modelo de utilidade e desenho industrial.

Atualmente, a proteção conferida à propriedade intelectual decorre do disposto no art. 5º da Constituição Federal, que assegura todas as prerrogativas pertinentes ao criador de uma obra. Após a Constituição Federal outras legislações específicas surgiram com o intuito de conferir maior proteção ao titular de uma criação intelectual.

O Direito da Propriedade Intelectual compreende o conjunto de regras destinadas a regular e a disciplinar a proteção dos bens frutos da criação do pensamento e/ou intelecto humano (GOMES, 2003, p. 47), relacionadas ao exercício de aptidões criativas de seus titulares.

1. A propriedade intelectual

A propriedade intelectual é uma modalidade especial de propriedade, considerada não propriamente um direito e sim um privilégio concedido pela lei como forma de incremento das artes, da ciência e das letras.

A propriedade intelectual é o gênero dos quais são espécies:

- a) Propriedade Intelectual de programa de computador, chamada de Direito Autoral e regida pela Lei 9.609, de 19.02.1998 (Lei dos Direitos Autorais sobre Software).

- b) Propriedade Intelectual artística, literária ou científica, chamada de Direito Autoral e regida pela Lei nº 9.610, de 19.02.1998 (Lei dos Direitos Autorais)
- c) Propriedade Industrial, compreendendo a invenção, o modelo de utilidade, o desenho industrial e a marca, chamada de Direito da Propriedade Industrial, regida pela Lei n. 9.279, de 14.05.1996 (Lei da Propriedade Industrial).

Muito embora tais criações sejam consideradas intelectuais, recebem normatização própria, necessárias à sua distinção, tutelando e conferindo ao titular da criação, a proteção e a segurança jurídica capazes de coibir toda prática dolosa que viole os direitos.

2. Direitos autorais sobre software

No Brasil a proteção dos direitos autorais do titular do programa de computador ocorreu com a Legislação Especial, que determinava a necessidade de dois registros para a proteção dos programas de computador, um para a comercialização e outro para a criação intelectual (software), ou seja, a proteção dos direitos autorais.

A primeira lei a reger o assunto foi a Lei 7.232/84, posteriormente modificada pelo Decreto-lei 2.203/84, que instituiu o cadastro do programa de computador junto ao SEI – Secretaria Especial de Informática. O cadastramento prévio era condição essencial para a comercialização do programa de computador. Complementando, a Lei 7.646/87, instituiu o registro de programas de computador, por meio do CONIN – Conselho Nacional de Informática, órgão vinculado a SEI.

A proteção da propriedade intelectual de programas de computador, bem como a regulamentação de sua comercialização no país, foi estabelecida com a promulgação da chamada Lei do Software, ou seja, a Lei 9.609/98, que estendeu a proteção da propriedade intelectual não só aos nacionais, mas também aos estrangeiros domiciliados no Brasil concedendo-lhes direitos equivalentes.

A Lei do Software conceituou em seu art. 1º o programa de computador como:

A expressão de um conjunto organizado de instruções, em linguagem natural ou codificada, contida em suporte físico de qualquer natureza, de emprego necessário em máquinas automáticas de tratamento da informação, dispositivos, instrumentos ou equipamentos periféricos, baseados em técnica digital ou análoga, para fazê-los funcionar de modo e para fins determinados.

A nova lei determinou o fim da obrigatoriedade do registro do programa de computador junto à SEI, pois afirma que a proteção dos direitos de computador independe de registro. A essa norma soma-se a legislação de direitos autorais e anexos. Segundo o autor Gladston Mamede:

A essas normas somam-se, subsidiariamente, a proteção conferida às obras literárias pela legislação de direitos autorais e anexos (Lei 9.610/98), embora excluídos os chamados direitos morais do autor, que não se aplicam em favor dos criadores de programa de computador, bem como o direito de se opor a alterações não autorizadas, quando estas impliquem deformação, mutilação ou outra modificação do programa de computador, que prejudiquem a sua honra ou reputação. Protege-se, assim, os direitos da personalidade que decorrem da criação intelectual, isto é, o direito de ser reconhecido como autor do software. (MAMEDE, 2005, p. 291)

Cabe ao titular de um programa registrá-lo junto ao INPI – Instituto Nacional da Propriedade Intelectual, o que é de extrema importância, pois no registro estarão contidas as informações referentes ao autor do programa e isso lhe assegurará a defesa contra a sua violação. Sua proteção é assegurada por 50 anos, contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao da sua publicação ou, não havendo publicação, do ano subsequente ao da sua criação.

Para o registro, o titular deverá comprovar sua autoria por meio da publicação ou prova da criação, uma vez reconhecida a titularidade, poderá licenciar o uso do programa.

A aquisição do programa pode ser feita por encomenda, na qual existe o vínculo jurídico entre o titular e o usuário e se estabelece, mediante contrato, que o programa será desenvolvido em razão de necessidades específicas, ou mediante prévia encomenda por parte do usuário.

A aquisição também pode ser por prateleira, ou seja, por meio de software elaborado para certos tipos de usuários, gravados em série (discos, disquetes, CD-ROM), mantidos em estoques e postos à disposição dos interessados. Nesse caso, estabelece-se contrato de adesão impresso no exterior da embalagem do software.

Caso o programa seja criado por funcionário ou pessoa contratada para essa finalidade, ou se a criação decorra de encargos do empregador, a titularidade do programa pertencerá ao empregado. No entanto, se o programa for desenvolvido sem relação de trabalho ou mesmo de contrato e não contar com a utilização de recursos do empregador, então pertencerá àquele que o desenvolveu.

A violação de um programa de computador poderá levar a uma condenação na esfera criminal, pois é caracterizado crime a sua violação. Na esfera cível, o prejudicado poderá pleitear multa e indenização pelas perdas e danos decorrentes da violação, bem como a determinação judicial para que o infrator pare com a prática ilícita.

A pena prevista em lei para a violação, bem como reprodução ou comercialização sem autorização expressa é de 3.000 vezes o valor da cópia. Na mesma pena incorre quem vende, expõe à venda, introduz no país, adquire, oculta ou tem em depósito para fins de comércio original ou cópia de programa de computador produzido com violação de direito autoral.

Não constituem violações aos direitos do titular de um programa de computador a reprodução de um só exemplar, de cópia legitimamente adquirida e destinada a cópia de segurança ou armazenamento eletrônico; citação parcial do programa para fins didáticos

e devidamente identificado o autor do programa e outras hipóteses compreendidas pela lei.

3. Direitos autorais

O primeiro diploma específico a reger e disciplinar a propriedade literária, científica e artística foi a Lei nº 5.988/73, conhecida como Lei dos Direitos Autorais a qual revogou os artigos 649 a 673 do Código Civil de 1916.

A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 5º, inciso XXVII e XXVIII, alíneas “a” e “b”, reconheceram aos autores de obras literárias, científicas e artísticas o direito de exclusividade na sua utilização.

Em 19 de fevereiro de 1998, foi publicada a Lei nº 9.610/98, que revogou a lei 5.988/73 e, por sua vez, alterou o sistema de proteção aos direitos autorais.

Grande foi o avanço da nova lei. Dentre as várias inovações trazidas, encontra-se o chamado direito moral de autor, que garante ao titular de uma obra o direito à retribuição material do trabalho intelectual.

Incluiu os direitos autorais entre os direitos de personalidade, garantindo ao autor a prerrogativa de manter intocada a sua obra, mesmo depois de sua alienação, bem como o direito resguardado ao autor de ter a sua obra sempre que vier acompanhada do seu nome. Garante-lhe, ainda, a possibilidade de alteração, com o intuito de melhorar a obra no momento em que desejar.

A lei busca, com a proteção dos direitos autorais incentivar o desenvolvimento das artes e da ciência, de modo que seja garantido ao autor o direito de exclusividade de reprodução de sua obra, compreendendo todos os meios de divulgação conhecidos. Ninguém poderá sem a anuência do autor, dar o conhecimento ao público de obra literária, científica ou artística que não seja de sua propriedade.

Dentre os direitos protegidos pela Lei 9.610/98, encontram-se:

- a) o direito ao inédito, direito conferido ao autor de não publicar a sua obra literária, científica ou artística;
- b) direito de se arrepender, que é o de retirar de circulação uma obra;
- c) direito de correção, que é o direito de promover alterações na obra com o intuito de melhorá-la;
- d) direito à intangibilidade, direito de que mesmo após a cessão o adquirente não poderá alterar ou modificar a obra.

O direito é transmissível aos herdeiros do titular. Em se tratando de herdeiros necessários, como o cônjuge, por exemplo, o direito se transmite a título vitalício. Se forem outros herdeiros o direito é transmitido pelo prazo de setenta anos, a contar do falecimento do autor. Após tal período, o direito sobre a obra recai no domínio público, ou seja, passa para o patrimônio da coletividade.

Dentre os direitos assegurados ao titular de uma obra está o de ceder a terceiros para exploração comercial, por meio de contrato de edição ou de representação dramática. Entretanto esse direito não compreende a transmissão do direito de modificar a obra e nem implica a renúncia à paternidade da mesma.

A sanção prevista em lei na defesa da propriedade literária, científica ou artística é a reparação de perdas e danos a todo aquele que reproduzir, divulgar ou de qualquer forma utilizar obras sem permissão do autor, de seus herdeiros ou representantes, bem como vender ou expuser à venda obra impressa indevidamente.

A responsabilidade é estendida, também, a todo aquele que negociar com obra fraudulentamente reproduzida. A lei concede ainda ao autor o direito de busca e apreensão dos exemplares publicados fraudulentamente ou clandestinamente. Se não puder ser apurado o número de exemplares reproduzidos fraudulentamente, a lei determina que deverá ser presumido como de três mil exemplares.

Quando se trata de encenação desautorizada de obra dramática, a defesa possível é a de interdito proibitório, em caso de ameaça de representação desautorizada. Há, ainda, e de expedição de liminar de manutenção de posse, para obter a suspensão de espetáculo ou de

programa radiofônico ou televisivo que já tenha tido início ou que se processe em séries, já que a lei não é expressa.

Para que possa se assegurar dos direitos de autor, o autor deverá proceder ao depósito da obra na Biblioteca Nacional, no Instituto Nacional de Música ou na Escola Nacional de Belas-Artes e ficar com a certidão de depósito, que lhe garantirá a presunção de propriedade da obra. Além disso, servirá como prova da anterioridade da sua criação. Posteriormente, o autor poderá requerer em juízo o reconhecimento de seu direito de exploração exclusiva da obra.

Entretanto, mesmo que o autor não registre a obra, poderá requerer em juízo o reconhecimento de seus direitos de autor.

A proteção dada ao direito autoral, segundo Fábio Ulhoa Coelho (2005), não alcança a idéia do autor, mas só a forma pela qual ela se exterioriza e se apresenta ao público, ou seja, a ofensa ao direito autoral ocorre por causa da apropriação irregular tal como a obra se apresenta externamente.

Não são consideradas ofensas ao direito autoral a reprodução de pequenos trechos, bem como a transcrição para fins didáticos, quando elas estejam inseridas no corpo da obra maior e se destinem a fins científicos, literários, didáticos, polêmicos, críticos etc.

4. Direito da propriedade industrial

A propriedade industrial é disciplinada pela Lei 9.250/96 e compreende a proteção de bens, frutos do intelecto humano que são: a invenção, o modelo de utilidade, o desenho industrial, a marca e as indicações geográficas.

O direito de exclusividade de exploração se concretiza quando o titular obtém junto ao INPI (Instituto Nacional da Propriedade Intelectual), a patente, também chamada de carta patente, quando se trata de invenção ou de modelo de utilidade, ou o registro, também chamado de certificado, quando se trata de desenho industrial ou marca.

4.1 Invenção

Criação, fruto do intelecto humano, na qual devem estar presentes a originalidade, a atividade inventiva, a aplicação industrial, bem como o desimpedimento.

O legislador excluiu do campo da invenção algumas manifestações do intelecto humano que não são consideradas como invenção e estão previstas no art. 10 da Lei 9279/96 - Lei da Propriedade Industrial:

- a) as descobertas e teorias científicas;
- b) métodos matemáticos;
- c) concepções puramente abstratas;
- d) esquemas, planos, princípios ou métodos comerciais, contábeis, financeiros, educativos, publicitários, de sorteio e de fiscalização;
- e) obras literárias, arquitetônicas, artísticas e científicas ou qualquer criação estética e programas de computador;
- f) apresentação de informações, regras de jogo, técnicas e métodos operatórios ou cirúrgicos, terapêuticos ou de diagnósticos e os seres vivos naturais.

Em relação aos impedimentos legais à invenção, a legislação menciona no seu artigo 18 que não são patenteáveis:

- a) o que for contrário à moral, aos bons costumes e à segurança, à ordem e à saúde públicas;
- b) as substâncias, matérias, misturas, elementos ou produtos de qualquer espécie, bem como a modificação de suas propriedades físico-químicas e os respectivos processos de obtenção ou modificação, quanto resultantes de transformação de núcleo atômico;
- c) o todo ou parte dos seres vivos, exceto os microorganismos transgênicos que atendam aos três requisitos de patenteabilidade, a novidade, a atividade inventiva e a aplicação industrial.

A legislação brasileira atual não faz impedimento à patente de remédios, contrariando o dispositivo legal anterior. A lei atual permite a patente, ao reconhecer a necessidade da pesquisa na descoberta de novas medicações, bem como os gastos e investimentos feitos na área. Ela se posiciona no sentido de que a exclusividade na fabricação é condição para o retorno de ditos investimentos de que a falta de permissão para patente de remédios desestimula as pesquisas e projetos na área da saúde.

O prazo de vigência da patente de invenção é de vinte anos, contados da data do protocolo do pedido de concessão perante o INPI. Após o transcurso desse prazo a invenção cai em domínio público.

4.2 Modelo de utilidade

Consiste em objeto, ou parte dele o uso prático, passível de aplicação industrial com nova disposição. Envolve ato inventivo e que resulte em melhoria funcional no seu uso ou em seu processo de fabricação. Compreende toda alteração em um objeto que melhore a sua utilidade, no qual devem estar presentes a novidade, a atividade inventiva, a aplicação industrial e o desimpedimento.

Segundo Gladston Mamede, no modelo de utilidade não se exige uma criação absolutamente inovadora, mas a melhora na utilização ou fabricação de algo já conhecido.

O prazo de vigência da patente de modelo de utilidade é de quinze anos. Após este período cai em domínio público.

4.3 Desenho industrial

Também conhecido por *designer*, caracteriza-se por toda alteração de caráter estético, visual na aparência de um determinado objeto e que possa servir como aplicação industrial.

Segundo Gladston Mamede (2005), constitui-se como uma forma plástica ornamental ou o conjunto ornamental de linhas e cores que possa ser aplicado a um produto, proporcionando resultado visual novo e original na sua configuração externa.

Possui como requisitos a novidade, a originalidade e o desimpedimento.

O prazo de duração do registro de desenho industrial é de 10 anos prorrogáveis por mais três períodos de 05 (cinco) anos.

4.4 Marca

A marca é o sinal distintivo de um produto ou serviço. A Lei da Propriedade Industrial divide a marca (MAMEDE, 2005) em:

- Marca de Produto ou Serviço: usada para distinguir produto ou serviço de outro idêntico, semelhante ou afim, de origem diversa;
- Marca de Certificação: usada para distinguir produto ou serviço com determinadas normas ou especificações técnicas, notadamente quanto à qualidade, natureza, material utilizado e metodologia empregada;
- Marca Coletiva: usada para identificar produtos ou serviços provindos de membros de uma determinada entidade ou categoria profissional.

Para obter o registro de uma marca, é necessário que haja novidade relativa, que o pedido de registro não colida com marca notória e que não esteja compreendida entre os impedimentos legais de registro como marca.

Segundo o INPI, a novidade relativa diz respeito ao sinal, também chamado signo, utilizado. Tal sinal deve ser novo no sentido de ainda não utilizado por outrem.

A marca, por sua vez, não poderá colidir com marca notória já existente e que goza de proteção legal.

A Lei da Propriedade Industrial em seu artigo 124 enumera os impedimentos legais para registro como marca tais como: brasão, armas, medalha, bandeira, emblema, distintivo e monumentos oficiais, públicos, nacionais e estrangeiros ou internacionais, bem como a res-

pectiva designação, figura ou imitação, sinal que induza a falsa indicação quanto à origem, procedência, natureza, qualidade ou utilidade do produto ou serviço a que a marca se destina e outros.

O INPI efetua o registro da marca, segundo o Princípio da Especificidade, ou seja, o registro é feito por classes de produtos ou de serviços e a sua proteção é restrita à classe de produtos ou serviços em que a marca está registrada, com exceção da marca de alto renome, a qual, razão da posição que ocupa, obtém a proteção em todas as classes de produtos. O INPI é o órgão detentor da competência para o registro de uma marca nessa categoria.

O prazo de duração do registro de uma marca é de dez anos, prorrogáveis sucessivamente, mediante o pagamento da contribuição devida ao INPI. Se o seu uso não se iniciar em cinco anos, caduca o registro.

4.5 Indicações geográficas

É a indicação da procedência ou denominação da origem de determinado produto, ou seja, a Lei da Propriedade Industrial considera indicação de procedência o nome geográfico de determinada localidade em que se tornou conhecida a extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço.

Segundo Manole (2003), o uso da indicação geográfica é restrito aos produtores e prestadores de serviço estabelecidos na localidade de procedência.

Considerações finais

A Constituição Federal de 1988, que tem como primado a ordem social, garantindo o trabalho, o bem-estar e a justiça social, não só garante o exercício dos direitos culturais, mas também confere o apoio e incentivo à produção e ao conhecimento destes bens.

A Constituição como patrimônio cultural brasileiro enumera os bens de natureza material e imaterial tais como: as formas

de expressão, os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (CF, art. 216)

Assegura, ainda, a inviolabilidade do direito à propriedade, mas determina que a propriedade atenderá a sua função social, admitindo ainda a desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social. A Constituição Federal só garante a instituição da propriedade. Cabendo às normas legais a regulamentação do exercício e definir o conteúdo e os limites do direito de propriedade.

As normas constitucionais reconhecem o direito de propriedade intelectual em caráter vitalício, compreendendo direitos morais e patrimoniais.

A distinção entre o Direito Autoral, o Direito do Software e o Direito da Propriedade Industrial é que no Direito Autoral e do Software, as obras protegidas têm como requisito a originalidade, ou seja, a obra deverá ser inédita, nova. Já as criações no campo da propriedade industrial dependem do requisito da novidade, novidade relativamente falando, ou seja, significa que a criação em si não deverá ser inédita, porém a sua destinação, combinação, configuração deve ser revestida da novidade.

No direito autoral o autor pode, a qualquer tempo, reivindicar a titularidade de uma obra, enquanto que no direito da propriedade industrial, aquele que primeiro registrar é considerado o titular da criação.

Não constituem concorrência desleal os demais crimes contra a propriedade industrial, previstos nos arts. 183 a 194 da Lei 9.279/96, ou seja, a violação de patente de invenção e de modelo de utilidade; a falsificação, imitação ou reprodução fraudulenta de marcas e desenhos industriais; os praticados por meio de marca, título de estabelecimento ou sinal de propaganda; e os que violarem indicações geográficas.

O titular de um bem da propriedade industrial que for lesado, poderá recorrer às medidas legais de combate à contrafação, caracterizada pela violação de um direito da propriedade industrial regularmente constituído e também concorrência desleal comprovando a utilização indevida não somente dos bens da propriedade industrial, mas também do título do estabelecimento e dos sinais ou expressões de propaganda.

O titular de uma invenção, modelo de utilidade, desenho industrial ou marca que sofrer violação poderá recorrer administrativamente junto ao INPI ou intentar com ação judicial em que será possível a reparação dos danos sofridos com a violação. Poderá, ainda, o ato caracterizar crime de concorrência desleal previsto na própria lei da propriedade industrial, e por isso, o autor poderá requerer a busca e apreensão de todas as mercadorias que contenham a falsificação ou imitação.

REFERÊNCIAS

- COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de Direito Comercial*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito das Coisas*. São Paulo: Saraiva, 2008. v.4.
- GOMES, Fábio Bellote. *Manual de Direito Comercial*. São Paulo: Editora Manole. 2007.
- PAESANI, Liliana Minardi. *Direito e Internet: Liberdade de Informação, Privacidade e Responsabilidade Civil*. São Paulo: Atlas, 2003.
- MAMEDE, Gladston. *Manual de Direito Empresarial*. São Paulo: Atlas, 2005.
- MONTEIRO, Wahington de Barros. *Curso de Direito Civil: Direito das Coisas*. São Paulo: Saraiva, 2007.
- ROCHA FILHO, Valdir de Oliveira (Coord.). *O direito e a internet*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2002.
- _____. *Curso de Direito Comercial*. 3. ed. revista, atualizada e ampliada. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2004.

RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil: Direito das Coisas*. São Paulo: Editora Saraiva, 2006. v.5.

VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito Civil: Direito das Coisas*. São Paulo Saraiva, 2007.

PROJETO RONDON - COOPERAÇÃO ENTRE A UNIVERSIDADE E COMUNIDADES DOS MUNICÍPIOS DE ITAOCA – VALE DO RIBEIRA-SP E NOVA MARILÂNDIA-MT

RONDON PROJECT: COOPERATION BETWEEN UNIVERSITY AND VALE DO RIBEIRA-SP AND NOVA MARILÂNDIA-MT COMMUNITIES

Myrian Lucia Ruiz CASTILHO¹

André Luiz de CASTILHO²

RESUMO: Neste texto apresentam-se os resultados de participação na coordenação de equipes do Projeto Rondon – Operação Vale do Ribeira-SP–2006 e Operação Centenário-MT – 2007 que mobilizou equipes universitárias compostas por professores e alunos para atividades sócio-educativas em favor de comunidades com baixos indicadores culturais, sociais e econômicos. O Projeto Rondon é um projeto de extensão universitária, fundamental para formação acadêmica e cidadã do estudante. As atividades foram desenvolvidas nos municípios parceiros ao longo de duas semanas, quando foram realizadas ações educativas a partir da realidade local e das demandas da localidade com o aproveitamento das características da comunidade. As atividades sistematizadas no processo de extensão universitária, centradas no desenvolvimento e intervenção da realidade, contemplaram a capacitação de professores da rede estadual e municipal de ensino e dos agentes comunitários de saúde beneficiando crianças, jovens e idosos dos municípios de Itaoaca-SP e Nova Marilândia-MT. Foi uma contribuição para a formação das comunidades assistidas. Permanece o consenso da importância das atividades de extensão das universidades na formação de acadêmicos comprometidos com a realidade brasileira, promoção da cidadania, luta contra

1 Doutoranda em Educação pela UNESP, Marília, SP-Brasil. Docente da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Faculdade de Comunicação, Educação e Turismo da UNIMAR, Marília-SP-Brasil.

2 Acadêmico do Curso de Medicina da Faculdade de Medicina e Enfermagem da UNIMAR, Marília, SP-Brasil. Rondonista da Operação Centenário-Nova Marilândia/MT.

a exclusão social e espaço de criação e empreendimento social sustentável.

UNITERMOS: capacitação de professores; cidadania; extensão universitária; Projeto Rondon; trabalho voluntário.

ABSTRACT: This text searches to show the experience lived in the Rondon Project – Operation Vale do Ribeira – 2006 and Nova Marilândia – 2007. As project of basic university extension for academic formation and citizen of the students, it contributes for professional experience and the strengthen of citizenship, the student is encouraged to participate in educative projects in partnership with the communities most devoid of the state and the country. The activities systemized in the project is centered in the development and intervention of the reality and it had contemplated the social segments of the health and the education in the set of citizenship and welfare activities. It remains the consensus of the activities extension importance of universities in the academics formation compromised to the Brazilian reality, promotion of the citizenship, the fights against the social exclusion and space of creation and sustainable social enterprise.

UNITERMS: citizenship; qualification of teachers; Rondon Project; university extension; voluntary work.

Apresentação

O despertar do novo milênio aponta para a necessidade de se construir uma universidade voltada para formação de cidadãos. Uma nova face da escola consiste em permitir o acesso a todos os seus benefícios, já que por ser uma unidade educativa, a escola deve desenvolver a percepção do coletivo e da alteridade.

O trabalho coletivo integrado impõe-se, agora, como condição indispensável à sobrevivência institucional. A educação e a universidade, na procura de novas alternativas de participação, buscam, dentro desse movimento, subsídios para sua modernização.

A necessidade de mudança e a vontade de participar, presentes em todos os setores da vida, especialmente no campo educacional, despertam para a urgência da participação solidária de acordo com a ferramenta básica da emancipação.

A idéia de aproximar a juventude universitária da realidade das comunidades carentes do nosso país nasceu de um trabalho de sociologia intitulado “O militar e a Sociedade Brasileira”, na Escola de Comando do Estado-Maior do Exército, em 1966.

Por proposta da então Universidade do Estado da Guanabara, no ano de 1967 uma equipe formada por professores e estudantes universitários saiu para uma primeira operação em Rondônia. Ficou conhecida como Operação Zero.

O nome de Projeto Rondon foi sugerido pelos próprios estudantes, inspirados no trabalho do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon.

A coordenação do Projeto é responsabilidade do Ministério da Defesa, o qual conta com a colaboração de diversos ministérios e o apoio das Forças Armadas, responsáveis pelo suporte logístico e a segurança das operações.

O Projeto Rondon busca soluções para promover o bem-estar, a cidadania e o desenvolvimento sustentável das localidades assistidas. Para aumentar a sua capacidade de atuação, o projeto procura parcerias com a iniciativa privada, órgãos públicos e organizações não-governamentais, para expandir a sua capacidade de atuação e atingir o maior número possível de populações carentes.

As atividades são desenvolvidas no município parceiro ao longo de duas semanas, quando são realizadas ações educativas definidas a partir da realidade local, previamente analisada em viagem precursora realizada pelas IES convidadas. Após a conclusão dos trabalhos do campo, a continuidade dos projetos executados ocorre por meio do acompanhamento a distância e posterior retorno ao município para o desenvolvimento de outras ações.

Essa troca de conhecimentos entre universidades e comunidades contribui para o fortalecimento da responsabilidade social dos universitários e procura transformar o cotidiano da população. Os estudantes desenvolvem uma valiosa experiência de vida e uma visão mais apurada da realidade brasileira, ao mesmo tempo em que buscam, com a comunidade, soluções locais para os problemas identificados, contribuindo assim para seu desenvolvimento sustentável.

No encontro de vários “Brasis”, estudantes e professores formam equipes e embarcam para outros municípios e localidades para viver uma nova realidade, transmitindo informações sobre saúde, educação, meio ambiente, organização comunitária e cidadania. A ação é educativa, com atividades como palestras e feiras de saúde ou o desenvolvimento de projetos específicos, com o aproveitamento das características de cada comunidade.

Os universitários conhecem um país diferente, com outras tradições, música, artesanato e folclore e têm a oportunidade de apresentar um pouco de suas tradições. Uma experiência que não muda apenas a vida das populações visitadas. Muda também a dos estudantes.

O Programa do Projeto Rondon tem como características principais a adesão voluntária das universidades e dos municípios no desenvolvimento de um trabalho essencialmente educativo, não prevendo ações de caráter assistencialista.

As universidades, seus alunos e professores coordenadores não se envolvem em questões político-partidárias, e estão ligadas à informação sobre temas de interesse da população local. Procuram melhorar a qualidade de vida das comunidades, buscando desenvolver ações que envolvam as pessoas das comunidades a fim de assegurar a sustentabilidade dos projetos desenvolvidos.

O Projeto Rondon tem objetivos definidos como: investir na formação cidadã dos universitários e futuros profissionais, fortalecendo a responsabilidade social e desenvolvendo a criatividade e a liderança jovem, bem como contribuir para disseminar e consolidar a ação comunitária das universidades brasileiras, fortalecendo a área de Extensão. Também fazem parte dos objetivos do projeto a colaboração para o desenvolvimento sustentável das comunidades em atividades realizadas por professores e universitários que levam informações sobre saúde, educação, organização comunitária, direitos humanos e cidadania e outros temas de interesse da comunidade local, permitindo a troca de conhecimentos entre as equipes universitárias e as comunidades contribuindo para a formação de profissionais socialmente responsáveis e para a melhoria da qualidade de vida das comunidades brasileiras.

A autonomia da universidade deve ser o ponto de partida para que ela possa fornecer a possibilidade de uma aprendizagem significativa, na qual as pessoas entendam os problemas do mundo que os rodeia e utilizem o conhecimento com o objetivo de reencontrar soluções.

Diante do aparente distanciamento do cotidiano universitário e as reais necessidades apresentadas por uma sociedade em transformação, em que se confere um importante papel ao trabalho educativo, acreditamos ser este o momento oportuno para analisarmos experiências bem sucedidas bem como reflexões produtivas do conhecimento acadêmico sobre alguns aspectos em que permeiam nossas convicções.

Os acadêmicos de qualquer tempo buscam uma autonomia emancipadora da participação em um contexto social que ultrapasse o espaço da universidade. A formação do aluno universitário precisa, intencionalmente possibilitar o desenvolvimento do aluno como pessoa, como profissional e como cidadão, tomando decisões a respeito da vida coletiva, participando da gestão cooperativa do trabalho e decidindo sua própria atuação no cotidiano universitário assumindo sua prática social e aprendendo a exercer o poder de intervir para transformar.

A universidade mergulhada nas práticas sociais da realidade e no contexto das transformações adquiriu um novo significado uma vez que o saber produzido valoriza as mudanças como a prestação de serviços e a formação de profissionais aptos a lidar com os desafios sociais. Sendo assim, a inserção da universidade nos problemas comunitários possibilitará o surgimento de novos campos de aprendizagem e de pesquisas inovadoras baseadas em problemas concretos enfrentados pelo país.

A excelência acadêmica não pode resumir-se às práticas desenvolvidas no interior da universidade, pois, toda universidade deve ter um compromisso e uma grande responsabilidade social. Mudanças curriculares que estão em curso nas universidades brasileiras dependem de uma articulação entre as atividades teóricas e práticas. Nesse processo, a dinâmica de convivência que permite aos estudan-

tes aprofundar a percepção de seus conhecimentos em benefício de pessoas carentes, é revestida de grande importância.

No atual contexto da sociedade, novas obrigações são colocadas para a escola universitária. Sendo assim, os universitários estariam deixando o terreno da utopia e da mera ideologia moral ou romântica para se converter numa exigência posta pelo próprio desenvolvimento do processo produtivo.

Nesse sentido, Sá-Chaves faz advertências importantes:

Nesse trajeto, as civilizações têm acesso à informação, contribuindo para diminuir as desigualdades e exclusão. A corrida pela conquista da tecnologia perde a importância quando se vê milhões de pessoas que não possuem conhecimento até para se tornarem cidadãos. (SÁ-CHAVES, 2001, p.85)

Dentro de tal perspectiva, a educação universitária é responsável por criar condições para uma melhor compreensão da realidade e participação nas diferentes relações sociais que propiciem o exercício da cidadania, possibilitando-lhes responder aos desafios impostos pela sociedade e nela possam intervir.

A educação é um direito humano e meio indispensável para realizar outros direitos, como os individuais e sociais. É referencial para a construção de conhecimentos, desenvolvimento de valores, crenças e atitudes em favor de uma sociedade mais humanizada. Todos os processos educativos devem estar direcionados ao pleno desenvolvimento humano e de suas potencialidades.

Segundo Saviani (1999), a universalização de uma escola deve desenvolver ao máximo as potencialidades dos indivíduos, e, conduzi-los ao desabrochar pleno de suas faculdades espirituais e intelectuais. Nesse sentido, a educação superior é responsável por criar condições para que os indivíduos desenvolvam as suas capacidades, construam capacidades para uma melhor compreensão da realidade e participem das diferentes relações sociais. Relações que propiciem o exercício da cidadania, possibilitando-lhes responder aos desafios impostos pela sociedade e nela possam intervir. Cabe, portanto, à

educação a tarefa de conciliar o crescimento e assegurar valores de uma cidadania plena.

Diante do aparente distanciamento do cotidiano universitário e as reais necessidades apresentadas por uma sociedade em transformação, em que se confere um importante papel ao trabalho educativo, acreditamos ser este o momento oportuno para analisarmos experiências bem sucedidas, bem como, reflexões produtivas do conhecimento científico sobre muitos aspectos em que permeiam convicções de educadores e de mais uma oportunidade de fortalecimento dos seus ideais de transgressão e mudanças.

O despertar do novo milênio aponta para a necessidade de construir-se uma universidade voltada à formação de cidadãos. Por ser uma unidade educativa, a universidade deve desenvolver a percepção do coletivo e da alteridade.

O trabalho coletivo integrado é condição indispensável à sobrevivência institucional. A educação e a universidade, na procura de novas alternativas de participação, buscam, dentro desse movimento, subsídios para sua modernização.

A necessidade de mudança e a vontade de participar, presentes em todos os setores da vida, especialmente no campo educacional, despertam para a urgência da participação solidária.

A autonomia universitária deve ser o ponto de partida para que ela possa fornecer a possibilidade de uma aprendizagem significativa, na qual as pessoas entendam os problemas do mundo que os rodeia e utilizem o conhecimento com o objetivo reencontrar soluções.

As mudanças curriculares que estão ocorrendo nas universidades brasileiras dependem de uma articulação entre as atividades de sala e das atividades teóricas e práticas. Nesse sentido, será importante atribuir às atividades de extensão perspectivas de transformação interna na universidade junto à solução de problemas urbanos e sociais, vinculados à saúde, educação e práticas sociais.

A extensão universitária tem sido entendida como atividade que faz a integração da universidade com a comunidade como articuladora de trabalhos de assistência à saúde, de projetos de difusão cultural com capacitação de professores da educação básica, práticas

sociais à criança e ao idoso. Colabora, pois, na elaboração de um mapa da cidadania.

A extensão universitária é fundamental para formação acadêmica do estudante e nesse aspecto, o Projeto Rondon cumpre um papel importante na melhoria da qualidade de ensino e conseqüentemente, na formação acadêmica. Além disso, faz com que a universidade e a comunidade universitária exerçam seu compromisso social.

O Projeto Rondon é um projeto inovador que agora faz parte ativamente do debate da nova universidade, que possui uma política de extensão universitária renovada com uma nova atitude no movimento estudantil.

O projeto contribui para a formação do universitário como cidadão porque o integra ao processo de desenvolvimento nacional por meio de ações participativas sobre a realidade do país buscando consolidar, no universitário brasileiro, o sentido de responsabilidade social coletiva, em prol da cidadania, do desenvolvimento e da defesa dos interesses nacionais.

Acima de tudo, o Projeto Rondon estimula no universitário a produção de projetos coletivos locais em parceria com as comunidades assistidas na busca de soluções para promover o bem-estar, a cidadania e o desenvolvimento sustentável das localidades.

Sem dúvida, o projeto é de uma amplitude enorme. Privilegia também as universidades, associações de rondonistas, grupos de extensão e apoiadores com o propósito de levar os estudantes brasileiros a conhecer a realidade de seu país “in loco”, contribuindo para a solução de nossos graves problemas sociais.

O acadêmico participante do Projeto Rondon é levado a perceber que o aprendizado da universidade poderá ser utilizado como instrumento valioso na promoção social e na cidadania porque percebe que nas comunidades pobres, as dificuldades são muito mais amplas do que se noticia.

Por meio da participação no Projeto Rondon – Operação Vale do Ribeira-SP no ano de 2006 e Operação Centenário da Comissão Rondon em 2007 foram desenvolvidas ações contidas no conjunto de atividades de Cidadania e de Bem-Estar juntos aos municípios de

Itaoca no Vale do Ribeira-SP e Nova Marilândia-MT. Esses municípios agregam comunidades com baixos níveis de desenvolvimento e possuem indicadores sociais insatisfatórios.

Uma vez que o projeto visa a mobilizar diferentes setores da sociedade para trabalhar em municípios carentes do país, tem, entre seus principais objetivos, o de colaborar por meio da ação de professores e universitários, na melhoria das condições de vida dessas comunidades e integrar os universitários ao processo de desenvolvimento nacional, por meio de ações participativas.

O planejamento das atividades torna-se, então, um campo muito fértil para as transformações pessoais, profissionais e de conceito de solidariedade. Será esse um momento para o aprendizado do aluno universitário, o momento mais interessante e importante de formação.

Dentro dessa concepção, a educação escolar é responsável por criar condições para um, a melhor compreensão da realidade e participação das diferentes relações sociais que propiciem o exercício da cidadania, possibilitando-lhes responder aos desafios impostos pela sociedade.

A meta de trabalho das equipes participantes nas operações do Projeto Rondon é a de estabelecer um programa flexível, procurando a formação de multiplicadores locais que possam garantir a continuidade do trabalho educativo nas áreas de saúde, educação e cidadania.

Durante o desenvolvimento do projeto nas comunidades parceiras, foram contempladas capacitações de agentes comunitários de saúde, professores da educação básica com atividades voltadas à alfabetização, produção de textos, elaboração de projetos de trabalho pedagógico, planejamento e gestão escolar.

Foram momentos de grande integração com a comunidade, de encontros com os coordenadores e universitários, de aprendizagens mútuas, de emoções comuns é de grande exercício de solidariedade.

Em todas as atividades realizadas nos municípios atendidos, todos os objetivos estiveram voltados para o trabalho educativo que capacitasse os moradores e lhes trouxesse benefícios. O trabalho em

conjunto buscou desenvolver as suas capacidades com os materiais existentes no município.

Nessa perspectiva, conhecer e considerar os diferentes fatores que concorrem para o processo de construção do conhecimento passa a ser uma tarefa da qual o universitário não pode se omitir.

Considerações finais

A qualidade do trabalho desenvolvido foi intensificada pelo espírito de cooperação que permaneceu durante o período em que as equipes estiveram juntas, tendo contribuído para os resultados.

Movidos por esse entusiasmo, transformaram-se em professores, companheiros de brincadeiras, das crianças, amigos dos idosos e sobretudo, artistas de muita criatividade.

A construção social e profissional do universitário é um processo histórico que tem como base a garantia do direito social à cultura. Sendo assim, é necessário que compreendam os contextos sociais e as questões contemporâneas envolvidos. Uma formação democrática exige relação de respeito mútuo, preocupação com a justiça, diálogo, possibilidade de questionamento e argumentação. Trata-se de desenvolver a formação política cuja ausência muitas vezes tem sido apontada por muitos analistas da educação brasileira.

A formação do universitário precisa possibilitar o seu desenvolvimento como pessoa, como profissional e como cidadão tomando decisões a respeito da vida coletiva, participando da gestão cooperativa do trabalho e decidindo sua própria atuação no cotidiano escolar assumindo sua prática social e aprendendo a exercer o poder de intervir para transformar.

Para o universitário, o Projeto Rondon é uma experiência de vida sem igual. O acadêmico vai poder aplicar os seus conhecimentos acadêmicos e aprender com a sabedoria de brasileiro os que vivem uma realidade bem diferente da sua.

A cada dia, o Projeto Rondon está se avolumando, desenvolvendo o cultivo do intercâmbio nacional e do conhecimento. Este

projeto não tem vínculo partidário, não tem outra ideologia a não ser a de servir e servir a ponta, o homem simples.

Acima de tudo, o Projeto Rondon não tem dono. O dono é o povo brasileiro. Cumpre, dessa forma, um papel importante, pois também busca o objetivo de desenvolver uma política de Estado continuada de extensão universitária tão requerida pelos estudantes das universidades brasileiras.

O Projeto Rondon trouxe benefícios importantes aos municípios atendidos sob a forma de atividades nas áreas da Educação, da saúde, e da participação da comunidade. Certamente os municípios atendidos estão hoje diferentes do que eram, ou mesmo do que seriam sem a oportunidade que tiveram ao estabelecer contatos com as universidades.

O benefício não é menor para as universidades. Alunos e professores envolvidos estabelecem um contato direto com a realidade em comunidades que vivem os problemas decorrentes da pobreza e da falta de articulação.

O projeto inspira-se nos princípios consagrados pelo Marechal Rondon. Caracteriza-se por ser um esforço concentrado do governo e das Instituições de Ensino Superior, pela aliança entre os estudantes universitários e as comunidades e pela busca de soluções que contribuam para o desenvolvimento sustentável e ampliem o bem estar comunitário.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, I. *Escola reflexiva e nova racionalidade*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CERQUEIRA FILHO, C.A. *A questão social no Brasil*. Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

COHNA (org). *A saúde como direito e como serviço*. São Paulo: Cortez, 1991.

COUTINHO, G. *Rondon, o civilizador da última fronteira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

A HISTÓRIA DA ADVOCACIA E A FUNÇÃO SOCIAL DO ADVOGADO

LAW HISTORY AND THE LAWYER SOCIAL JOB

Marcelo Brandão FONTANA¹

RESUMO: Este artigo tem o escopo de analisar a responsabilidade civil do advogado pelo insucesso dos interesses do cliente na demanda que patrocinou. O exercício da advocacia é uma das mais árduas, porém gratificantes tarefas do operador do direito, especialmente pela forma como atua o profissional no contexto social. O advogado deve bem representar seu cliente, de forma que se torne, com o passar do tempo, merecedor de respeito e credibilidade. Não há, pois, lugar na sociedade moderna para o advogado que não estiver interligado com os problemas sociais que afligem a sociedade e o cliente. A luta pela efetivação da ordem jurídica justa e a preservação do Estado Democrático de Direito, se faz, sem dúvida, alguma, com a participação do advogado.

UNITERMOS: advocacia; Estado Democrático de Direito; função social.

ABSTRACT: The present article has the function of analyzing the lawyer's civil responsibility for the unsuccessful demand. The exercise of the legal profession is one of the most arduous, however, tasks are gratifying, and especially because of the way the professional performs on social context. A lawyer should represent his/her customer in a way to deserve of respect and credibility. There is no place, therefore, in modern society, for the lawyer that is not linked with social problems that afflict the customer and society. The struggle for the execution of a fair juridical order and the preservation of the Democratic State of Right, is done with the participation of the lawyer.

UNITERMS: democratic sate of Right; law; social job.

¹ Mestre em Direito pela Universidade Metodista de Piracicaba. Professor colaborador do INBRAPE e docente do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Universidade de Marília-SP.

Apresentação

Este artigo objetiva analisar a história da Advocacia e a função social do advogado, contextualizando o exercício da advocacia no momento presente. Não podemos negar a importância da atividade advocatícia no contexto social, no qual o profissional busca a defesa do Estado Democrático de Direito e a concretização da Justiça.

Tais escopos devem transcender os interesses do cliente e do próprio profissional, que deve fazer da sua vida sinônimo de luta e esperança.

A proliferação dos cursos de Direito fez com que a atividade advocatícia se espalhasse de forma desordenada, ensejando, assim, reflexos negativos na qualidade dos serviços prestados e, conseqüentemente, maiores possibilidades danos causados ao patrimônio dos clientes.

O ensino jurídico entrou em crise, competindo com todos aqueles, que de alguma forma participam do processo ensino-aprendizado, colaborar para o aprimoramento e a qualidade dos futuros advogados.

De fato, uma vez apreciada a questão sob o prisma da qualidade de ensino, necessariamente, redundará em uma inaptidão do profissional para o exercício da advocacia e, na mesma trilha, comprometerá a defesa dos direitos daqueles que lhe confiaram o procuratório judicial.

O homem é livre, competindo-lhe escolher a profissão que bem entender. Para o advogado não é diferente. Mas, ao enfrentar determinado caminho, o advogado assume riscos, mesmo aqueles que são considerados naturais do próprio exercício de seu mister.

Quanto mais elevado for o grau atingido pelo advogado, mais complexas são as questões que aprecia, aumentando suas responsabilidades.

Muitas são as normas editadas em nosso país. Impossível, portanto, ou praticamente impossível, nos dias em que vivemos ter ciência de todas as leis, decretos, portarias que estejam em vigor, suas nuances, alterações.

Enfim, é reconhecidamente tormentoso conhecer, a fundo, todo o ordenamento jurídico. Em face disso, a cada dia cresce o número de advogados que se especializam em determinadas esferas, exercendo, daí, uma advocacia mais segura e de melhor qualidade.

Apesar da necessidade de especialização, não podemos esquecer a responsabilidade social do operador do direito e o papel concretizador na defesa das instituições que assentam o Estado Democrático de Direito.

1. Definição do termo *advogado*

Em consulta ao vernáculo, encontramos a seguinte definição para o termo advogado: “Advogado é o Bacharel em direito legalmente habilitado a advogar, i. e., a prestar assistência profissional a terceiros em assunto jurídico, defendendo-lhes os interesses, ou como consultor, ou como procurador em juízo”(FERREIRA, 1999, p. 58). Podemos, também, acrescentar *patrono, defensor, mediador, intercessor*. Enfim, aquele que tem a obrigação de, na medida de seus conhecimentos jurídicos, solucionar os interesses das partes litigantes.

O termo provém do latim *ad* e *vocatus*, resultando na expressão *advocatus*, que se traduz naquele que é chamado para defender os interesses de terceiros, pouco importando se a atuação é judicial ou extrajudicial.

Na literatura estrangeira, tem-se a expressão advogado como a pessoa legitimamente autorizada a defender em juízo, por escrito ou oralmente, os direitos ou interesses dos litigantes, e também a dar conselhos sobre questões ou pontos legais que se lhe consultam.

Somente o advogado, salienta Ruy Sodrê (1991, p. 168), tem a competência de transformar os fatos em lógica; o juiz, a lógica em justiça. Isso quer dizer que o advogado, com seus conhecimentos e a eficaz técnica de persuasão, deve colher todas as informações prestadas pelo cliente a fim de extrair aquilo que realmente interessa para o julgamento da lide. Deve, pois, colher todos os fatos pertinentes para a formação da convicção do magistrado.

Teixeira de Freitas, citado por Sodré (FREITAS apud SODRÉ, p. 271), escreveu que o advogado é aquele que, por causa de seus conhecimentos em jurisprudência, defende os interesses de seus clientes.

Mario Guimarães de Souza, também mencionado por Ruy Sodré (SOUZA apud SODRÉ, 1991, p. 271), por sua vez, deixou registrada a importância do profissional, salientando, entre outras palavras, ser o único, devidamente habilitado, que possui a aptidão para aconselhar as partes e a representá-las em juízo, defendendo, assim, seus interesses.

Ruy Sodré (1991) mais uma vez, buscando encontrar uma definição precisa do termo, cita as lições de Roscoe Pound, que vê o profissional como um engenheiro social. Pound afirma que o advogado é aquele que auxilia na administração da justiça, promovendo uma coexistência harmoniosa entre os homens, fazendo de sua profissão uma missão na aplicação correta das normas que regem uma sociedade politicamente organizada. Luta, portanto, pela preservação das instituições.

Para o homem de senso comum, advogado espelha tão somente a idéia daquele que irá defendê-lo ou patrocinar seus interesses em uma demanda judicial. O advogado, no entanto, pela cultura brasileira, somente é contatado quando surge uma questão jurídica; um litígio propriamente dito.

Cavaleri Filho (2002, p. 334) dá sua opinião seguindo a vertente de que o advogado é o primeiro juiz da causa, competindo-lhe analisar os fatos, adequando-os ao direito vigente, verificando a necessidade e pertinência do ajuizamento da demanda e, finalmente, a eventual interposição de recursos. Enfim, cuidar com zelo e dedicação.

A tarefa do advogado sempre foi – e sempre será –, muito árdua e tormentosa. Defender os interesses de terceiros é, sem sombra de dúvida, uma missão que necessariamente deve transcender os próprios interesses. Daí porque o exercício da atividade advocatícia, como veremos mais adiante, exige como requisito que o profissional seja detentor de uma conduta ética ímpar, de forma a não prejudicar os terceiros que lhes confiam os seus bens.

2 . Aspectos históricos. O princípio da advocacia

Para melhor compreender o significado do termo *advocacia* e de sua importantíssima função social, mister se faz, neste momento, trazer algumas considerações a respeito da evolução histórica da advocacia e da relevância do advogado no contexto social, mormente na defesa e na preservação da dignidade da pessoa humana.

O advogado nasceu da necessidade de o homem se defender daqueles que buscavam indevidamente obter vantagens ou lesavam seus bens, tanto analisando sob o aspecto de sua integridade física quanto de seus bens materiais propriamente ditos. Isto implica dizer que a advocacia foi exercida, em tempos remotos, pelo primeiro homem que defendeu os interesses de pessoas que estavam sendo ameaçadas ou lesadas.

No sentido amplo, poder-se-ia afirmar que o primeiro advogado da existência humana foi aquele que, fazendo uso de suas qualidades de oratória, investiu na defesa de alguém contra lesões ou ameaças ou, ainda, tal qual Rui Barbosa enfaticamente lembra, “[...] o primeiro advogado foi o primeiro homem que, com a influência da razão e da palavra, defendeu os seus semelhantes contra a injustiça, a violência e a fraude” (BARBOSA, 1991, p. 267).

O advogado, quando necessário, era conclamado a defender interesses de quem estava sendo ameaçado; para afastar qualquer tipo de lesão capaz de comprometer a existência do homem em sociedade. Daí se vê o importantíssimo papel que o advogado desempenha no seio de uma sociedade.

Quando surgiu, de fato, o primeiro advogado?

Paulo Lobo (2002, p. 03) constata a presença do advogado no período que antecedeu o terceiro milênio antes de Cristo, na Suméria. A defesa de terceiros contra atos de autoridades ou até mesmo em tribunais era feita por sábios que não necessariamente possuísem conhecimentos em leis e nos costumes de determinada sociedade. Destaca, também, que a advocacia nasceu na Grécia, especialmente em Atenas. Lá, a defesa diante dos tribunais e autoridades era feita

pelos grandes oradores da época: Demóstenes, Isócrates, Péricles, dentre vários outros.

A história, segundo Ruy Sodré (1991), relata que, em um primeiro momento, a defesa daqueles que se sentiam injustiçados era feita por amigos, parentes próximos dos ofendidos. Era um ato de muita coragem, porque poucos se arriscavam na empreitada, que dependia de um grau diferenciado de conhecimento e, principalmente, de poderde persuasão.

Pouco e pouco, a justiça foi concebendo a idéia de que as defesas dos terceiros lesados se fizessem por meio de pessoas que possuíssem conhecimentos especializados em leis ou nos costumes de determinada sociedade.

Com isso, alguns defensores começaram a desenvolver técnicas especializadas, além de um refinado conhecimento cultural, o que proporcionou o aparecimento dos primeiros advogados de nossos tempos, reforçando a máxima de que onde há, em determinada sociedade, um regramento jurídico há de estar presente a figura do advogado, defensor nato de uma sociedade organizada e democrática.

O Estado progrediu, assim como a própria forma de se fazer justiça. O poder de dizer o direito passou a ser exercido de forma exclusiva pelo Estado. Um órgão, organizado e investido de jurisdição, imparcial e justo, apreciaria o conflito de interesses e concederia aos interessados a tão almejada tutela jurisdicional.

Após, o advogado passou a integrar a organização judiciária do Estado, por ser ele o único que possuía técnica suficiente para apresentar ao magistrado aquilo que interessa para o julgamento. Embora não existisse, na época, uma atividade regulamentada e organizada, o berço da advocacia tal como se concebe hoje, foi Atenas. Entretanto, em Roma a advocacia sofreu grandes mudanças, um verdadeiro divisor de águas (SODRÉ, 1991, p. 269).

Na Roma Antiga, os interessados que sofriam alguma espécie de lesão ou que necessitavam defender-se, podiam constituir o chamado *cognitor*, ou seja, *mandatário ad litem*, que possuía a função de representar e agir em nome da parte. Ele era parte no processo e assumia todas as responsabilidades da ação. “Na Roma

antiga não se confundiam as funções de procurador ou representante das partes contendoras. Mais tarde houve a fusão dessas duas atividades”(SODRÉ, 1991, p. 269).

No tempo da República, havia duas espécies: os chamados patronos, que debatiam as causas e defendiam em juízo os direitos de seus patrocinados. Já os *advocatus* tinham a função de assessorar a parte ou seu patrono para o caso em debate (SODRÉ, 1991, p. 269).

Mais tarde, os *advocatus* se retiraram dos tribunais e da assessoria direta às partes, recolhendo-se em seus gabinetes, e se transformaram nos *jurisconsultos* da época. Os patronos/causídicos tornaram-se homens da lei, profissionais que representam com as partes, transformando-se no verdadeiro *advocatus*.

No Digesto, segundo informações de Paulo Lobo (2002), não existia qualquer distinção entre jurisconsultos e advogados. Em verdade, são todos aqueles que se dão ao estudo das leis e postulam pretensões que se enquadram em determinadas normas.

A advocacia converteu-se em profissão organizada quando o imperador Justino, antecessor de Justiniano, constituiu, no século VI, a primeira Ordem dos Advogados no Império Romano do Oriente.

Algumas regras eram impostas para que o advogado fosse regularmente aceito na classe: aprovação em exame de jurisprudência, uma boa reputação, ausência de mancha de infâmia, compromisso com a defesa de quem o pretor em caso de necessidade designasse, advocacia sem falsidade, ausência de interesses em *quota litis*, não abandono de defesa, uma vez aceita (LOBO, 2002, 04).

Nos relatos de Paulo Lobo, foi no século XIII que a advocacia se identificou com a nobreza de caráter e no comportamento ético de Santo Ivo, patrono dos juristas, festejado em 19 de maio.

3. A época das ordenações e o reflexo no Brasil

Em Portugal, encontramos a presença do advogado, do século XIII em diante. Dom Afonso III foi quem instituiu os chamados vozeiros ou arrazoadores, permitindo às partes escolher seus defensores (SODRÉ, 1991, p. 269).

Com as ordenações, especialmente nas Filipinas, o ritual para o exercício da advocacia foi exigindo maiores rigores. Com isso, o indivíduo somente poderia advogar ali, se fosse probo, falasse a verdade e emitisse, com franqueza, sua opinião, características que se exigiam do profissional dentre outras. As ordenações traziam várias regras, especialmente sobre a responsabilidade civil do advogado.

O Brasil sofreu e importou de Portugal as normas que vigoravam nas ordenações, leis, regimentos até o momento em que se editassem outras normas para substituí-las.

A influência das ordenações foi de grande importância para o aprimoramento das regras existentes e para a criação de outras, adequando o exercício da profissão à realidade brasileira. A Constituição Imperial de 1824 nos prometia novos Códigos (criminal, processo criminal, comercial etc.), a fim de que o ordenamento jurídico brasileiro tivesse leis próprias (SODRÉ, 1991, p. 270).

O primeiro advogado a exercer a profissão no Brasil, no ano de 1501, foi Duarte Peres, conhecido pelo nome de “Bacharel de Cananéia” (LOBO, 2002, p. 6). A advocacia, no Brasil, tem seu ponto de partida com a inauguração dos cursos de Direito em Olinda (15 de maio de 1828) e, em São Paulo (1º de março de 1828), embora a data da criação de ambos os cursos seja 11 de agosto de 1827.

Etapas da evolução da advocacia no Brasil ocorreram: primeiro em 1843, com a fundação do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros. Em 1930, por força do artigo 17, do decreto 19.408, com a criação da Ordem dos Advogados do Brasil e, nos dias atuais, concretizada pela vigência do seu novo estatuto, nos termos da Lei 8.906, de 4 de abril de 1994.

4. A função social do advogado

Quando se fala em advogado, pelo menos para o homem de senso comum, lembra-se tão-somente daquele que irá defendê-lo em um processo judicial. Não se questiona se há outras funções, deveres; enfim, não se procura extrair a essência do serviço prestado pelo

profissional; não se pensa do sentido da advocacia no seio de uma sociedade. Daí a busca pela função social do advogado.

O exercício da advocacia foi enaltecido pela Constituição Federal de 1988, quando expressamente afirmou, no artigo 133, da Carta Magna que o advogado é fundamental para a administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

O advogado exerce função social importante para a efetivação da democracia e distribuição da justiça. A atividade deve ser exercida com muito zelo e prudência, sob pena de o profissional vir a ser responsabilizado pelos eventuais prejuízos causados aos clientes. Não somente é um operador do direito, mas de um artista que se utiliza do conhecimento cultural de que é detentor para defender interesses alheios.

O advogado esforça-se para extrair o essencial dos fatos trazidos pelas partes, traduzindo-os para a linguagem técnica e jurídica. Entrega ao juiz apenas aquilo que interessa ao julgamento da causa.

O advogado integra o corpo da organização judiciária, um elo entre as partes e o magistrado. É uma peça fundamental para a conciliação e ponto de encontro entre o interesse privado do cliente em obter uma sentença favorável e o interesse público do Estado em obter uma sentença justa. Sem advogado, “[...] aquele, que está à mercê do Direito, não se faz justiça” (CALAMANDREI apud SODRÉ, 1991, p. 283).

Mais recentemente, Fabio Konder Comparato, abordando a função do advogado na administração da justiça, bem assinalou ao que a advocacia é

[...] um *munus* público já reconhecido desde a época do império, em que o *jus postulandi* lhe era monopólio. A atividade do profissional não visa apenas à satisfação de interesses privados, mas, sobretudo, à realização de todo processo litigioso. (COMPARATO, 1993)

Vale dizer, o advogado, além possuir um conhecimento teórico, “[...] deve ser um técnico para bem auxiliar o juiz na aplicação do direito e a defesa do Estado Democrático de Direito” (COMPARATO, 1993).

Assim, ser advogado reflete a idéia de *ser ético*, correto, agir em conformidade com os princípios básicos da moralidade e da boa-fé. *Ser competente*, na medida em que o profissional deve encontrar-se habilitado e apto para o exercício da profissão, agindo com cautela, integridade e prudência. *Ser humanizado*, estar preocupado e sensibilizado com os graves problemas da sociedade e, principalmente, valorizar os bens que lhes foram confiados, a fim de não lesar, não transigir sem a anuência do titular do direito tutelado.

Essa trilogia – **ética, competência e humanização** – sempre deve estar presente na conduta do profissional do direito, com a finalidade de alcançar e consignar sua presença na sociedade e ser lembrado como um advogado sério, honesto, capaz de exercer sua profissão com acuidade e destreza e, acima de tudo, preocupado com o ser humano.

O advogado é um profissional atuante, vibrante e forte, com a incansável e inesgotável necessidade de construir sua própria vida alicerçada na luta pela efetivação da justiça, sem a qual nada se constrói e seus sonhos não passarão de meras expectativas, que jamais serão concretizadas.

Compete, pois, ao advogado, exercer com segurança e ética sua atividade, visto que, se exercer às pressas, sem o devido comprometimento e postura, denotará a idéia de que age como se estivesse sempre de saída, como se fosse um desses acasos do destino, utilizando-se da profissão única e exclusivamente para defender interesses próprios, violando, sem piedade ou sentimento, os direitos de seus clientes. O advogado deve estar preocupado, insista-se, em construir uma vida profissional alicerçada em bases sólidas, pautada na ética e na moral.

Não foi por menos que Eduardo Couture (1979, p. 33) brindou-nos com os dez mandamentos indispensáveis para a vida profissional do advogado. Para o autor, consiste o trabalho do advogado

na árdua e fatigante tarefa de colocar sua atividade sempre e acima de tudo a serviço da própria justiça, para o escopo de firmar o Estado Democrático de Direito.

Em sintonia com seu trabalho, o advogado deve manter-se fiel ao cliente, para mostrar-lhe que é digno de seus serviços, respeitar e atuar com ética em face de seu adversário e, principalmente, levar os fatos ao magistrado com lealdade e franqueza, porquanto o juiz desconhece os fatos e deve confiar na palavra trazida pelo advogado.

O caminho da advocacia se edifica, portanto, com muita luta, estudo, pesquisa, dedicação, serenidade e, acima de tudo, comprometimento e honradez, porquanto se trata de administrar interesses alheios, interesses que, muitas vezes, são valiosos demais para sofrerem qualquer tipo de turbacão ou dano.

Paulo Lobo leciona que há os interesses coletivos e sociais e o bem comum que devem prevalecer em relação ao interesse do cliente, ao prestígio do profissional, à vaidade ou aos honorários advocatícios. Há uma busca maior que deve superar e servir de norte para o operador do direito.

A função social que o advogado desempenha é o fim último que alcançar. Nas palavras do aludido autor: “A atividade do advogado tem de projetar-se sobre o amplo espaço da comunidade” (LOBO, 2002, p. 31).

O advogado cumprirá sua função social quando lutar, não obstante seu interesse particular no sucesso profissional e financeiro, para a aplicação do Direito no caso que o levou ao debate. Cumprirá o advogado sua tarefa quando efetivamente contribuir para a edificação da justiça social.

É de Fábio Konder Comparato o comentário de que o advogado não se confunde com a figura do cliente. Ele apenas atua em nome da parte defendendo seus interesses, porém, no interesse maior que é a realização da justiça (COMPARATO, 1993).

Trigo Represas, autor portenho, adverte que a sociedade moderna necessita de advogado e de sua luta incansável contra a opressão e a injustiça.

La función del abogado tiende a evitar [...] que el poder social avasalle el derecho de los súbditos [...] se dirige a conservar intactas su personalidad, su libertad, su honra y patrimonio. (REPRÉSAS, 1996, p.37)

Bem se vê que, no momento presente, não há lugar para advogado insensível, afastado dos problemas de seus clientes e da sociedade. O profissional deve ser um apaixonado pela arte de advogar, lutar e utilizar todos os instrumentos morais e juridicamente admitidos para defender os direitos de seus clientes. Em outras palavras, abraçar a demanda com muito amor e sensibilidade, pois, nas palavras precisas de Ihering: “o fim a que visa o direito é a paz, e o caminho para atingi-lo é a luta” (IHERIN, 1983, p.15).

Temos que ter em mente a inesgotável força, a pertinácia de todos os dias, de executar nossa atividade profissional de forma condigna, para que nos tornemos merecedores de respeito, não só em relação aos colegas de profissão, mas também e principalmente, da sociedade, porque, laborando com serenidade, estaremos contribuindo para a paz social.

O advogado descomprometido com a justiça e com a verdade é um trauma para a sociedade. É um elemento que mancha a classe dos advogados, revelando-se pernicioso e refletindo, por consequência, intranquilidade e contribuindo para o desequilíbrio social. É o peso que pende para a não-concretização da Justiça e para a inevitável perturbação das estruturas de um Estado.

5. O profissional que a sociedade espera

Não se pretende um modelo perfeito de advogado, conhecedor de todas as ciências, mas, sim, de um homem que esteja ao lado daquele que acredita no ideal de Justiça, na busca da virtude, da verdade, para, ao final, encontrar a tão almejada paz e fazer firmar o Estado Democrático de Direito e a dignidade da pessoa humana.

Dalmo Dallari (1996, p. 15) ensina com mestria que a advocacia é uma profissão árdua e difícil, na qual o profissional encontrará seu verdadeiro caminho se possuir virtudes que o tornem merecedor

de respeito e credibilidade. Para o autor, o advogado deverá possuir uma enorme capacidade de renúncia no que tange aos seus interesses particulares, chegando ao extremo de sustentar posições e, se necessário, até o limite da intransigência, quando estiver em perigo o legítimo interesse de seu cliente.

Isso significa que o advogado deve estar preocupado, em primeiro lugar, com os interesses de seu cliente, uma vez que, se transigir ou for cúmplice na renúncia de um legítimo direito, estará lutando contra seus próprios princípios.

Somente o direito é capaz de assegurar a convivência harmoniosa, sem violência material, psicológica ou moral, bem como possibilitar a ampla distribuição dos resultados que a vida social propicia.

Por isso o Direito sempre renasce com solução normal para os conflitos que são inerentes à vida em sociedade, pois só ele proporciona ordem, segurança e progresso sem afrontar a dignidade humana. (DALLARI, 1996, p. 55)

Realmente, o fim último do direito é a paz, que não se impõe sem luta. Em face dessa luta, que persiste todos os dias de nossas vidas, cumpre ao advogado escolher seu caminho e edificar sua vida profissional movido pelos nobres valores da ética e da moral, pois, somente assim, estará apto a buscar a Justiça.

O advogado, aliás, quando atua em juízo, defendendo interesses alheios, após exaustivos exames prévios, presume que tenha plenas condições para bem representar o cliente. Quando o advogado aceita o patrocínio de certa demanda, presume-se que seja hábil o bastante para manejar, como um esgrimista de espírito refinado, os instrumentos jurídicos para honrar os interesses daqueles que lhes confiaram o exercício do mandato, de modo que, se por alguma razão vier a causar dano, se não chegou a cumprir as específicas recomendações do cliente, deve-se reconhecer que atuou com culpa, fazendo, pois, emergir a sua responsabilidade civil.

A *ética*, como vimos, a cada dia vem galgando espaços ainda maiores na sociedade brasileira, em todos os ramos e espécies de atividades, excluindo, por seu turno, do caminho, todos aqueles pro-

fissionais descomprometidos com o juramento de dizer e estar com a verdade, honrando, conseqüentemente, a classe à qual pertence; A falta de **competência**, com o passar do tempo, deixará aqueles que não se interessam pelo aprimoramento e aperfeiçoamento técnico e científico às margens de sua profissão.

O advogado, seguindo essa toada, deve manter-se sempre atualizado, cujo dever, é uma imposição de ordem ética, conforme preceitua o artigo 2º, parágrafo único, inciso IV do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil., que preconiza, como dever, o aperfeiçoamento pessoal e profissional.

Vivemos, e não podemos negar, no mundo das especializações, do aprimoramento e aperfeiçoamento profissional, de forma que cada um de nós deve esboçar e buscar trilhar seu caminho com mãos próprias, lastreados em princípios de ordem moral.

Aquele que não se encontrar devidamente preparado técnica e, até mesmo, psicologicamente para vestir a profissão estará fadado ao insucesso.

De outro lado, o advogado que demonstrar real preocupação como os bens que lhe são tutelados e uma verdadeira e fiel atenção à dignidade de seu cliente ganhará mais confiança e, com certeza, beneficiará toda a classe profissional.

Não é por outro motivo que Robison Baroni afirma sua preocupação com comportamento ético do advogado, profissional de importância ímpar para a defesa de toda a sociedade. Destaca o autor, de forma lapidar, que:

Se nossa Entidade como um todo tem despertado tanta atenção e goza de enorme credibilidade nos mais diversos setores do contexto nacional, seus integrantes, seus componentes, seus inscritos, enfim, todos os que dela dependam ou a ela estejam ligados por qualquer tipo de vínculo, devem assumir compromissos maiores, erigindo os bens morais como seus valores supremos.

A Cidadania clama comportamentos de certos advogados que optaram por ficarem à margem de seus compromissos de caráter ético, seja por opção, seja por interesses escusos, pois a advocacia é, incontestavelmente, a única

profissão que reconhece e se penitencia de suas falhas publicando as punições impostas a seus filiados, ao contrário do que faz a maciça maioria que procura omitir ou acobertar as próprias mazelas, essas sim, num autêntico corporativismo profissional. (BARONI, 2001, p. 205)

Mais adiante o autor enfatiza que é preciso enfrentar os obstáculos e acreditar que é possível realizar mudanças para um melhor aprimoramento do profissional (BARONI, 2001, p. 205).

Destaca-se isso porque, nos dias hodiernos, não há mais lugar para o advogado que não estiver inter-relacionado com os problemas de seus clientes ou descomprometido com os fatores socioeconômicos. É tempo de mudanças, de repensarmos um pouco melhor no sentido que pretendemos traçar para nossas vidas. Trilhar o caminho da escuridão, da tormenta, da insensatez pode representar desejos de poucos que, movidos pelos mais ínfimos e perniciosos sentimentos, valem-se da profissão unicamente para lesar seus clientes e benefício próprio. O caminho da segurança, da honradez, por seu turno, talvez seja árduo demais para percorrer, mas, não podemos esquecer que somente ele trará a justa recompensa ao profissional, mesmo que isso demore algum tempo.

Entrementes, não se pode olvidar que a sociedade pede constantemente que novos caminhos sejam desenhados e dogmas antigos sejam rompidos em prol, evidentemente, do bem comum.

Por tudo isso, oportuno citar as lições da voz moderna e insuperável de Luiz Edson Fachin ao citar, em sua obra, o poeta Fernando Pessoa, quando este diz que:

Procuo despir-me do que aprendi.
Procuo esquecer-me do modo de lembrar que me ensinaram
E raspar a tinta com que me pintaram os sentidos,
Desencaixotar as minhas emoções verdadeiras,
Desembrulhar-me e ser eu...
É preciso esquecer a fim de lembrar,
É preciso desaprender a fim de aprender de novo. (PES-
SOA, apud FACHIN, 2005, p. 5)

De fato, acredita-se que talvez seja este o momento de pensar um pouco melhor a atividade desenvolvida pelo advogado, principalmente no que diz respeito às suas obrigações e aos reflexos que podem ocorrer no campo da responsabilidade civil, questões que poucos aceitam debater.

O advogado que se almeja, ou que toda sociedade exige, é aquele que luta pela dignidade da pessoa humana, pelos princípios de justiça e pela firmação do Estado Democrático de Direito.

Fábio Konder Comparato, mais uma vez, deixa um profundo pensamento, ao consignar, com a mais refinada retórica, que quando se descortinam os horizontes de uma nova cidadania, feita de crescente participação popular no exercício das funções públicas – tanto no âmbito legislativo, quanto administrativo ou judicial – é sobre o advogado, mais do que qualquer outro profissional, funcionário público ou agente político, que recai a delicada e indispensável tarefa de defender, com todos os instrumentos públicos disponíveis, notadamente o processo judicial, os grandes interesses da sociedade civil (COMPARATO, 1993, p. 48).

A sociedade, pois, reclama por um profissional respeitado, ético e, acima de tudo, preocupado com os valores do cidadão, da dignidade da pessoa humana, tão esquecida em um mundo repleto de guerra, violência e especialmente de pobreza, que não tem fronteira ou nacionalidade.

É preciso resgatar valores para re-constituir uma sociedade mais equilibrada, para que prevaleçam os direitos da pessoa humana e o respeito pela manutenção do Estado Democrático de Direito, de forma que ampliasse o escorrido acesso a uma ordem jurídica justa.

Em linhas finais, mais uma vez, trazemos as lições de Robison Baroni:

Estamos em meio a uma verdadeira batalha, e nela enfrentamos não apenas os adversários que sempre se opõem sistematicamente, mas também a letargia dos conformados, dos comodistas, tanto quanto a desconfiança dos que não consegue aceitar a defasagem entre o desejado e aquilo que é realmente possível. (BARONI, 2001, p. 205)

De fato, as batalhas que travamos são longas, pesadas e sempre nos colocam em xeque com o compromisso de defesa da classe a que pertencemos e seus respectivos valores éticos e morais. Mas temos a absoluta convicção de que nessa guerra, que venceremos, quem logrará êxito será toda a sociedade civil.

Considerações finais

Pode-se concluir que o início da advocacia está intimamente ligado à história da evolução política da humanidade. A participação do advogado é muito importante para a defesa do Estado Democrático de Direito, pois se trata de uma função social *sui generis*, que consiste na luta incansável pela manutenção da legalidade e da distribuição da justiça.

Somente o advogado tem a capacidade de restabelecer a integridade e eficácia de um direito lesado. O advogado, na sua função de liberal, no exercício de seu mister, atua com personalidade, liberdade e independência e utiliza-se de seus conhecimentos técnicos e científicos para defender os interesses de seu cliente.

A sociedade clama, efetivamente, por um profissional que esteja preocupado em bem defender os interesses daquele que se sentir lesado e, especialmente, concretizar o direito vigente.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, Ruy. *Ética profissional e o estatuto do advogado*. São Paulo: RTr, 1991.

BARONI, Robison. *Cartilha de ética profissional do advogado*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTr, 2001.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. *Programa de responsabilidade civil*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

COMPARATO, Fábio Konder. A função do advogado na administração da justiça. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 694, p. 43-49, 1993.

COUTURE, Eduardo. *Os mandamentos do advogado*. 3. ed. Porto Alegre: Fabris, 1979.

DALARI, Dalmo de Abreu. *O renascer do direito*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

FACHIN, Luiz Edson. *Teoria crítica do direito civil*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

FERRAZ, Sérgio. MACHADO, Alberto de Paula (coord.). *Ética na advocacia: estudos diversos*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

IHERING, Rudolf Von. *A luta pelo direito*. 4 ed. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1983.

LIPPMANN, Ernesto. *Defenda direito seus direitos: como escolher um bom advogado*. São Paulo: Cultura, 2002.

LOBO, Paulo Luiz Netto. 3. ed. *Comentários ao estatuto da advocacia e da OAB*. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. Responsabilidade civil do advogado. *Revista de Direito do Consumidor*. São Paulo, v. 34, p. 125-134, 2000.

REPRESAS, Félix A. Trigo. *Responsabilidad civil del abogado*. Buenos Aires: Editora Hammurabi, 1996.

SODRÉ, Ruy de Azevedo. *Ética profissional e o estatuto do advogado*. 4. ed. São Paulo: LTr, 1991.

A OTIMIZAÇÃO DAS AÇÕES OPERACIONAIS DO SISTEMA TURÍSTICO POR MEIO DE ALIANÇAS ESTRATÉGICAS

STRATEGIC ALLIANCES: CONCEPTUAL PRESENTATION OF A MODERN MODEL OF MANAGEMENT

Olympio GUEDES JÚNIOR*

RESUMO: O turismo é uma atividade econômica muito recente. Por esse motivo, ainda está buscando um melhor ajustamento administrativo para que possa se desenvolver de forma mais consistente e contínua. No Brasil, essa situação se torna ainda mais grave, pois não dispomos de recursos administrativos que possam direcionar a atividade turística para um desenvolvimento auto-sustentável, pois a forma como turismo se desenvolveu no país, criou-se margem ao aparecimento de profissionais com baixo grau de qualificação e, conseqüentemente, nenhum conhecimento sobre as exigências em vigor. Diante dessa realidade, novos modelos de gestão estão sendo admitidos. O “Sistema de Redes Turísticas” é um desses modelos. Baseado no conceito de administração estratégica, esse modelo de gestão oferece um salto qualitativo na forma de conduzir o negócio, por meio da união de forças em torno de uma unidade administrativa.

UNITERMOS: administração estratégica; cooperativismo; economia em escala; Redes Turísticas

ABSTRACT: Tourism is a relatively recent economic activity both in Brazil and in other countries. For this reason it is still in search for a better administrative adjustment in order to allow a more consistent and continuous development. In the particular case of Brazil, the situation appears even

* Mestre em Administração Turística (Centro Universitário Ibero-Americano), Mestre em Comunicação (Universidade de Marília) e Especialização em Marketing (Univem). Docente de Economia e Marketing da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – UNIMAR.

worse, since no administrative resources leading to a self-sustained development of the tourism activity is available. The ways by which tourism developed in the country led to the appearance of lower qualified professional ranks and, consequently, no specific knowledge of the needs and technicalities of the activity. With this situation in mind, new management ways and forms are being admitted and trying to show their usefulness, one of these is “Tourism Wet System”. Based on a strategic management concept, this model tries to offer a qualitative increase in the affair management through the union of forces around one management unity only. **UNITERMS:** cooperativism; economy in levels; strategic management; tourist nets.

1 Alianças estratégicas: apresentação conceitual de um moderno modelo de gestão

Talvez a melhor forma de definir alianças estratégicas em Turismo seja associá-las ao termo que as popularizou como modelo de gestão: O sistema de “Redes”. Se nos reportarmos à concepção de “rede”, e associaremos a algumas palavras como: fios entrelaçados, proteção, sustentação, ou ainda, amortecimento. Na verdade, o sistema de rede como forma de gestão é justamente a junção desses sentidos e de outros, que configurem um conjunto de “linhas”, cujo objetivo é de “atrair e imobilizar” sua “presa”.

É verdade que o sentido figurado, por vezes, pode criar uma imagem imprópria para esse sistema, mas se levarmos em consideração que a presa é o consumidor e a rede são as “armas” que o mercado tem para cativá-lo, é de se supor que quanto mais imobilizada estiver a “presa” em função da quantidade de linhas, maior terá sido a eficiência dessa teia.

O Turismo como atividade comercial está em busca da maior quantidade de linhas que possam trazer o consumidor mais próximo e mais amarrado a essa teia. Para isso, está criando novas formas de gestão.

As linhas aqui descritas podem ser consideradas como toda e qualquer ação privada ou pública que colabore para o “fechamento dos espaços” da teia, e que de forma direta ou indireta, ajude a “prender” a atenção do consumidor a ponto de “imobilizá-lo”.

O que realmente interessa nas alianças estratégicas é transformar forças que estavam dispersas em ações com objetivos muito definidos, para que possam por meio de suas atitudes individuais colaborar para o todo. Sobre essa relação de cumplicidade, Poirier escreveu que

por definição, as empresas parceiras devem estar preparadas para abandonar uma parte de sua independência tradicional, ou seja, de sua posição de força, na busca de maiores oportunidades. (1997, p.123)

Esse modelo de gestão, unindo todas as forças turísticas disponíveis já está sendo muito difundido nas principais cidades turísticas do Brasil, mas ainda é muito condicionado a iniciativas públicas, já que a maior parte dos investimentos, desse elo da corrente.

Apesar de parecer um paradoxo, os significativos avanços que o incremento da atividade turística pode trazer para uma região não bastam para seduzir algumas prefeituras a investir de maneira clara nesse processo. Isso gerava um grande desconforto entre os empresários do setor.

Esse quadro perdurou por alguns anos, até que o próprio instinto de sobrevivência do setor ficou incumbido de criar um a nova forma de gestão, que, se não excluía a figura do poder municipal, ao menos criava mecanismos para sua viabilidade sem essa importante peça, substituída por ações mais organizadas, a fim de baratear os custos operacionais.

Diante dessa nova realidade, nascia um conceito de “Turismo em Rede”, fundamentado na idéia das alianças estratégicas, que busca agregar o maior número possível de elementos para compor um quadro turístico favorável, e retira o que cada participante possui como excelência e que seja exequível e comum a todos os outros participantes desse modelo de gestão.

Sobre esse fato Zacarelli escreveu: “[...] existem várias situações em que as empresas que produzem o mesmo produto têm sucesso simultâneo, nesse caso não haverá competição, apenas cooperação” (2002, p.67).

Nesse sistema, toda e qualquer tipo de experiência individual que tenha aplicabilidade coletiva é prontamente repassada aos demais. Isso estimula o crescimento uniforme de todos, em última análise, fortalece a região turística em questão, como confirmou Ângela Valério, agenciadora turística na cidade de Marília (SP), e que periodicamente mantém relações comerciais com a Rede de Turismo de Maringá (PR), umas das mais atuantes do Brasil:

Estamos sempre em contato com a Rede de Maringá (PR), apesar de estarmos geograficamente um pouco distantes (cerca de 250km), o sistema de rede facilita sobre todos os aspectos, que vão desde a grande variedade de passeios que esse sistema oferece, até uma melhor padronização no valor médio das diárias e na qualidade dos serviços prestados, o que sem dúvida vem ao encontro as exigências das pessoas que procuram nossa agência, que via de regra buscam passeios mais diversificados em uma mesma viagem a um custo relativamente baixo, bem adequado ao perfil do consumidor brasileiro. (Entrevista Ângela Valério)

O Sistema de Rede Turística, principalmente o regional, tem esse grande diferencial em relação aos sistemas mais amplos de gestão. O contato com os intermediários do processo (as agências) e com o seu público-alvo é muito mais estreito que no primeiro caso, já que há um esforço por parte dos participantes da rede em oferecer vantagens simultâneas nos passeios realizados na região, onde os pacotes turísticos são comercializados. Isso demonstra as vantagens conjuntas desse tipo de passeio no que tange a preço e diversidade.

Dentro desse espírito de cooperação e de desenvolvimento do turismo regional, os empresários envolvidos vão dando sua colaboração de acordo com suas experiências bem sucedidas já que a maneira pessoal de administrar o seu negócio é preservada e não há interferência por parte do sistema central.

Nessa liberdade de ação individual e a força coletiva do processo são o grande mérito desse sistema, pois as deficiências individuais são compensadas pelo esforço conjunto para a eliminação.

De acordo com Silva: “[...] uma rede é formada quando cada componente reconhece a competência e a capacidade de influência e de ação de um outro” (2000, p.89).

2. Abordagem funcional do sistema em redes fundamentado nas alianças estratégicas

O Sistema de Redes não pode ser considerado conceitualmente como revolucionário. Na verdade, a sua concepção advém de uma adequação do já difundido sistema de cooperativas, o qual tem sua constituição jurídica baseada na Lei 5.764 de 1971. Porém, conceitualmente o sistema de redes turísticas, da forma como hoje é efetivado, não pode configurar uma cooperativa, já que não existe uma relação formal entre cooperado e cooperativa.

Um outro modelo muito similar é o sugerido pelo associativismo, cuja concepção prioriza o bem comum de seus associados em função do coletivo, abandonando assim ações isoladas que muito pouco colaboram com o desenvolvimento das ações de marketing. Porém, esse modelo propõe uma relação jurídica de associação e associados que não corre no sistema de redes.

A formação do sistema de Redes Turísticas no Brasil é um processo bem mais recente e está diretamente associada ao conceito de alianças estratégicas, no qual a colaboração entre as várias empresas é feita de forma informalmente, conforme sugere o modelo da Rede Turística de Maringá-PR. Entretanto, podem haver configurações mais formais.

O modelo organizacional baseado nos princípios da administração estratégica começou a ser utilizado no Turismo no Brasil na segunda metade da década de 90, quando ocorreram grandes modificações econômicas no país, principalmente com a implantação do Plano Real em 1994 e a maxidesvalorização do real em 1999.

Ao contrário do cooperativismo e associativismo, o sistema de redes se caracteriza pela independência gerencial e pela grande flexibilidade na tomada de decisões.

A maior similaridade entre os três sistemas porém, ocorre em relação às estratégias de ação, sempre baseadas em alianças que buscam otimizar os recursos disponíveis:

[...] a formação de alianças estratégicas tornou-se no mundo dos negócios uma competência essencial a qualquer tipo de organização, onde a interligação dos mercados, o acesso à informação dos grupos sociais diversos que compõem uma sociedade global, o crescimento do nível de exigência da pessoas, provocaram a necessidade de as empresas reformularem profundamente e estabelecer regras inovadoras para se manterem no jogo da competitividade”. (FISCHER 2002, p.115)

O sistema de redes busca resultados bem definidos, a razão de sua existência como segue:

- Alavancagem na força competitiva de cada uma das empresas participantes em função da força coletiva;
- Acesso mais rápido e intenso a vários recursos (tecnológico, financeiro, comerciais, humanos) que antes estavam distantes para cada empresa isoladamente;
- Estruturação e otimização no processo de controle e avaliação, incluindo ajustes mútuos sistêmicos;
- Divisão dos riscos inerentes ao negócio;
- Fortalecimento do produto ou serviço com adição de valor;
- Melhoria de desempenho do produto ou serviço, redução de custos, criação de novas utilidades no produto turístico, maior competitividade, imagem ampliada dos produtos etc.);
- Melhor acesso ao mercado e consolidação de vantagens competitivas;
- Fortalecimento das operações produtivas por intermédio de melhores processos, otimização das instalações, desenvolvimento de padrões operacionais;

- Aumento da capacitação tecnológica, alavancando a base tecnológica e a criatividade em pesquisas e desenvolvimento;
- Intensificação e afirmação do processo estratégico, superando as barreiras com as entradas nos vários segmentos turísticos;
- Identificação e exploração de novas oportunidades;
- Aprendizado conjunto e evolução organizacional com a concentração de esforços, que é essencial para o negócio em parceria;
- Desenvolvimento da capacitação financeira mediante qualificação conjunta, barateando os custos administrativos e nor-teando investimentos;
- Desenvolvimento e consolidação de sinergias mais bem estruturadas e amplas.

Como é de fácil constatação, o Sistema de Redes engloba vários temas administrativos, como custos, logística, estratégias mercadológicas entre outros. Porém, o mais importante é a força que faz funcionar: a sinergia entre as empresas, pois segundo Petrocchi “Sinergia é a situação em que a junção de duas ou mais partes é diferente da soma aritmética da parte” (1998, p. 135).

3. A sinergia atuando com ferramenta na busca de resultados

O turismo é especialmente sinérgico, mas essa característica ainda não foi percebida pela grande maioria dos empresários. O empresariado nacional tem uma forma de administrar as ações de sua empresa focada em metodologias aplicadas na segunda metade do século XX, quando a hierarquia e a centralização predominavam, havendo pouca participação das partes subalternas no processo decisório. Naquela época, pensar em cooperação entre concorrentes era algo ainda muito distante da realidade.

As empresas e poder público, principalmente prefeituras, pertencentes a uma mesma região deveriam administrar de forma conjunta as oportunidades que o turismo oferece. Entretanto, essas

ações conjuntas são muito raras e difíceis de serem executadas, principalmente em função da cultura empresarial descrita acima, na qual os interesses pessoais prevalecem.

A grande desconfiança em relação à concorrência é apontada como o principal motivo para que esse processo não se desenvolva. O que não é razoável porém, é deixar de usufruir de alguns benefícios, principalmente os de cunho administrativo que a Sinergia Administrativa pode oferecer a seus participantes:

- Auto-afirmação nas tomadas de decisão
- Visão mais ampla dos problemas e carências
- Maior visualização das alternativas mercadológicas
- Troca de experiências administrativas entre os participantes

O processo sinérgico na administração é baseado na junção de forças para uma causa, podendo ainda assumir um perfil mais concreto e atuar de forma direta na estrutura administrativa das empresas. Para tanto, divide-se a sinergia em pelo menos três aspectos básicos:

- 1. Sinergia de Marketing:** consiste em oferecer ofertas inter-relacionadas, publicidade, promoção, eventos e vendas vinculada. Isso aumentará a estrutura de marketing e potencializará a oferta de produtos turísticos. Nesse mesmo contexto, poderão ser utilizados os mesmo canais de distribuição e equipes de marketing. Isso barateará de forma significativa os custos finais do processo de marketing.
- 2. Sinergia Operacional:** consiste na utilização racional de toda a estrutura disponível de forma compartilhada. Esse compartilhamento levará a vantagens competitivas para a parte operacional do negócio. Por exemplo a utilização de pessoal de forma rotativa para execução de tarefas similares, além de translados e utilização de meios de transporte. Além d há outras vantagens: compartilhamentos de custos variá-

veis, vantagens no treinamento de pessoal, compras conjuntas etc.

3. Sinergia de Investimentos: essa etapa é principalmente de ordem governamental e serve como forma de fortalecimento do grupo nas discussões de interesses comum: instalação de novos sistemas de iluminação, pavimentação e até saneamento básico.

O processo multiplicador que a sinergia traz é, portanto, seu grande diferencial, e nele reside a essência da administração em rede. A força coletiva pode levar as empresas participantes a um salto grandioso de qualidade, tanto em questão subjetivas quanto objetivas. Esse salto não seria possível com a descrita centralização administrativa, na qual foram baseadas as formas de gestão nos últimos tempos.

O Sistema de Redes Turísticas focado no modelo de gestão da administração estratégica teoricamente, uma forma bastante eficaz para otimizar todas as variáveis do Sistema Turístico.

Na busca da comprovação da aplicabilidade das teorias administrativas e na forma de gestão defendida no Turismo em rede, tornou-se necessário criar parâmetros que comprovem de maneira funcional como as teorias administrativas reagiriam diante de uma situação real de mercado e quais seriam seus resultados práticos.

Para tanto, foi realizado um estudo baseado em regiões que adotam esse sistema como forma de gestão, como é o exemplo da Rede de Turismo Regional de Maringá, que já atua dessa forma num período superior a cinco anos e se tornou modelo de gestão do turismo em rede, com resultados práticos da eficácia desse sistema.

Para chegarmos a resultados conclusivos, foram realizadas pesquisas a fim de levantar informações sobre os benefícios desse modelo de gestão, bem como detectar avanços no cotidiano das empresas participantes e a forma como isso vem ocorrendo.

Optou-se pela análise de eficiência e da eficácia do sistema em redes por meio das suas ações operacionais, se justifica por que as empresas têm no resultado individual o parâmetro para o resultado da rede.

4. O modelo da Rede Turística de Maringá

O Sistema de Redes Turísticas ainda é uma forma de gestão pouco utilizada no país, porém há algumas redes que já se encontram em perfeito funcionamento e dando resultados práticos aos seus participantes, como é o caso da Rede Turística de Maringá (PR) que tem como objetivo o desenvolvimento e a potencialização dos negócios na região a qual pertence.

4.1 O ponto de partida para a implementação do Sistema de Redes

O setor turístico é cercado de muitas particularidades e que, durante anos, vem atrasando seu desenvolvimento como atividade econômica rentável. Assuntos importantes como baixa qualificação - do empregado e do empregador -, desconhecimento das variáveis do mercado, limitam a implantação de uma forma de gestão abrangente para o setor.

A maior resistência ocorre por causa da teorização sobre sistemas administrativos, o que na maioria dos casos gera um desinteresse imediato dos participantes. Por isso, o Sistema de Redes Turísticas segue um modelo conceitualmente bastante simples, baseado em ações conjuntas em benefício da coletividade e diminuiu para o empresário a dura missão de criar rotinas administrativas para a condução de seu negócio. O sistema também constitui um elo entre a oferta e a demanda turística.

A grande virtude do Sistema de Redes de Maringá conforme relatos de seus integrantes, é sua forma de gestão cooperativa, que resultou num percentual de satisfação de 87%. Questões de ordem técnico/administrativa estão sendo coordenadas por uma empresa terceirizada, muito próximo portanto do modelo de consultoria em-

presarial, em que o único vínculo legal entre as partes contratantes do serviço e a empresa é a cobrança de uma mensalidade.

Essa isenção administrativa, tão desejada nas grandes empresas, veio anular um dos grandes entraves ao desenvolvimento desse setor, a administração paternalista do negócio, que em muitos casos ,causava limitações significativas na forma de administrar e de conduzir os rumos do negócio.

A entrada e saída de empresas participantes fica condicionada ao desejo de continuidade de participar do sistema. Havá apenas um vínculo contratual para regular as atividades já em andamento, garantindo assim a continuidade das atividades para todo o grupo em caso de desistência de uma das partes contratantes.

Tal flexibilidade reflete em uma maior tranqüilidade sobre a contratação dos serviços em épocas de baixa-temporada. Esse fator preocupava a grande maioria dos empresários em decorrência principalmente do fenômeno da sazonalidade, muito sentido no setor turístico e que atinge o faturamento dessas empresas.

4.2 Metodologia para a execução das tarefas no Sistema de Redes

Segundo os idealizadores do Sistema de Redes de Maringá, não há uma conduta única para a execução das tarefas, já que essas decorrerem do eventual problema em questão.

O que há de concreto é um monitoramento das ações realizadas baseada principalmente no modelo sugerido pelo SISTUR (Sistema de Redes Turísticas) Nesse caso, o foco das ações recai sobre a parte operacional do sistema, com reflexos diretos nos demais sub-sistemas.

As informações para as tomadas de decisões são originárias de duas fontes: *a própria rede* por meio de serviços prestados e das *empresas da rede*, que estabelecem a mesma informação e particularidades sobre sua atividade em especial

De posse dessas informações, o escritório da Rede parte para a organização, buscando detectar a maior quantidade possível de in-

formações e carências a ser solucionadas, priorizando problemas de interesse comum, quase sempre relacionados à questão de demanda.

A metodologia para a seleção e análise dos problemas segue a seguinte ordem:

- 1. Oportunidades e ameaças do ambiente externo:** nessa fase preliminar do processo, são analisados os fatores que possam atingir o perfeito funcionamento da atividade turística. Fatores de ordem macroeconômica – inflação, taxa de juros, etc-, questões de caráter setorial – como análise do desempenho do setor turístico no tempo presente e, principalmente, projeções para o tempo futuro.
- 2. Análise de ambiente interno:** a fase de análise de ambiente interno está relacionada ao maior número de qualidades turísticas que a rede possa oferecer, além de tentar atenuar às deficiências da mesma. Dessa forma, na análise do ambiente interno irá ser trabalhada pela rede a tentativa de aproximação conceitual dos vários negócios envolvidos e oferecidos, para assim formar um perfil comercial para a rede como um todo. O objetivo dessa conduta é que as empresas consigam desfrutar de ganho em escala decorrente dessa unidade. Para que isso ocorra, questões simples terão que ser respondidas, como por exemplo: Qual o objetivo do negócio? Qual é o objetivo da Rede? Qual a missão individual de cada empresa no processo? Quais são os recursos disponíveis para potencializar essa região? Enfim, nessa etapa encontra-se a unidade de objetivos gerais da rede e o que se espera dela em relação ao seu rendimento futuro.
- 3. Formulação das estratégias:** essa fase do processo é inevitavelmente a mais demorada e a mais desgastante. Por se tratar de questões de consenso geral, as tomadas de decisões sempre ficam prejudicadas por interesses pessoais,

o que pode ocasionar uma demora nos rumos a serem seguidos. Em casos em que não há um consenso, a própria administração da Rede Turística oferece saídas técnicas para o problema.

O funcionamento e a discussão dos rumos da Rede Turística acontecem mediante algumas etapas:

- Em reunião realizada com os integrantes da rede, esta ouve as necessidades e os objetivos individuais, verificando as estratégias empresariais dos participantes de forma separada, tabulando as questões mais recorrentes e os problemas eventuais, tanto de ordem individual quanto de ordem operacional em relação ao próprio sistema. Posteriormente, os assuntos são organizados em uma escala de prioridades, objeto de estudo e ação para as próximas fases do processo. Nessa fase, também há a troca de experiências e a sugestão para planos de ação da rede.
- Realizada a primeira etapa, a próxima é elaborar uma estratégia única para toda a rede, utilizando, para isso informações contidas na etapa anterior e as decisões nela tomadas. Aqui já não cabe mais a discussão de assuntos individuais, e sim os coletivos, como a otimização do produto turístico, melhoria na infra-estrutura, formulações de eventos conjunturais etc.
- A última etapa para as formulações das estratégias, consiste em transformar o plano de ação em plano de execução. É quando as estratégias previamente definidas serão testadas antes de atingir sua forma definitiva. Nessa etapa as ações terão que comprovar sua aplicabilidade por meio da utilização máxima dos recursos disponíveis.

4.3 Implementação das estratégias

Nessa etapa, a rede atua de forma mais independente e intensa, pois, a partir desse estágio do processo, a ação de articular todas as variáveis discutidas nas etapas anteriores passa a ser responsabilizada da própria rede, a qual possui todas as ferramentas técnicas para a implementação das estratégias previamente definidas.

Diante da determinação das estratégias empresariais, a rede escolherá a melhor maneira de viabilizar as escolhas, utilizando metodologias gerenciais específicas, além de buscar parcerias que facilitem o processo de execução das tarefas. Nesse sentido, o sistema de redes torna-se um diferencial na forma de gestão, pois, diante da quantidade de empresas envolvidas, a penetração da rede nos vários segmentos se torna maior, pois não se está negociando com apenas uma empresa e sim com toda rede.

Algumas questões ficam facilitadas:

- Capacidade ampliada de utilização de recursos públicos para fins específicos da rede, como utilização de espaços públicos e melhora na infra-estrutura, tanto de ordem local como regional.
- Facilidade na formação de cursos de qualificação para funcionários e empresários em função da quantidade de pessoas envolvidas
- Possibilidade potencial da formação de uma rede de compras unificada, para criar força nas negociações e obter queda nos preços.

O grande diferencial da rede em relação à empresa isolada, consiste no benefício gerado pela sinergia dos negócios. Segundo essa concepção, todos os fatores necessários para a condução de uma estratégia de implementação ficam otimizados em função da magnitude da rede. Dentre eles, podemos citar liderança única e mais forte,

cultura organizacional mais bem estruturada, além da formulação de metodologias próprias e adequadas para todo o sistema.

O controle estratégico e o monitoramento das ações ocorre por meio do fornecimento de informações semanais dos participantes para a central da rede. A central tabula e organiza todas as informações e resultados recebidos de forma individualizada e os transforma em dados objetivos.

O sistema já conseguiu desenvolver ações organizacionais que muito podem contribuir para a sustentabilidade das empresas do setor, criando o conceito de turismo regionalizado e abrindo novos horizontes dentro da atividade turística. Além disso, criou novas opções de renda para pequenos municípios do interior do país, que ainda carecem de alternativas para seu crescimento e para geração de renda à população.

REFERÊNCIAS

- ACERENZA, Miguel Angel. *Promoção turística: um enfoque metodológico*. São Paulo: Pioneira, 1991.
- ANDRADE, José Roberto de Lima. *Uma contribuição à análise econômica da demanda por turismo*. Dissertação (Mestrado em Relações Públicas, Propaganda e Turismo) ECA/ USP, 2002.
- BALANZÁ, Isabel Milio. *Marketing e comercialização de produtos turísticos*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- DENCKER, A. F. M. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. 2. ed. São Paulo: Futura, 1998
- EMBRATUR. Anuário Estatístico *EMBRATUR*. Brasília, 2000, v.27.
- FISCHER, Rosa Maria. *O desafio da colaboração*. São Paulo: Editora Gente, 2002
- FOSTER, Richard N. *Por que empresas feitas para durar não são bem sucedidas*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002.
- PETROCCHI, Mário. *Turismo, planejamento e gestão*. São Paulo: Futura, 1998.
- POIRIER, Charles. *Otimizando sua rede de negócios*. São Paulo: Futura, 1997.

SILVA, Francisca Paula de Santos. *Turismo em rede: uma teia de múltiplas relações*. Faculdade Turismo Bahia, 24º Congresso ABAV.

SILVA, Mario Celso Marcondes e. *Competência e resultados em planejamento estratégico de recursos: um fator diferencial da empresa moderna*. Rio de Janeiro: Qualitymark, Ed. ABRH-Nacional, 1999.

ZACARELLI, Sérgio B. *Estratégias de sucesso nas empresas*. São Paulo: Saraiva, 2002.

ADOÇÃO DE ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS A PARTIR DA HISTÓRIA DAS ORGANIZAÇÕES: SUA UTILIZAÇÃO COMO FERRAMENTA NA GESTÃO DOS NEGÓCIOS

THE ADAPTATION OF BUSINESS STRATEGIES FROM ORGANIZATIONS HISTORY: ITS USE AS A TOOL IN BUSINESS ADMINISTRATION

Daniel Paulo FERREIRA¹

Fabiane Rocha Rodrigues FERREIRA²

RESUMO: O mercado vem exigindo das instituições imediatas e precisas estratégias de mudanças e/ou adequações aos fatores externos à empresa. Com o conhecimento da história empresarial e suas peculiaridades – a questão da temporalidade, da localização geográfica, do clima e da cultura organizacional, das características gerenciais adotadas durante a sua existência –, os administradores têm uma ferramenta gerencial de grande valia nas tomadas de decisões. É possível imaginar que o entendimento da cultura desenvolvida no interior da empresa auxiliou seus gestores nos processos de tomadas de decisões e nas definições sobre futuras estratégias de mercado e produção. Os processos de análise e diagnóstico possibilitam a redefinição de estratégias e, muitas vezes, a reformulação de estruturas organizacionais.

UNITERMOS: cultura organizacional; estratégias empresariais; gestão da informação; história de empresas; memória.

ABSTRACT: The market has been demanding from the organizations accurate and immediate strategies of changes and/or adaptation to the external agents. With the knowledge of the company history and its peculiarities – temporality, geographic location, climate (mood) and organizational cultu-

1 Mestre em Administração, Educação e Comunicação pela UNIMARCOS, São Paulo. Docente da FATEC-Ourinhos-SP.

2 Mestre em Letras pela FCL-UNESP, Assis-SP. Docente da FATEC-Ourinhos-SP.

re, management flatures adapted during its existence – the managers have an administration tool that is very important in decisions making. It is possible to imagine that the understanding of the culture that has developed inside the company helped its managers in the decisions-making process and also in definitions about future market strategies and production. The processes of analysis and diagnosis of these periods allow the organizations to redefine its strategies and, most times, to reformulate its organizational strutures. **UNITERMS:** business history; business strategies; information management; memory; organizational culture.

1. Introdução

O mercado globalizado exige imediatas e precisas estratégias de mudanças e/ou adequações aos fatores externos. Por isso, os gestores precisam conhecer intimamente os fatores responsáveis pelo sucesso ou fracasso ocorridos na organização. Também, é necessário que os gestores tenham relatos e informações sobre a maneira pela qual outras organizações superaram momentos de crise e maximizaram os resultados nos períodos de estabilidade do mercado.

Conhecer a história empresarial e suas peculiaridades, a questão da temporalidade, da localização geográfica, do clima e da cultura organizacional, das características gerenciais adotadas durante a sua existência, pode transformar-se em ferramenta gerencial de grande valia nas tomadas de decisões.

Por isso aumenta o número de estudos voltados para o conhecimento da história das empresas, isto é, com a história empresarial, pode-se diagnosticar e analisar o conjunto de crenças, valores e conceitos adquiridos pela organização durante a sua existência. Por meio da análise dessa história verificam-se duas transformações ocorridas que desencadearam o processo de evolução ou de declínio.

A partir do momento em que as empresas começam a gerenciar suas operações de forma mais profissional e menos empírica, há preocupação com a sua história. A cultura desenvolvida no interior da empresa auxiliou os gestores nos processos de tomadas de decisões e nas definições sobre futuras estratégias de mercado e produção. No entanto, faltam nos cursos superiores, disciplinas com

conteúdos ou temas que destaquem a importância e necessidade de análise e preservação da história das instituições.

Sabe-se que a cultura acadêmica e empresarial brasileira não percebe a importância desse tipo de investigação. As poucas referências bibliográficas existentes são traduções e apresentam uma realidade que não é a nossa, pois são produzidas fora do país.

O exame nesse campo de estudos mostra que os historiadores empresariais aparecem na primeira década do século XX, considerado como o marco inicial do desenvolvimento das pesquisas nessa nova área de conhecimento.

O Centro de História Empresarial de Harvard fundado por Arthur Harrison Cole, em 1944, estudava as empresas, inseridas no contexto da história social. Alguns estudiosos pertencentes a esse grupo como, Talcott Parsons, por exemplo, consideravam de grande importância a capacidade de gestão do empresário e o seu prestígio social.

Atualmente, na França, os acervos são preservados na seção de História de Empresas no Arquivo Nacional de Paris e nos Arquivos Departamentais. Após uma rigorosa classificação, os documentos são catalogados por tipos ou espécie, tais como: serviços de estudo, comerciais, direção geral, patrimônio, formação de empresa.

Considerando que o comportamento das empresas forma-se por meio da combinação de fatores ambientais e fatores internos, a história empresarial pode se constituir em uma ferramenta de grande valia para intensificar os estudos do desenvolvimento das organizações, uma vez que se coloca justamente no ponto de interação das relações entre a empresa e comunidade.

No Brasil, ao contrário dos países como a França, os documentos e/ou arquivos das empresas, embora contivessem valiosas informações a respeito do seu passado, bem como dados que poderiam facilitar a investigação e o desenvolvimento da história da instituição, não eram reconhecidos como ferramentas capazes de nortear ações dos atuais e futuros gestores da organização.

As empresas do passado não se preocupavam com seus arquivos, nem com a guarda e preservação dos documentos relacionados à

sua história, nem com a sua importância para a pesquisa na área empresarial. Por isso esses documentos eram “estocados” ou deixados em depósitos abandonados, sem qualquer critério de classificação e ordenação. Algumas vezes, era, até mesmo, descartados.

Antes da década de setenta, os empresários criavam dificuldades para o acesso à documentação existente nas empresas. Isso impossibilitava a pesquisa. Os empresários não percebiam como esse material poderia tornar-se útil para análise mais eficaz de sua história, bem como para perpetuar sua trajetória empresarial. A partir das últimas décadas do século passado, as organizações têm-se preocupado com a sua memória e, por isso, há interesse na preservação dos documentos e na organização de arquivos. Esse fato facilita e propicia relevantes informações sobre a empresa e sobre a economia em geral.

No Brasil, as associações e institutos industriais e comerciais, possuem em seus acervos documentos como livros de ata de reuniões de diretoria, atas de conselhos fiscais, de contabilidade, relatórios anuais das empresas etc. Nesse acervo, é possível informar-se sobre decisões, estratégias, aproveitamento da mão-de-obra, tecnologias adotadas pelas instituições. A análise de todas essas fontes disponíveis dará ao pesquisador, todas as estratégias utilizadas e adotadas ao longo da existência da empresa. Com isso, torna-se fácil analisar e entender o êxito atingido durante as atividades das instituições.

Os investigadores ligados à área da história empresarial e/ou história dos negócios possuem, como objeto de pesquisa as organizações e associações, industriais e comerciais, nas quais poderão encontrar-se relatórios, atas com os mais variados assuntos, estudos de vários segmentos de mercado, documentos com gráficos estatísticos. Com esses dados, o pesquisador poderá verificar, com um bom resultado, a ascensão ou declínio das organizações.

Do ponto de vista metodológico, a história empresarial e/ou história dos negócios utiliza técnicas de pesquisa qualitativa, apoiando-se fortemente na análise de documentos e de entrevistas.

Embora o termo pesquisa qualitativa contemple diferentes enfoques teóricos e metodológicos, para os fins desse estudo, adota-se uma caracterização genérica, pois a pesquisa qualitativa não procura enumerar ou medir os eventos estudados, nem empregar instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, os quais vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo as perspectivas dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo.

2. A História Empresarial

Países como os Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e França possuem um acervo significativo relacionado e as universidades desses países têm incentivado a comunidade acadêmica a trabalhar neste campo.

Os Estados Unidos estão na vanguarda neste assunto e apresentam maior quantidade de trabalhos publicados. Porque têm maior número de universidades envolvidas com esta temática e conseqüentemente, mais pesquisadores. As empresas diante disso, as empresas desses países, principalmente as instituições norte-americanas, têm percebido a importância de estudos que tracem a sua trajetória.

Dentro da linha de estudos de história empresarial, os historiadores norte-americanos resistiam em discutir e escrever sobre assuntos relacionados às mudanças estratégicas, sobretudo com a influência exercida pela cultura organizacional sobre o desenvolvimento da empresa.

A obra de Gabriel Kolko, *The Triumph of Conservatism: Reinterpretation of American History, 1900-1916*, publicada em 1963, modificou a maneira como os historiadores utilizavam a história das empresas em seus estudos. Eles a viam como mera narração de fatos e passagens vividas pelas organizações, mas, não utilizavam a história empresarial como uma ferramenta que pudesse ajudar na análise,

na comparação e nas estratégias que as empresas adotavam para obterem sua expansão e conseqüentemente seu sucesso.

Na França e na Inglaterra, os estudos e as investigações sobre a história empresarial desenvolveram-se, de forma mais intensa, a partir da década de 1950, os métodos consistiam em colocar a história das empresas numa perspectiva social, ou seja, a empresa deveria estar inserida no contexto social. O empresário era visto dependente dos acontecimentos e da situação econômica vigente. Atribuía-se, então, ênfase à capacidade gerencial e ao prestígio social do empresário de acordo com seu *status* ocupado na sociedade.

Na França, tais estudos foram mais influenciados pelo marxismo, sob o ponto de vista macroeconômico, do que nos Estados Unidos, pois os franceses tratavam a história empresarial sob uma forma de fusão global e social.

Durante várias décadas, praticamente desaparecerem os trabalhos desenvolvidos de forma empírica a respeito das organizações isoladas e preocupadas com a forma de gestão interna. Esses trabalhos foram praticamente deixados de lado, privilegiando o desenvolvimento da história comparada das empresas numa perspectiva globalizada.

A partir da década de 1970 a história empresarial se amplia e passa a considerar as organizações em seu contexto socioeconômico, questionando o papel dos empresários, do Estado e, ainda, o papel do empresário por meio dos órgãos de classe.

Na década de 1990, autores como Salama (1994, p. 35) destacaram que estudar a história de uma empresa significa

[...] compreender o seu passado e a sua cultura. Essa cultura da pesquisa organizacional implica que o melhor administrador para uma determinada empresa talvez seja aquele que consiga entender e respeitar a história da companhia e contribuir para o desenvolvimento dela.

Para Pettigrew (1979), é interessante examinar uma organização como um sistema contínuo com passado, presente e futuro,

considerando a história e o futuro da empresa, relacionando-os com o presente.

Buscando resgatar alguns estudos considerados clássicos na área, é importante destacar que, em 1951, Jaques já ressaltava a pertinência de se investigar o desenvolvimento organizacional a partir de um enfoque histórico.

Segundo o autor, para compreender o processo presente, ele estudou o passado organizacional. Na sua obra *A inconstante cultura de uma empresa (The changing culture of a factory)*, analisou o processo evolutivo, velocidade e crescimento da empresa. Concluiu que, para entender o atual estágio, tornava-se imprescindível considerar a dinâmica de eventos importantes durante o desenvolvimento da organização.

Greiner (1972) também entende que o passado de uma empresa fornece indícios para sua administração que são importantes para seu sucesso. Sustenta, ainda, que as empresas em crescimento passam por cinco estágios diferentes de desenvolvimento – criatividade, direção, delegação, coordenação e colaboração – e cada um deles sofre influência de seu antecessor. Considera que, se a administração for consciente de sua história, poderá prever sua próxima crise e preparar-se para enfrentá-la.

Estudiosos do assunto como Kimberley et al. (1980) observam que as organizações possuem períodos ou ciclos que independem de sua idade cronológica. Afirmam também que é possível diagnosticar o comportamento das organizações a partir de uma combinação de fatores ambientais e fatores internos, os quais permitem compreender conceitos e modelos importantes para vários ciclos das organizações.

Smith e Steadman (1981) conseguiram convencer os empresários a incorporarem a história empresarial ao planejamento corporativo, ao desenvolvimento da administração, do marketing, ao apoio legal às relações públicas e às atividades de desenvolvimento de arquivos. Os autores utilizaram como exemplo a experiência já vivenciada pela Citicorp que, como parte de um esforço de planejamento de uma década, tratou o caráter corporativo e seu sucesso em

longo prazo, não com dados puramente estatísticos, mas considerando também o processo histórico.

Segundo Geelhoed e Marsh (1985), a maioria das organizações possui um instrumento que a gerência omite em seu processo administrativo. Independentemente do tamanho da organização, geralmente existem lacunas em suas histórias.

As organizações são semelhantes a nós, pessoas físicas, muitas vezes estamos tão preocupados em realizar nossas tarefas do cotidiano que nem sempre possuímos tempo para avaliar os nossos planos e atos do passado. Tanto os indivíduos quanto as organizações dificilmente analisam e refletem sobre as estratégias, procedimentos e políticas adotadas no passado, mesmo que essas ações, atos e procedimentos integram as decisões de hoje e das estratégias e objetivos futuros.

Geelhoed e Marsh ressaltam que os fatos ocorridos no cotidiano das empresas dificilmente são gravados, a fim de que as histórias possam contar como as operações individuais de pequenos empresários podem se tornar grandes corporações.

Algumas organizações atuantes no mercado, que gozam de um bom prestígio junto à sociedade, começaram a perceber a utilidade de organizarem os conhecimentos e fatos relacionados às essências que fizeram com que as companhias crescessem, se desenvolvessem e conseqüentemente prosperassem.

Gerentes e administradores, com um amplo conhecimento do passado das organizações, poderão desenvolver e aumentar suas habilidades e competências em diagnosticar possíveis problemas, avaliar e reavaliar as políticas internas e externas, criar estratégias, mensurar o desempenho obtido, bem como nortear os rumos estabelecidos por meio deste conjunto de fatores que são imprescindíveis para o crescimento e expansão da instituição.

Portanto, a história da organização pode ser vista como uma ferramenta gerencial muito útil e de suma importância para o seu desenvolvimento.

De acordo com os autores (1985), a história empresarial atualmente é desenvolvida a partir de seis áreas ou focos de interesse:

- a) o aumento de operações de larga escala;
- b) o aparecimento de grandes empreendimentos em outras economias capitalistas comparadas com os Estados Unidos;
- c) a influência dos meios de transportes e comunicação nos negócios norte-americanos;
- d) a história da empresa industrial de extração;
- e) desenvolvimento dos regulamentos históricos do setor público; e
- f) a importância da política de gestão ambiental.

Enfim, todo esse desenvolvimento relacionado a tal área de investigação mostra, como os gestores enfrentam e solucionam os conflitos surgidos em seus negócios.

A disseminação e o interesse em relação à história empresarial, assim como seu reconhecimento como uma ferramenta capaz de auxiliar na gerência dos negócios são uma oportunidade eficaz para aprimoramento e desenvolvimento de programas de histórias empresariais que envolvam as corporações e as universidades.

Tais programas cooperativos prometem não só avançar a capacidade do mecanismo na solução de problemas e conflitos das organizações, mas também ampliar as investigações universitárias e a missão dos serviços oferecidos pelo setor público.

Pelo fato de as empresas estarem utilizando cada vez mais suas histórias, maior também tem se tornado o número de historiadores de negócios no âmbito acadêmico.

Para Abbott-Carl (1989), o conhecimento da história da instituição facilitará na elaboração de estratégias que farão parte das ações do processo de planejamento, tornando seus resultados mais eficazes para o alcance de metas futuras.

A abordagem de situações de planejamento com questões históricas oferecem praticidade na definição e exame dos cenários institucionais e teoria das situações.

O pensamento histórico poderá ajudar os articuladores/planejadores empresariais a definirem políticas, estratégias e pessoas

responsáveis que serão envolvidos nos contextos de mudança e continuidade, e no exame de suposições que influenciam nas comparações e diagnósticos.

O autor ainda afirma que a análise histórica possui um potencial para uma ampla aplicação a um número de ações de planejamento, tais como a análise legal ou econômica.

Pedler et al. (1991) afirmam que, para uma melhor compreensão da importância da história de uma empresa, há necessidade de investigar as várias fases do desenvolvimento por que passou uma determinada empresa durante sua existência. A importância da história de uma organização será melhor compreendida, quando se conhecerem todas as suas fases de crescimento, todas as suas passagens de organização da empresa, que podem ser tempestuosas, marcadas por conflitos, crises e turbulências. Isso é o mesmo que conhecer o desenvolvimento de um indivíduo por meio de suas histórias pessoais de vida. Na verdade, o que Pedler propõe é fazer o uso da metáfora das empresas como indivíduos, é estudar a empresa como um ser que nasce, cresce e se desenvolve.

Perkins (1995), em seu artigo, discute e esclarece a maneira pela qual as pessoas se interessaram por histórias de negócios e/ou história de empresas, como uma disciplina. Acredita que o sistema de ensino de casos identifica, muitas vezes, um problema fundamental, ou mais problemas sobrepostos de fatos desconexos e frequentes, e que, aparentemente, são insignificantes. Para ele toda história é um interminável estudo de casos e a tarefa é analisar detalhadamente, por entre as várias evidências, o que é realmente importante dentro de um contexto.

Becker (1996) mostrou que os historiadores sociais, a partir dos anos 1980, utilizaram os conhecimentos da antropologia para descreverem a maneira pela qual determinados grupos compreendiam e definiam suas experiências. Do mesmo modo, os historiadores de negócios deveriam fazer uso de tudo que pudessem aprender sobre estudos culturais, de tudo aquilo que envolvesse padrões de comportamento, das crenças, das instituições e, ainda, dos valores transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade.

Segundo essa proposta, os historiadores de negócios e/ou historiadores empresariais deveriam utilizar aquilo que pudessem apreender sobre estudos culturais, auxiliando assim, na expansão de sua missão, a compreensão e o entendimento das origens e desenvolvimento das instituições, independente do tamanho, do tempo e lugar.

Tal análise cultural pode ser aplicada ao desenvolvimento e comportamento das gestões bem sucedidas. A atenção a essas gestões, bem como a esses gestores como um grupo que conhece a cultura da organização, da qual fazem parte, melhora o entendimento de como são definidas as estratégias e políticas empresariais que vão ao encontro dos interesses dos acionistas.

Segundo McCarthy (1996), a integração econômica e a cultura de negócios são fatos históricos significativos para os pesquisadores acadêmicos e para os historiadores de negócios. Para o autor, é indispensável que estes historiadores desenvolvam definições compreensivas e métodos refinados sobre integração econômica e cultura de negócios, a fim de investigá-los e analisá-los mais detalhadamente.

Sicilia (1997) aponta que a história dos Estados Unidos, desde o fim da segunda Guerra mundial, e mais precisamente a história dos negócios permanece, em grande parte, enigmática, havendo necessidade de desenvolvimento de projetos que busquem conhecer e compreender com mais profundidade a história desta última metade do século XX.

Sicilia afirma que os historiadores de negócios possuem um papel de vital importância no desenvolvimento de pesquisas nessa área de estudo, pois devem esclarecer e facilitar o entendimento do desenvolvimento das organizações empresariais em todos os aspectos e nos mais variados segmentos de mercado existentes.

De acordo com Lamoreaux et al. (1997) ainda que a divisão entre a história empresarial e a história do desenvolvimento econômico seja particularmente intensa, na primeira metade do século XX, há relações existentes nos estudos que foram realizados entre os dois grupos.

Muitos estudos e teorias foram delineados e tornam possível a harmonização e congregação entre os historiadores de negócios e aqueles que se dedicam ao estudo do desenvolvimento econômico. Essa união levará a trabalhos multidisciplinares.

Yates (1997) explica que, da maneira como é contemplado o futuro da história empresarial, as novas teorias relacionadas a essa área de estudos precisam ir além dos conceitos específicos e característicos dessas investigações, para a grande escala da teoria social disponível. Para ele, a história empresarial poderá utilizar a teoria social como forma de um sistema que permita incorporar as estruturas individuais e institucionais nas análises. Assim, a estrutura das organizações poderá ser analisada levando-se em consideração as influências individuais, institucionais, externas e internas.

Segundo Bredin (1998), a história da empresa e/ou a história dos negócios pode ser uma tarefa habitual do Departamento de Relações Públicas, em que a própria instituição investe uma considerável quantia de dinheiro. Desse trabalho decorre, muitas vezes, um resultado tendencioso a favor da própria organização.

Prosegue Bredin, dizendo que frequentemente a falta de modéstia por parte das organizações faz com que elas se sintam auto-suficientes, achando que a tarefa é muito simples e que possuem a capacidade necessária para a elaboração e execução de um bom trabalho de história.

Qualquer que seja a ênfase adotada nos estudos de história empresarial, é importante reconhecer que ela constitui uma ferramenta capaz de captar os conhecimentos adquiridos pelas organizações e promover uma melhor compreensão da evolução e desenvolvimento das empresas, além de fornecer elementos que permitam uma melhor análise dos problemas e pontos fracos existentes.

3. Considerações Finais

As informações a respeito do desenvolvimento das instituições são as responsáveis pelo conhecimento sobre a maneira pela qual gestores e empresas fracassaram, superaram crises, expandiram seus

negócios ou se mantiveram firmes no mercado. Normalmente tais informações são guardadas na memória e nos documentos daqueles que acompanharam e experienciaram o cotidiano da empresa, podendo ser resgatada por meio de um esforço sistemático de pesquisa.

Tal preocupação também tem despertado nos meios acadêmicos a realização de pesquisas que valorizam a importância e a preocupação de se conhecerem as culturas e as estratégias adotadas pelas empresas, tanto em épocas de mercados atribulados, como em períodos de estabilidades. São pesquisas que oferecem diagnósticos precisos principalmente com relação às estratégias adotadas pelas empresas, em períodos considerados críticos.

O Brasil apresenta um aumento gradativo de pesquisas nessa área de estudo, ainda pequeno se comparado a países como os Estados Unidos, Inglaterra e França. No caso brasileiro, que isso se deve é enorme quantidade de empresas com característica familiar, cujas histórias são transmitidas aos herdeiros ou à sociedade de forma empírica.

A história de empresas e/ou história de negócios permite que a instituição possa detectar e conhecer períodos de crescimento e períodos de estagnação, bem como as causas que provocaram estes fenômenos. Os processos de análise e diagnóstico desses períodos possibilitam a organização redefinir suas estratégias e muitas vezes reformular suas estruturas organizacionais. Essa redefinição ou reformulação ocorrerá de acordo com as soluções apresentadas pelo executivo ou o gestor.

BIBLIOGRAFIA

ABBOTT-CARL, A.S. Historical Analysis as a Planning Tool. *Journal of the American Planning Association*. Autumn, v. 55, n. 4, p. 467-473, 1989.

BECKER, W. H. Managerial culture and the American political economy. *Business and Economic History*. Fall, v.25, n.1 p. 1-7, 1996.

BREDIN, J. Cracker maker makes history. *Industry Week*. Fall, v. 247, n. 21, p. 94-95, nov. 1998.

GEELHOED, E. B.; MARSH, S. W. Business History: A Corporate Tool. *Ball State Business Review*, v.12, n 1, p. 16-18, 1985.

GREINER, L. E. Evolution and revolution as organisations grow. *Harvard Business Review*, n. 50, p. 37-46, 1972.

JAQUES, E. *The changing culture of a factory*. London: Routledge & Kegan Paul, 1951.

KIMBERLY, J. R.; MILES, R. H. and associates. *The organization life cycle*. London: Jossey-Bass, 1980.

KOLKO, G. *The Triumph of Conservatism: Reinterpretation of American History, 1900-1916*. New York: MacMillan, 1963.

LAMOREAUX, N. R.; RAFF, D. M. G.; TEMIN, P. New economic approaches to the study of business history. *Business and Economic History*. Williamsburg, 1997.

McCARTHY, D. M. P. International economic integration and business cultures: comparative historical perspectives. *Business and Economic History*. Fall, v. 25(1): p. 72-80, 1996.

PEDLER, M.; BURGOYNE, J.; BOYDELL, T. *The learning company*. London: McGraw-Hill, 1991.

PERKINS, E. J. Banks and brokers. *Business and Economic History*. Fall, 24(1) : 1-8, 1995.

PETTIGREW, A. M. *On studying organisational culture*. Dec. 1979, v. 24, p. 570 – 81.

SALAMA, A. O uso da biografia de uma organização como método de pesquisa para a investigação do desenvolvimento organizacional. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v. 28, n1, p.34-42 jan/mar., 1994

SICILIA, D. B. Distant proximity: Writing the history of American business since 1945. *Business and Economic History*. Williamsburg, Fall, 1997.

SMITH, G. D.; STERDMAN, L. E. Present wave of corporate history. *Harvard Business Review*. 59(6), 165-169, 1981.

YATES, J. Using Giddens' Strukturatun Theory to inform Business History. *Business and Economic History*, Fall, v. 26, n.1, p. 159-183, 1997.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

NORMAS GERAIS – A Revista *Estudos* destina-se à publicação de entrevistas, artigos inéditos de investigação científica, relatos e resenhas, artigos de interesse solicitados pelo Corpo Editorial.

- O autor deverá guardar duplicata do texto e das ilustrações, para maior segurança contra extravio.

- O material enviado não poderá ser submetido simultaneamente à apreciação por parte de outros periódicos ou quaisquer outras publicações, sejam elas nacionais ou internacionais.

- A Revista *Estudos* terá o direito autoral sobre trabalho publicado por ela, podendo permitir sua reprodução total ou parcial.

A Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, ao receber o material, não assume o compromisso de publicá-lo.

- O corpo editorial da Revista *Estudos* reserva-se o direito de editar o material recebido, visando a adequá-lo ao espaço disponível e a princípios de clareza e correção textuais.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS

- O trabalho deverá ser impresso em papel tamanho A4, corpo 12, fonte Times New Roman, com margens laterais de 3cm, espaço 1/5 linha, redigido na ortografia oficial, sem rasuras ou emendas. A lauda deverá ser numerada e ter um máximo de 30 (trinta) linhas, cada uma com 60 (sessenta) toques. Juntamente com o impresso, deverá ser enviado um CD-ROM, devidamente identificado, com texto digitado em Word for Windows. O texto deverá conter um mínimo

de 15 (quinze) laudas e um máximo de 25 (vinte e cinco) laudas, incluindo texto principal e as referências bibliográficas. Ilustrações: serão aceitas, no máximo 10 (dez) por artigo para publicação em preto e branco.

- Os artigos devem respeitar a seguinte estrutura:

1. Título do artigo. Obrigatoriamente em português e inglês. A fidelidade quanto à linguagem será de total responsabilidade do autor.
2. Nome do(s) autor(es): indicado(s) na ordem direta. O(s) autor(es) deve(m) mencionar seu título principal e instituição vinculado no rodapé da lauda.
3. Resumo: deve possibilitar ao leitor uma visão clara e concisa do conteúdo do trabalho.
4. Palavras-chave (UNITERMOS): palavras ou expressões que identifiquem o conteúdo do artigo, fornecidas pelo próprio autor.
5. Abstract: deve ser a versão em inglês do resumo.
6. Keywords (UNITERMS): Palavras-chave em inglês.
7. Texto: distribuído conforme as características individuais de cada trabalho, seja ele de pesquisa, de divulgação, resenha etc. No texto, a indicação bibliográfica da citação deve utilizar o sistema autor-data, ou seja, entre parênteses após a pontuação que fecha a citação. Exemplo: (RIBEIRO, 2008, p. 45)
8. Referências bibliográficas/ bibliografia: ordenadas alfabeticamente por sobrenome do autor, segundo as normas da ABNT vigentes.

ANÚNCIOS PUBLICITÁRIOS

Deverão estar em conformidade com as especificações contratadas com o setor comercial. A UNIMAR exime-se de qualquer responsabilidade pelos serviços e/ou produtos anunciados, cujas condições de fornecimento e veiculação estão sujeitas, respectivamente, ao Código de Defesa do Consumidor e ao CONAR – Conselho Nacional de Auto-regulamentação Publicitária.

ÍNDICE DE AUTORES

AUTHOR INDEX

| | |
|---|-----|
| Ana Maria GOTTARDI..... | 11 |
| André Luiz de CASTILHO..... | 167 |
| Daniel Paulo FERREIRA | 213 |
| Daniela Emilena SANTIAGO | 97 |
| Eliana Ap. Gonzalez Albonette FROIS | 113 |
| Fabiane Rocha Rodrigues FERREIRA..... | 213 |
| Francieli Jaqueline GREGORIO..... | 83 |
| Francis Marília Pádua FERNANDES..... | 151 |
| Gabriela Ribeiro BARBOSA..... | 33 |
| Ligia Carla GABRIEL | 33 |
| Liliane Cristina da Silva SOUZA | 67 |
| Lourival José de OLIVEIRA | 67 |
| Magda Marques TREVISAN..... | 97 |
| Marcelo Brandão FONTANA..... | 179 |
| Márcia Oliveira ALVES | 123 |
| Marília Gabriela GATO..... | 33 |
| Marília Vilardi MAZETO..... | 123 |
| Myrian Lucia Ruiz CASTILHO | 167 |
| Olympio GUEDES JÚNIOR | 197 |
| Roberta Silva BOAVENTURA | 137 |
| Rosana Maria C. DOURADO | 61 |
| Sandra Regina Gregório OLIVEIRA..... | 49 |

Editora Arte & Ciência
Rua dos Frances, 71 – Bela Vista
São Paulo –SP - CEP 01327-000
Tel.: (011) 3284-8860
www.arteciencia.com.br

Editora UNIMAR
Av. Higyno Muzzi Filho, 1001
Campus Universitário - Marília - SP
Cep 17.525-902 - Fone (14) 2105-4000
www.unimar.com.br



Papel reciclado: a Universidade de Marília preservando o meio ambiente.